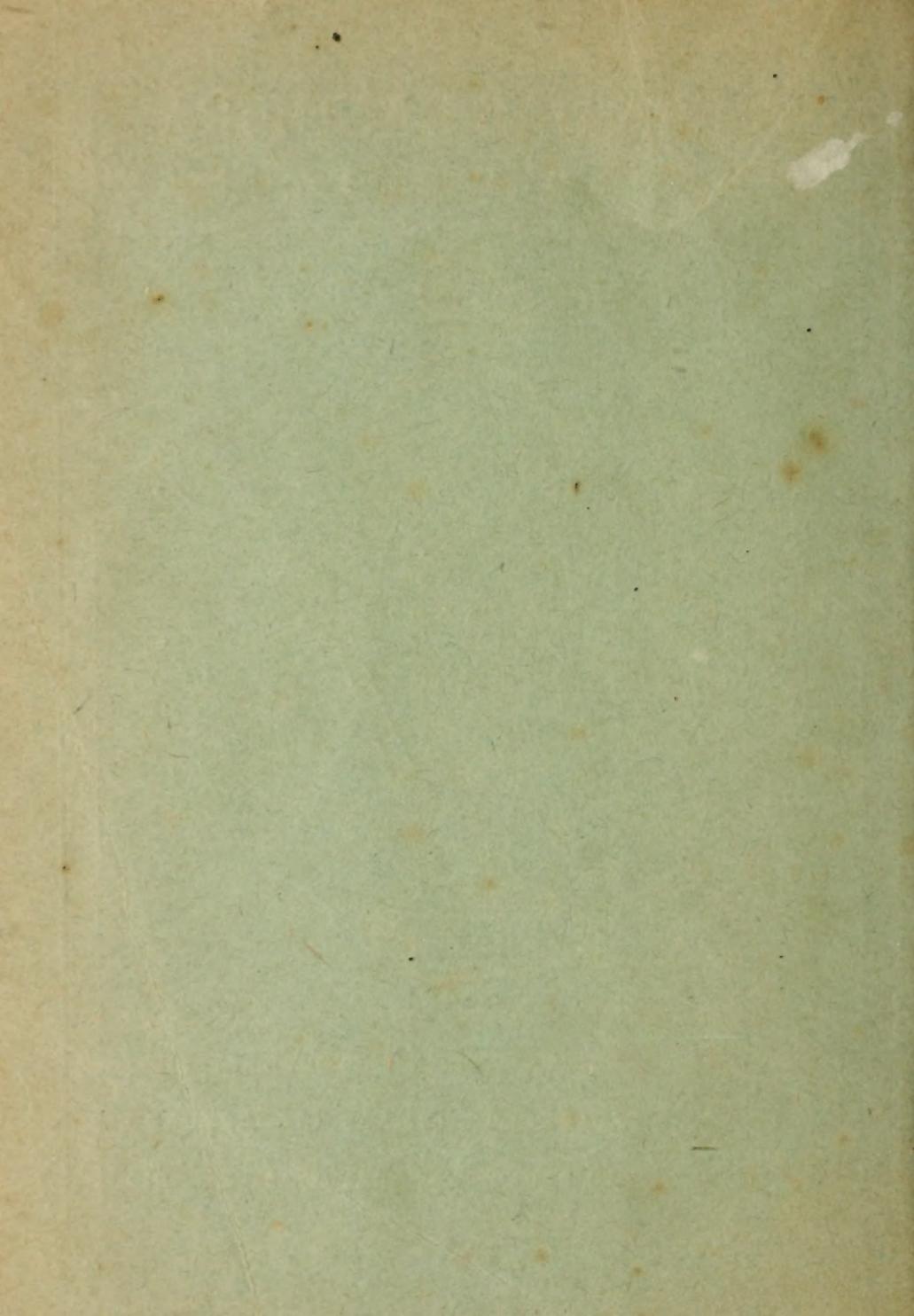
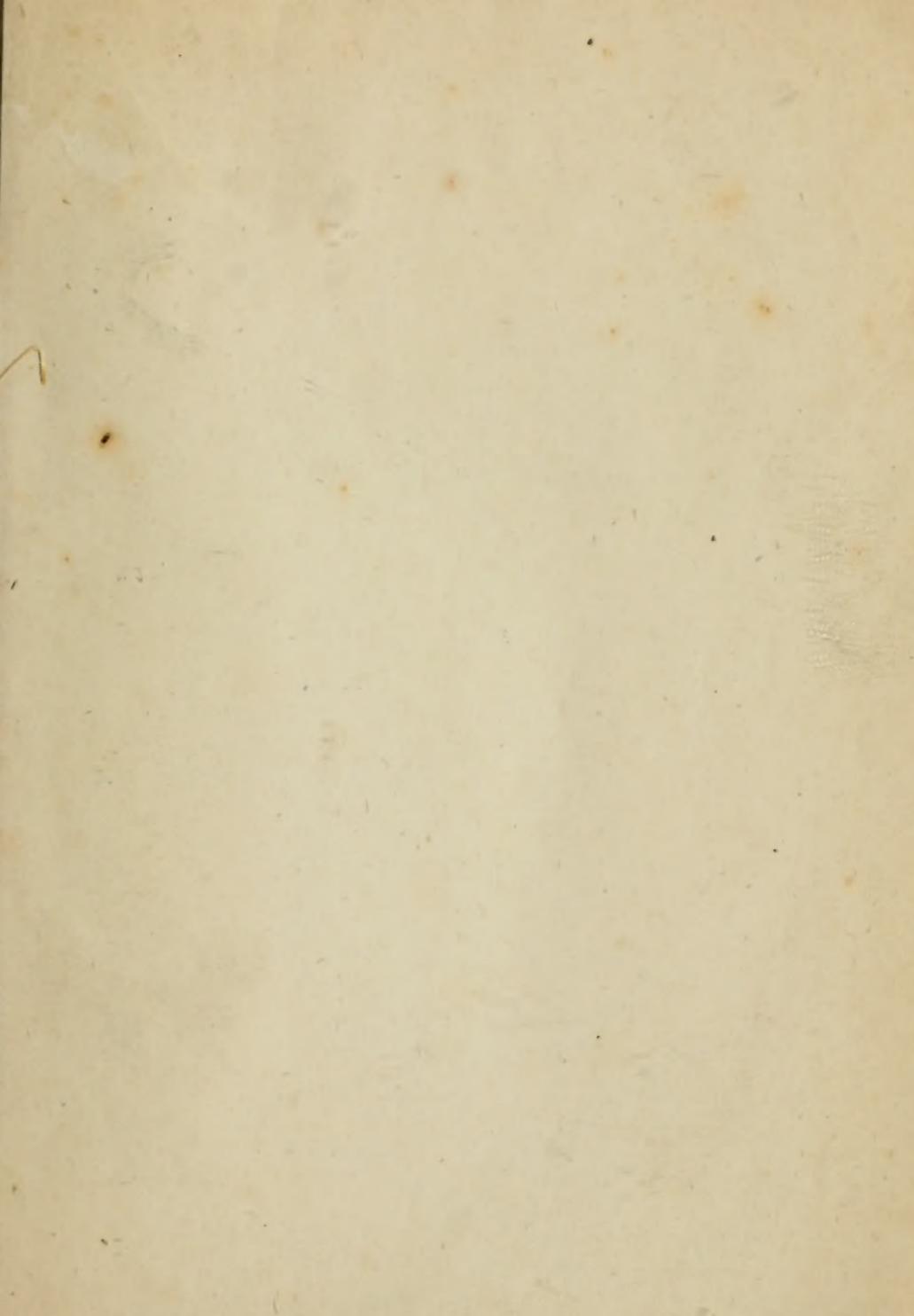
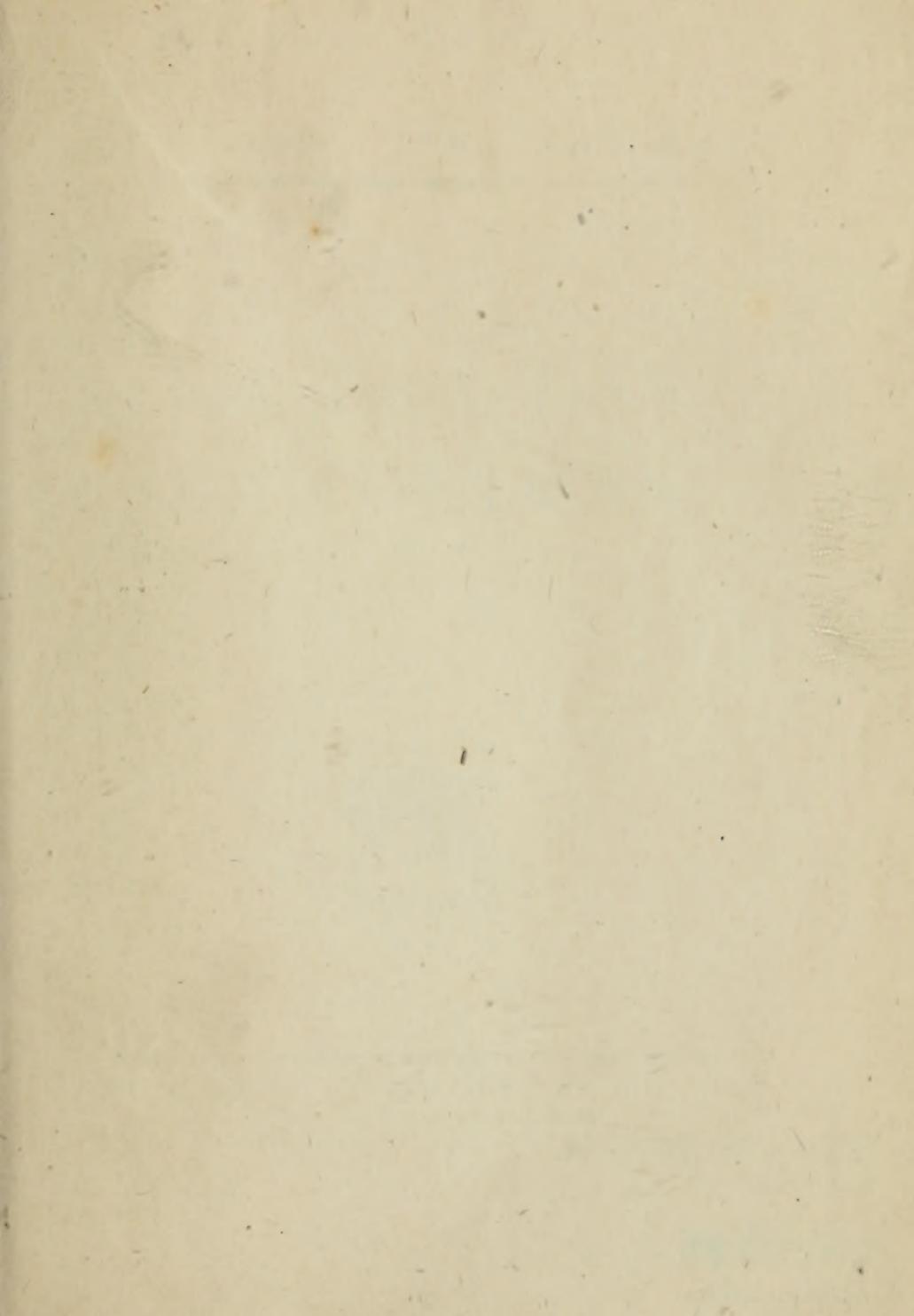
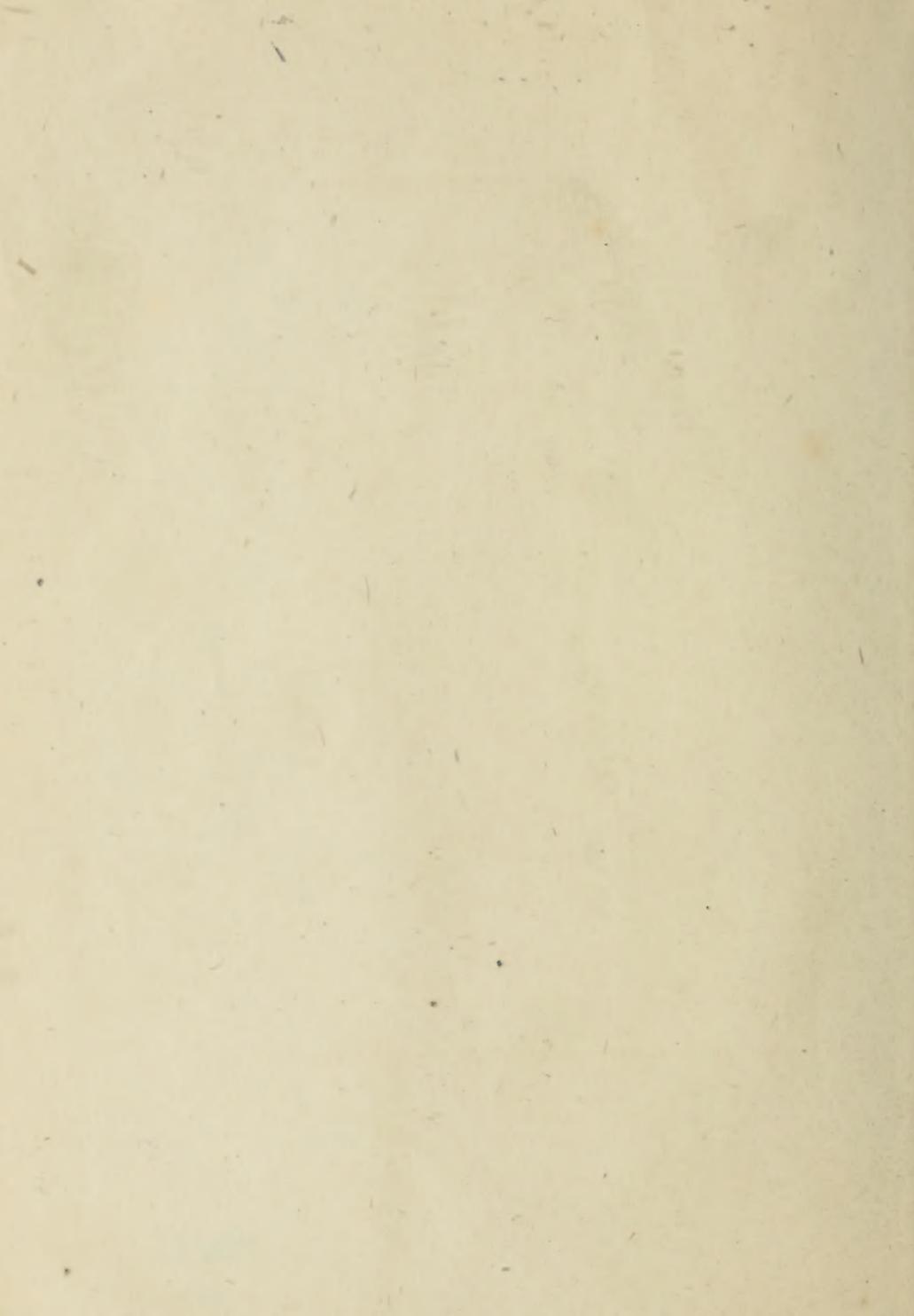
NA ERA DAS BANDEIRAS

AFFONSO D'E. TAUNAY

EDITORA COMP. MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO

WEISZFLOG IRMÃOS INCORPORADO

SÃO PAULO .... CAYEIRAS .... RIO

José Dias Silva Jr.
1933

AFFONSO D'E. TAUNAY

NA ERA DAS BANDEIRAS

SEGUNDA EDIÇÃO

1922

EDITORA COMP.IA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
WEISZFLOG IRMÃOS INCORPORADO
SÃO PAULO •• CAYEIRAS •• RIO

ADVERTENCIA

À rapidez com que se esgotou a primeira edição de *Na era das bandeiras* bem demonstra quanto foi favoravelmente acolhido pelo publico esse livro em cujos capitulos, tão evocativos quanto conscienciosamente estudados e documentados, se retraçam episodios da grande phase do bandeirismo e todos elles versando sobre materia inedita e do maior interesse. Constituem alguns até verdadeira revelação, como a *Viagem de D. Luis de Céspedes Xería* e o *Assalto a Santos*, outros como *Martyrios de Iguatemy*, a apresentação de documeutos de maior valia e do maior pathetico para a historia da descoberta e conquista do Brasil.

Certos de que o publico continuará a dispensar a tão interessante e patriotico volume o favor com que recebeu a sua primeira edição, resolvemos melhorar-lhe consideravelmente a sua feição material, sendo, além de tudo, o texto revisto e augmentado de novos elementos pelo autor.

OS EDITORES

INDICE

NA ERA DAS BANDEIRAS

A vida em Santo André da Borda do Campo
(1556 - 1560)

I

O mysterio que a João Ramalho e a sua villa envolve — O valor symbolico de Santo André — As actas da sua camara — Depoimentos jesuiticos sobre a fundação do arraial ramalhense — A visita de Ulrico Schmidel.

Muito pouco, e não ha quem o ignore, o que se sabe ácerca de Santo André da Borda do Campo. Nem siquer se póde hoje fixar o local, onde existiu a famosa povoação de João Ramalho.

Problema quiçá insoluvel da nossa historia quinhentista, graças á ausencia dos vestigios deixados pela villa ephemera, tem a questão apaixonado a muitos dos nossos estudiosos, quasi tanto quanto o perscrutar da treva que envolve a vida do seu mysterioso e celebre alcaide.

Judeu degredado para uns, simples naufrago casual para outros, precursor de Colombo na America, segundo frei Gaspar da Madre de Deus, fidalgo da casa Real, dil-o Pedro Taques, uma e unica pessoa com o bacharel de Cananéa, na opinião de Candido Mendes, boçal e rude analphabeto para uns, personagem pelo menos iniciado nos rudimentos da Kabala, para Horacio de Carva-

lho, continua João Ramalho profundamente esphingetico. Numerosas memorias sôbre elle se nos deparam, eruditas argumentações e debates sôbre um assumpto tão intrinsecamente paulista, esquadrinhado sob multiplas faces pelos estudos de Theodoro Sampaio, Orville Derby, Antonio Piza, João Mendes Junior, Pereira Guimarães, Amaral Gurgel, Campos Andrade e Horacio de Carvalho.

Anteriormente a estas pesquizas valiosas, surgira na *Revista do Instituto Brasileiro*, a série de memorias em que Candido Mendes, a pretexto de destruir a affirmação de frei Gaspar, na «Noticia dos annos em que se descobriu o Brasil», injuriou, e do modo mais violento, ao benedictino e a Pedro Taques, accumulando cerrada argumentação para demonstrar o que chamava a invencionice dos chronistas de São Paulo. Levado da cholera, chegou a enxertar o caso de Amador Bueno ao de João Ramalho.

Todo este formidavel libello, construido com tanto esfôrço e talento, mas com a mais absoluta ausencia de provas documentaes, exclusivamente estribado em bases de ordem conjectural, todo este libello, diziamos, soffreu o mais rude embate desde que Washington Luis revelou um documento inatacavel. Provou-se que frei Gaspar não inventara o testamento de João Ramalho, como o senador maranhense affirmara.

Não é o nosso intuito porém nos occuparmos com a vida do alcaide de Santo André, nem tampouco fazer hypotheses sôbre a localisação da sua villa, objecto de controversia, em que, entre outros, tomaram parte Theodoro Sampaio, Gentil de Moura, Luiz Piza e B. Calixto.

A impressão das actas da Camara de Santo André, levada a effeito por Washington Luis, cujo

amor ás nossas tradições é tão vivido quanto esclarecido, trouxe-nos a idéa de commentar esses antigos assentamentos afim de lhes surprehender alguns traços fixadores da vida commum dos rudes habitantes do arraial ramalhense. É o assumpto curioso, e cremos interesse aos leitores, a quem geralmente os documentos interpretados não são conhecidos.

Na historia do Brasil tomam essas denominações de Santo André da Borda do Campo o valor de verdadeiro symbolo.

A «borda do campo» era a borda do sertão, do deserto ignoto e do mysterio profundo, o primeiro marco da conquista do Brasil. E como aos Paulistas caberia recuar o paiz pelo continente a dentro, por milhares e milhares de kilometros, o destino como lhes apontava a marcha para Oeste, levando João Ramalho a estabelecer no planalto piratiningano a primeira povoação de Brasileiros no interior do Brasil, transposta a abrupta, a asperrima penedia da Serra Maritima.

Dahi em deante, ficariam os Portuguezes agarrados ao littoral como caranguejos, na feliz comparação do velho chronista.

Tocava aos filhos do Brasil a empresa magnifica de rechassar o meridiano de Alexandre VI e de Tordesilhas para o coração da America do Sul.

Ia começar a pendencia gloriosa, que Arthur Orlando expressivamente appellidou «São Paulo versus Alexandre VI».

Determinara o Destino que por completo desapparecesse Santo André, vestigio algum restasse do ponto de onde haviam arrancado os emulos terrestres dos conquistadores cantados pelo parnasianismo de José Maria de Heredia.

É que lhes ia conferir a gloria das cousas idas e perdidas, essa aureola do mysterio mais intensa do que qualquer resplendor que sôbre a materialidade das ruinas se possa fixar.

E assim, como unico vestigio do primeiro passo dado para a conquista do Brasil, restam no Archivo Municipal de S. Paulo alguns cadernos avariados de papel desbotado pelos seculos, nos quaes, em caracteres quasi hieroglyphicos, se inscrevem os escassos dizeres da rude redacção dos nossos primeiros antecessores civilizados sôbre o planalto parananiano.

E a essa paleographia, quasi indecifravel, aggrava a mais estapafurdia e extravagante graphia, que á primeira vista transforma o portuguez em outro idioma latiniforme e grotesco.

Truncados estão estes manuscriptos, preciosamente symbolicos. Falta á série de vereanças de Santo André a parte mais preciosa, exactamente o primeiro volume, o que comprehendia os annos de 1553-1555, consultado, no decorrer do seculo XVIII, por Pedro Taques e frei Gaspar da Madre de Deus, e por ambos interlinearmente interpretado, aventa Porto Seguro.

A publicação do que subsiste devem-na os estudiosos das nossas cousas a uma iniciativa patriotica da Camara de São Paulo, posta em práctica por Washington Luis. Ao sr. Francisco de Escobar coube a tarefa trabalhosa da traducção desses livros quinhentistas, «estragados pela traça e cuja leitura sobremaneira difficultam não só a calligraphia daquella épocha remota como a orthographia dos escrivães da Camara, que escreviam como bem entendiam, graphando a mesma palavra, na mesma acta, e ás vezes na mesma linha, de maneiras diversas» pondera judiciosamente o sr. Manuel Alves

de Sousa, no seu prefacio á publicação das actas da Camara de S. Paulo.

Bem pouco o que de João Ramalho se sabe, diziamos; menos ainda ácerca do arraial por elle em data ignota fundado. A 8 de Setembro de 1553, dava-lhe o capitão-mór de S. Vicente, Antonio de Oliveira, os fóros de villa, creação que no anno immediato o donatario ratificava.

Em 1560, a rogo dos Jesuitas de Piratininga, mandava Mem de Sá ao velho naufrago, agora patriarcha de mamelucos, que demolisse o arraial andréense e incorporasse a sua gente aos moradores de S. Paulo. Forçado pelas circunstancias obedeceu João Ramalho, e dentro em breve das exiguas taipas de sua villa «etiam periere ruinæ», a ponto de se não poder com segurança affirmar hoje onde se erguia a velha povoação marginal do Guapituva. E isto quer nos inclinemos a acceitar a argumentação persuasiva e brilhante de Sampaio, quer a de Gentil de Moura, assentado sôbre documentação original, abundante e eruditamente encadeada.

A data por Pedro Taques apontada de 1558, como sendo o millesimo da extincção de Santo André, não é a exacta. Demonstram-no, irrefragavelmente, os dois documentos por Azevedo Marques revelados e agora a publicação das primeiras actas da Camara paulistana.

Reza a de doze de Maio de 1564: «agora fez quatro annos que a esta capitania veiu o governador Mem de Sá, sendo-lhe requerido pelo povo de S. Vicente, Santos e os padres da Companhia de que fortalecesse esta villa», e elle o fez, «com o despovoamento da villa de Santo André e os moradores della recolher e fazer viver nesta dita villa».

Em 1550 dizia o jesuita Leonardo Nunes —

o famoso padre voador ou «Abarebebê» — que nos campos de Piratininga vivia população christã e branca, dispersa, «andando em uma vida de selvagens», motivo pelo qual determinara subir aos campos da serra «para dar remedio áquelles christãos».

Muito trabalhou «para que se ajuntassem todos em um logar e fizessem uma ermida e buscassem algum padre que lhes dissesse missa e os confessasse». Obtemperaram a estes conselhos, recusando ouvir o primeiro alvitre que o jesuita lhes dera, o de regressarem ás villas littoraneas. Infere-se desta carta, commenta Theodoro Sampaio, que no anno de 1550, a população branca do planalto nelle vivia dispersa, cabendo ao jesuita a iniciativa do agrupamento dos Europeus em uma povoação, que foi Santo André da Borda do Campo, arraial cuja posição escolheu João Ramalho, proeminente como era, e devia ser, o seu prestigio entre os primeiros povoadores.

Não tardou o pequenino arraial a ter as honras de villa, attribuindo-se a seu fundador os titulos altisonantes de «Alcayde Mór e Guarda Mór do Campo».

Mal se lhe alinhavam as primeiras taipas, eis que o visita um viajante exotico, um Allemão, emulo de Hans Staden, reitre extraviado pelo Novo Mundo barbaro: Ulrico Schmidel, natural de Straubing, soldado de d. Pedro de Mendoza. Contemporaneo da primeira e desastrosa fundação de Buenos Aires, explorador do Paraguay e do Perú, teve as mais espantosas aventuras.

Vinte annos gastou este precursor quinhentista de Martius e von den Steinen, a percorrer o amago da America do Sul.

Ás suas viagens deu o mais brilhante e extraordinario epilogo fazendo uma travessia prodi-

giosamente difficil — ainda hoje penosa como poucas, — a de Assumpção do Paraguay a S. Vicente.

Deu-lhes a jornada o ensejo da permanencia em Santo André e a nós outros valioso depoimento sôbre a villa ramalhense.

É o que figura na sua tão interessante «Historia verdadeira de uma viagem curiosa na America ou Novo Mundo pelo Brasil e Rio da Prata, desde o anno de 1534 até 1554», livro que ainda no decorrer do seculo XVI corria mundo na lingua internacional da épocha sob a epigraphe de *Vera historia admirandae cuiusdam navigationis quam Hulderieus Schmidel, straubingensis, confecit...* da edição de Nuremberg.

Tinha o illustre Bartholomeu Mitre em alta conta a Ulrico Schmidel: Escreveu-lhe a biographia, estudando-lhe acuradamente a bibliographia. A seu respeito assim se exprime: «Aleman de temperamento flematico, observador atento y tranquilo de la naturaleza, sin imaginacion y despreocupado, aunque no exento de preocupaciones vulgares y de prevenciones personales, narra seca y concisamente los hechos, estabelece las fechas, determina las distancias, describe lo que vê como lo comprende, sin ornamentos de estilo ni divagaciones y solo de vez en cuando formula un juicio, hace una reflexion o consigna dados etnograficos, geograficos, estatisticos, astronómicos ó de historia natural, que en breves rasgos nos dan um retrato, bosquejan una comarca, describen un animal ó dan idea de razas y costumbres perdidos, suministrando a la vez elementos preciosos para la cronologia y para la historia de la colonizacion inicial del Rio de la Platá por la raza europea».

A estes justos encomios seja-nos permittido additar um pequeno reparo de discordancia ás opi-

niões do glorioso Argentino. Outro valor teria a obra de Schmidel, embora curiosissima, si não fora a incultura que do seu autor revela, essa ignorancia que o leva ao desfiguramento dos nomes proprios, a ponto de as mais das vezes os tornar inidentificaveis.

II

Ulrico Schmidel e suas aventuras — Episodio munchausiano — Impressão causada ao viajante pelo arraial andréense — Depoimentos dos chronistas — As fortificações da villa.

Após haver assistido á fundação de Buenos Aires e algum tempo vivido em Assumpção do Paraguay — onde acompanhou alguns dos mais celebres conquistadores hespanhóes da America do Sul, como Ayolas, Cabeça de Vaca e Irala — depois de seguir a Irala na sua famosa expedição de devassa do Alto Perú, cançado de presenciar tantas scenas de ferocidade como essas que por quasi toda a parte provocou a conquista castelhana, resolveu Schmidel emprehender, por terra, a viagem de Assumpção ao littoral atlantico.

Ao atravessar o sertão paulista, numerosos «tupins» divisou.

Em certa occasião, seis mil desses Indios quasi o matam e aos vinte companheiros de jornada.

Vagando pelo deserto, florestas tão densas e selvaticas encontrou, como em parte alguma, vivendo dias a fio, de raizes e mel.

Afinal, chegou ao territorio dos «Biesale», habitantes do valle do «Urquan», rio onde pullulavam descommunaes serpentes, incommensuraveis py-

thões (dessas que os Hespanhóes chamam «Schueeyba-tuescha» (sic) annota o aventureiro).

A uma avistou, deante da qual a cobra famosa, que ao exercito do pró-consul Regulo fez frente, parecia miseravel minhóca. Tinha o bicharoco 16 passos de comprido e quatro braças (8m.,80) de circunferencia! Nada menos do que isto esse gigante da fauna paulista de antanho, predecessora dos já alentados sucurys e «minhocões» berradores.

Assim mesmo, apezar do seu diametro de dous metros e oitenta centimetros, o que era essa «Schueeyba-tuescha» dos Hespanhóes, ao lado do kraken, e, sobretudo, do famoso peixe engulidor de navios... do barão de Munchausen, o «veridico» compatriota de Schmidel?

Hospitaleira recepção teve o viajante straubingense na aldeia indigena de «Shebetueba», onde largamente se refez das muitas privações soffridas. Afinal, attingiu terra de brancos: Santo André da Borda do Campo, que lhe causou sinistra impressão.

Dêmos-lhe, porém, a palavra:

«Afinal, chegámos a uma aldeia habitada por christãos, cujo chefe se chamava João Reinvelle (sic). Felizmente, para nós, andava ausente, pois o arraial tinha-me cara de ser um covil de bandidos. Partira Reinvelle para ir ter com outros christãos que habitavam uma povoação chamada Vicenda (São Vicente), afim de, com elles, concluir um tratado.»

«Os Indios deste paiz, assim como cêrca de oitocentos christãos que vivem nas duas aldeias, são vassallos do rei de Portugal, mas João Reinvelle os governa.»

Pretende este que, havendo, durante quarenta annos, guerreado nas Indias e conquistado este paiz, é bem justo que agora seja quem governe. Guer-

reava os Portuguezes, que lhe não queriam reconhecer os direitos.»

É Reinvelle tão poderoso e considerado que póde armar até cinco mil Indios. Sob os estandartes reaes não se arregimentariam dous mil.»

Depois destas curiosas revelações sôbre o supposto naufrago, accrescenta o aventureiro, reiterando anterior conceito relativo á boa estrella que o fizera esquivar-se ao encontro com João Ramalho: «Apenas lhe vimos o filho, que nos recebeu muito bem, embora nos inspirasse muito mais desconfiança do que os proprios indios.

Deixando este logar, rendemos graças ao céo por delle havermos podido sair sãos e salvos.»

Assim, pois, segundo Ulrico Schmidel, tinha Santo André um verdadeiro aspecto de valhacouto de sicarios e facinoras. Trasladara a seu vêr, João Ramalho, de Portugal ao planalto piratiningano, como que um simile do famoso pinhal de Azambuja. Verdade é que, nessa épocha do apogeu da flibustice, não havia peor encontro para Europeus do que o de outros Europeus. Talvez fosse este modo de vêr que ao viajante de Straubing inspirasse o temor retrospectivo que as suas memorias revelam.

Era o tempo em que Hespanhóes, surprehendendo em plena paz uma feitoria franceza calvinista da Florida, a toda a guarnição enforcavam, pondo-lhe sôbre as forcas o distico explicativo da violação do direito das gentes: «Enforcados, não como Francezes mas sim como hereges». No anno seguinte, pagando-lhes a proeza com a mesma moeda, teriam os Francezes o ensejo de esrever: «Enforcados, não como Hespanhóes e sim como assassinos».

Assim se mimoseavam mutuamente os Euro-

peus nas terras cobiçadas da America. Dahi provavelmente o receio de Schmidel.

Não viu a catadura do velho João Ramalho, mas ao filho falou, e por elle foi bem tratado. Apezar de tudo, sentiu-se outro ao sair-lhe do circulo de acção e prepotencia. Quem seria esse filho, Francisco, o «Tamarutaca», senhor da aldeia de Guanga, Antonio de Macedo, Victorino Ramalho?

Fosse como fosse, achou o viajante allemão que os concidadãos andreenses dos filhos do alcaide-mór pareciam os dignos habitantes de uma cova de Caco.

Não é isto, o que se deprehende exactamente das actas da sua Camara, muito embora truncadas.

Dá-nos até a sua leitura que no arraial fronteiriço do campo havia uma forte corrente de sedimentação social, tendencias organizadoras para uma sociedade em elaboração, tumultuosa como devia — e só podia ser — a aldeia perdida nos pincaros da serra maritima, no meio do immenso deserto do Brasil quinhentista.

Precisava João Ramalho fazer como Romulo: chamar a si todos quantos quizessem arrostar as agruras da vida naquelle posto avançado da civilisação européa.

Á falta de Sabinas, as cunhãs das tabas vizinhas, cuja passividade dispensava a formalidade do rapto. O «primo vivere», para Santo André era angariar homens, arrolar moradores, povoar, custasse o que custasse.

Antes dous criminosos do que um homem de bem, porque constituiam dous bons arcabuzes a mais, em logar de um mediocre, para enfrentar os Indios agitados e ameaçadores. Dahi, a impossibilidade da selecção.

Não um phalansterio o que se tinha em vista, e sim uma guarda avançada.

E como desde os primeiros dias revelasse a prole do alcaide-mór, e seus companheiros, as qualidades de dureza e crueldade para com os Indios que haveriam de levar as bandeiras dos seus descendentes aos confins do Brasil, não é de extranhar o tom de animosidade, que nos escriptos jesuiticos contra elles se levanta.

Affirma Pedro Taques que á villa de Santo André revestia certo ar marcial, cercada como se achava de uma trincheira, dentro da qual á sua custa construira João Ramalho quatro baluartes, em que «cavalgara artilharia». Corroborando estas asserções, ainda assevera frei Gaspar — á mesma fonte abeberado: as actas hoje desapparecidas — que não só fortificara o alcaide a sua povoação como ainda — construira egreja, cadeia e mais obras publicas.

Na sua douta memoria: «Restauração historica da villa de Santo André da Borda do Campo», entende Theodoro Sampaio, que aliás não analysou as «Actas», serem estas asserções dos chronistas notavelmente exaggeradas.

Salvo talvez, quanto ás fortificações, não é crivel que o arraial tivesse taes edificios.

Sinão bem, diversa teria sido a impressão do viajante allemão.

«As mesmas fortificações não passavam, porém, de simples estacadas, a modo dos indios, como o eram nessa épocha as de Santos e S. Vicente, a julgar-se por umas velhas gravuras hollandezas do seculo XVII. Feitas de grossos madeiros com os seus fossos ao redor, essas mesmas cercas ou estacadas, envolvendo umas tantas habitações toscamente construidas, não pouco teriam contribuido para

a má impressão que a aldeia produziu no recem-chegado, aldeia miseravel, semelhando um reducto de bandidos, cujos moradores ausentes deixavam as suas palhoças fechadas por longos dias, talvez occupados com as suas lavouras, ou empenhados nas duras e repetidas expedições para saltear Indios.

«Não é crivel que em tres annos, que tanto contava a povoação desde a visita do padre Leonardo Nunes, com os fraquissimos recursos da mão de obra e de materiaes de que nessa épocha se dispunha, falta que por tantos annos adeante ainda se fazia sentir, João Ramalho tivesse realizado tanta cousa.»

Que as fortificações de Santo André tenham sido mais do que a simples estacada de que fala Sampaio, parecem indicar-nos tres referencias das actas.

A «vyte e cyquo» de Janeiro de 1556 ordenavam os officiaes da Camara a Francisco e Geraldo Ennes que «viessem cobrir a cerca que estava por cobrir desde a casa de Affonso Ennes até o baluarte, sob pena de dois tostões de multa».

A 2 de Agosto de 1557 aos seus collegas lembrava Francisco Pires, procurador do Conselho, que «as cercas do muro» estavam descobertas e como estivesse proximo «o tempo das auguas» poderia este cahir.

«E acordavão (os officiaes da Camara) que era muito bem e que se fyzese llogo.»

Do «deradeyro» dia de Março de 1558, data a ultima das actas que nos restam. Pois bem, reunida a Camara e o povo da villa, ante a imminencia de graves acontecimentos, presente João Ramalho, requeria Joanne Annes, procurador do Conselho, «em nome de todo o povo», a bem do ser-

vyço de Deus e ell Rey e proll do povo e bem da villa, que se repayrassem hos muros».

Tynhamos novas q. nobos hyndios vynhão escõtra nós», reza a acta. Era indispensavel a construcção de «alguas guarytas pra nosa defenção por ser necesayro a bem do povo».

Tal o alarme, que se decidiu então encetaremse immediatamente as obras de fortificação e «não levarẽ mão dellas até não serem acabadas», aos trabalhos concorrendo os moradores da villa, visto tratar-se de um caso de «salus populi».

Merece especial referencia a reparação das portas da villa, o que demonstra que pelo menos era S. André cintada de parede continua, onde se abriam portas.

Aliás, já decidira a Camara que pessoa alguma «fizese casa sobre os muros da cerqua», o que á nossa hypothese reforça.

E não deixa duvida da existencia de postos especialmente fortificados no recinto murado outra referencia da acta de 25 de Janeiro, de 1556. Resolveram nesta data os vereadores, como já o dissemos, que dentro de uma semana começassem todos os moradores a cobrir «a cerqua que estava por cobrir, convinha saber, desde a casa de Affonso Ennes até o baluarte».

E quem se não apresentasse prompto para o serviço castrametatorio, seria multado em dous tostões «metade pra o cõselho e a outra ametade para quem no acusase». Seria nesse baluarte, cidadella do arraial, que João Ramalho cavalgara a artilharia, a que se referem os chronistas?

III

Paço municipal — O pelourinho — Finanças municipaes — Codigo de posturas — Regimento dos vereadores — Vencimentos do agente executivo municipal — Questões politicas — Eleições municipaes — Episodios pittorescos — Contabilidade e patrimonio municipal — Operações financeiras — Pesos e medidas — Aferição — Concessão de terrenos.

Havia na villa ramalhense uma palhoça, pelo menos, destinada ás reuniões da novel municipalidade, pois em diversos pontos alludem os termos «ás casas do cõselho desta dyta vila».

Em sua praça principal erguia-se o pelourinho, o indispensavel symbolo municipal das instituições ibericas.

Lê-se em certo topico que os officiaes mandavam ao procurador do Conselho pagar a «bastião roïz» quinhentos réis «de feitio e caregamento de huns sepos para o pelourinho e de does bamquos».

E mais tarde requeria o procurador Francisco Pires a suas mercês os vereadores que mandassem pôr no pelourinho argola e cepo «como em as vyllas e sydades se costumava», ao que suas mercês objectavam, numa licção de economia e previdencia, «que no presente não tinha o conselho dinheiro e era pobre e o não podia fazer».

Não nadava a Municipalidade andréense em ouro, a ponto de privar-se dos tãos toscos objectos symbolicos de seus fóros de liberdade e ufania municipal...

Todo o seu patrimonio, inventariava-o a edilidade eleita para 1556. Verificou-se então que cons-

tava de «umas balanças de pau, com um peso de ferro de quatro arrateis, e assim mais dois taipaes com seus apparelhos e assim mais um machado grande de carpinteiro».

Exiguos, como se vê, os bens da Camara, mas nem por isto deixava de lhe ser próspera a situação financeira. Nada devia e ainda tinha, ao seu activo, um credito de dous cruzados sôbre João Fernandes o Gago — que em caução depositara o tal machado grande —, e outro de tres cruzados, devidos por Paulo de Proença.

Norteava-se a administração do Conselho andréense pelas boas normas de uma justa severidade. Procurava-se obter o cumprimento do codigo de posturas, e contas estrictas eram tomadas aos seus procuradores.

Assim, vemos o juiz Paulo de Proença, chefe do Executivo municipal, condemnar a João Pires Gago, desidioso almotacel — por não ter mandado «halimpar os monturos» — em quinhentos réis de multa, somma para a epocha, e o Brasil, consideravel. Era quanto mensalmente ganhava um official da guarda do Governador Geral.

Debalde protestara Pires, allegando ponderosa razão para explicar a sua remissão no cumprimento dos deveres de fiscal: precisara ausentar-se da villa e viver algum tempo homisiado!

A nada se attendeu, sendo a multa mantida.

A severo regimento interno se submettiam os vereadores, multados quando não compareciam ás sessões em «um tostão branco por ser falto na dita Camara, conforme o regimento do escrivão da dita Camara e ao que o mesmo regimento mandava». E como demonstração do despontar de futurosa burocracia ou, pelo menos, como base de bem estabelecida escripturação, a 12 de Fevereiro

de 1556 entregava o procurador do Conselho, á Camara, uma mão de papel que, por dous tostões, para ella mercára.

Aos juizes, prefeitos da epocha, não se marcavam gordos vencimentos: estavam elles de accôrdo com a exiguidade das receitas municipaes: apenas oitocentos réis annuaes! dous cruzados.

Ao porteiro da Camara arbitrara-se metade do ordenado do prefeito, um cruzado...

Verdade é que nessa mesma épocha vencia o governador geral do Brasil 33$333 mensaes, e o bispo metade destas «pingues» pagas.

Não esqueçamos, contudo, que taes valores reportados aos dias de hoje precisariam soffrer uma multiplicação por coefficiente que não póde ser inferior a cem, dadas as divergencias da capacidade acquisitiva da moeda nas duas épocas.

Era natural que numa localidade onde viviam homens de paixões violentas houvesse agitações politicas. Não as referem, porém, as actas publicadas. Em uma dellas, apenas existem allusões a um pequeno desaguisado entre os da governança. Em 1556 demittia-se o juiz Francisco Alves e reclamava da Camara os trezentos réis de saldo de vencimentos que lhe ficava a Municipalidade a dever, mandando os ex-collegas, depois da necessaria prestação de contas, que promptamente se ultimasse tal pagamento.

Ás eleições municipaes se convocavam todos os moradores; reinava, como era natural, o suffragio universal em Santo André. É o que nos indica a acta de 3 de Novembro de 1555, em que «havendo os officiaes mandado chamar o povo, cada um deu sua voz de procurador do conselho», sahindo «por vozes na dita Camara» Alvaro Annes, «morador na dita villa».

Convocado, compareceu immediatamente o eleito, sendo então empossado, depois de haver jurado aos «santos havangelhos».

Nessa mesma occasião passou-se pittoresco episodio. Havia necessidade de se fazer uma praça de bens de orphams. Como, porém, poderia realizar-se si não havia quem a apregoasse? Decidiu a Camara que se nomeasse um porteiro «ad-hoc», «para servir na dita praça», resolvendo-se, ao mesmo tempo, que o funccionario requerido fosse designado por meio de eleição popular.

Realizado o escrutinio, verificou-se que João Gallego obtivera «onze vozes», sendo o seu nome o mais votado. Empossado do cargo, apregoou o edital da praça e demittiu-se, consignando-se em acta que fôra nomeado «para vender esta fazenda, por ser grande a necessidade, e, acabada de vender a fazenda do dito orpham, o haviam por desobrigado, para que mais não servisse».

Mostrava-se a Camara de Santo André solicita quanto aos negocios de sua contabilidade e almoxarifado.

Na sessão de 3 de Novembro de 1555, era o espolio do ultimo procurador do Conselho, João Fernandes, carregado em cincoenta réis, de uma multa cobrada, cuja importancia não se recolhera aos cofres publicos.

Ao novo procurador, nesta mesma occasião, se confiavam, sob termo rigoroso de depósito, a balança de pau, o par de taipaes e o peso de quatro arrateis, de que já falámos.

Emprestava a Municipalidade dinheiro aos seus principaes municipes. Assim, nesta épocha, conseguira João Pires Gago, mediante a caução de um arcabuz e de um machado, um fornecimento de mil e duzentos réis.

Pedia o escrivão da Camara, Gaspar Nogueira, uma regularização de situação: «que lhe fizessem conta do que lhe deviam de papeis que elle tinha escritos». Verificou-se, então, que a Camara devia ao nosso digno proto-burocrata mil cento e sessenta réis, dos quaes já recebera oitocentos.

A 30 de Março de 1557, entregava Francisco Pires ao seu successor a mesma balança de pau, os mesmos taipaes, accrescidos agora de tres agulhas, e uma medida de tres alqueires, tudo isto além de um saldo de quatrocentos réis em dinheiro, que vantajosamente passava para o seguinte exercicio financeiro.

Estavam prósperas as finanças andréenses.

Era a questão das medidas importantissima.

A 12 de Fevereiro de 1556, apregoando o almotacel Paulo da Proença as novas posturas municipaes, declarou o procurador do Conselho que a medida de meio alqueire fôra pela de Santos aferida, affirmando então, sob juramento, que por ella pagara dous tostões.

E logo ordenaram os vereadores que similhante medida fosse entregue ao afilador (aferidor) João Roiz, «para ser padrão da villa».

Pouco antes provocara esta questão das medidas de capacidade sérias reclamações do povo. Decidiu a Camara convocar a Conselho as pessoas gradas do arraial, a começar, como era natural, por João Ramalho.

Reunidos em solemne «meeting» os «homens bons», expoz-lhes o procurador a necessidade de se computar de ora em deante «a medida do alqueire de farinha a seis vintens, o alqueire, porquanto a dita medida era muito grande e se aqueixava todo este povo de tamanha medida e tão pouco preço como era um tostão».

Acceita a proposta, e por acclamação, estabeleceu-se uma multa de duzentos réis para os contraventores.

As concessões de terrenos no rocio da Villa, faziam-nas Braz Cubas, o fundador de Santos — como capitão-mór e ouvidor da capitania de S. Vicente —, ou o proprio poder municipal.

Allegara Antonio Cubas, morador em S. André, que, havendo comprado a casa em que morava, com o seu quintal, não sabia como legalizar a transacção, pois quem lh'os vendera não possuia «carta do capitão-mór nem de pessoa que pudesse».

Assim, de Santos, a 19 de Outubro de 1555, em nome do sr. Martim Affonso de Sousa «em cujo elle estava» mandava Braz Cubas que ao seu homonymo se passasse uma carta de dada, localizadora do terreno comprado «entre as casas donde era Ramalho» e as de Francisco Pires, dividindo pela parte dos muros da villa com Gaspar Nogueira.

E o documento, á falta de tabellionato, registou-o o escrivão municipal no livro das actas como outros do mesmo teôr.

Obtida do capitão-mór a primeira concessão, si algum dos moradores de Santo André desejava augmentar as suas propriedades, requeria-o á Camara, que lhe concedia essa dilatação de posse, vendendo-lhe a terra.

Tal o caso de Balthazar e o de Garcia Roiz. Representava o primeiro ter necessidade de se «alargar para a beira do campo» e assim requereu aos officiaes da villa que, «respeitando a necessidade que elle tinha, lhe déssem a terra».

«A paga da dita terra será o que vossas mer-

cês mandarem, no que lhe farão esmola e mercê», dizia no requerimento.

Despachando, declarava o juiz Antonio Cubas que os officiaes demarcariam o lote concedido, devendo Balthazar por elle pagar dous tostões, «visto o concelho ser pobre».

Para promover o incremento do seu villarejo, tomavam a 8 de Fevereiro os officiaes da Camara de Santo André severas providencias contra certos moradores recalcitrantes do termo.

Assim se resolvia nessa sessão do Conselho: «quem tiver terra no termo desta villa seja obrigado dentro em um anno fazer casa nesta villa».

Dous dias mais tarde, nova medida era assentada visando os mesmos fins: prohibia-se a qualquer pessoa extranha ao arraial nelle adquirir uma casa, devendo construil-a, sob pena de perder as sesmarias concedidas.

Assim tambem apenas recebesse alguem concessão de terras, ouvia a intimação de, no lapso de um anno, «prãtar mãtimtos, ê a dita tera so pena de a perder por valuta e os capitães a poderem dar a quê as pedir».

IV

Posturas sobre os rebanhos — Mortandade causada pelos residuos da mandioca — A hygiene da villa andréense; fontes e esgotos — Perigo de incendio — Ameaça de fome — Protestos contra o afastamento dos homens validos — Reacção contra a emigração para a costa e para o sertão — Recommendações do governo geral.

Multiplicaram-se com rapidez os rebanhos no planalto piratiningano, onde tanta terra havia e tão pouca gente.

Eram consideraveis os damnos dos animaes soltos pelas roças.

Attendendo a reclamações geraes, requeria o procurador Gonçalo Fernandes, na sessão da Camara de 12 de Fevereiro de 1556, o cumprimento da postura sobre «vaquas e porquos não apastorados», que determinava o pagamento de um tostão por cada cabeça apprehendida e recolhida ao curral do Conselho.

Era, porém, a seu vêr, a pena excessiva, e o povo se «aqueixava abertamente». Pedia, portanto, uma diminuição da tão grande importancia de coima, a substituir-se por outra que «fosse honesta», para se poder elevar, porquanto eram pobres os moradores da villa.

Attendendo a tão ponderosas circunstancias, decidiram os officiaes «que lhes parecia bem por cada cabeça de vacca que fosse achada fazendo damno nas roças se pagasse meio tostão». E, outrosim, pagasse cada cabeça de porco um vintem.

Apezar da severidade da multa, continuava a invasão das plantações pelos animaes.

Defendiam os cultivadores as suas roças matando o gado ás frechadas, visto como possuir um arcabuz era quasi, em Santo André, como dispor alguem hoje de um automovel em S. Paulo.

Motivaram estes factos severa disposição da Camara, que, a 22 de Setembro de 1556, ordenava aos criadores — e dentro do prazo de um mez — «tapassem ou guardassem as suas roças, de maneira que não recebesse o povo perda».

Grande mortandade causou certa vez no rebanho suino a liberdade com que os animaes fossavam lama proveniente das aguas carregadas com os residuos dos espremedouros de mandioca. Decidiu a Municipalidade andréense que cada qual es-

premesse a mandioca «dentro em suas casas ou seus quyntaes o que a augua que sayse da mãodioca» fosse «botada numa cova e não fizesse perjuizo ao gado».

«He ysto cõ pena de hu tostão», additava gravemente o escrivão da Camara, na sua pittoresca graphia.

Imagine-se o que seria este tremedal onde os porcos iam buscar a morte, chafurdando no sumo prussico da mandioca!

Bem se comprehende que a hygiene da villa ramalhense deixasse a desejar. Si ainda no seculo XIX de longe se sentia o cheiro de Lisboa, segundo o depoimento de lord Byron, imagine-se o que seria em éras quinhentistas. A edade moderna é a éra da «crasse» e da immundicie, diz Huysmans, defensor extrenuo dos tempos medievos, com aquelle desabrimento de estylo que lhe é tão peculiar e pittoresco. Tinham outra consistencia as mucosas dos nossos antecessores e antepassados.

Assim mesmo, por mais encouraçadas que estivessem as narinas quinhentistas e habituadas a odores bem differentes dos que das caçoulas geralmente promanam, vezes havia em que lhes recalcitravam os nervos olfactivos.

Dá-nos disto prova uma resolução da Camara de Santo André, ordenando em 1557 que dentro dos muros da villa se não admittissem privadas, pelo mau cheiro «de que se aqueixavam muytos». Multa de dez tostões a quem desobedecesse.

Tão pouco o cuidado com a salubridade publica que nas fontes de alimentação publica havia quem puzesse mandioca a fermentar. Com a pesada multa de dez tostões procurava a Municipalidade salvar «as auguadas onde este povo bebia».

A vizinhança dos Indios obrigava os moradores a fazer dormir todo o seu gado no recinto fortificado. Multava a Camara de 1557, em um tostão, pago por cabeça de animal, ao proprietario que não recolhesse o seu rebanho.

Como medida de segurança collectiva numa povoação de palhoças, onde o menor incendio tudo consumiria, instituiu a Camara, a 29 de Agosto de 1559, uma pena de cincoenta réis a quem «das cerquas da villa para dentro» ousasse «tirar fogo de alguma casa sem ser coberto ou tirado em panella».

Apezar das medidas da Camara deixavam as condições de hygiene e salubridade de Santo André — e comprehende-se bem — muito a desejar. A 29 de Setembro de 1558, traduzindo as queixas geraes dos seus habitantes, dizia o procurador do Conselho a seus collegas, officiaes da Camara: «em nome do povo como estavão em esta dita vylla e morryão de fome e paçavão muyto mall e morryão hos guados».

Convictos de que fôra o local da villa mal escolhido, pediam os andréenses a sua trasladação para «dentro do termo della, de longo dalgum rio».

Vem a acta truncada de modo que não sabemos si as suas ultimas linhas se referem ao assumpto da transferencia do local. Parece-nos que sim e referem-se á opposição de algum chefe influente, provavelmente do proprio João Ramalho em obtemperar aos desejos dos seus concidadãos. «E logo na dita Camara requereu e disse que não consentia em tal; mas antes si nisso se recrescessem algumas mortes ou perdas de fazenda de haver o dito povo dar conta a quem de direito fosse».

Assim, pois, houve quem, quiçá pela violencia, ameaçasse oppor-se aos designios dos andréenses

desgostosos, e, para tanto, cheios de motivos. Escasseavam os viveres, e os homens rareavam.

A vinte e dous de Janeiro de 1556, decidiu a Camara, á vista da penuria crescente e ameaçadora, «q. nenhua pesoa dese nem vendese o alqueyre de farinha so pena de dous tostois, a metade p.ª o cõselho e a outra ametade p.ª o allcayde».

Mais grave ainda era a ameaça de distracção das já tão diminutas forças.

A João Ramalho, «como capytão e allcayde mor e a guarda deste cãopo» requeria o procurador do Conselho Francisco Pires, a 30 de Julho de 1557, que não deixasse cumprir um mandado do capitão-mór da capitania de S. Vicente, Jorge Ferreira.

Requisitara Jorge Ferreira a remessa de alguns homens para reforço da guarnição da fortaleza da Bertioga. Não se esqueça a Camara, allegava o procurador, «de que estamos na fronteira e a guardamos cada dia por contrarios». «Portestava» e requeria «da parte d'El Rey N. S. si alguma cousa e perdas se acontecessem na villa, ou mortes por falta de gentes» se responsabilizasse o capitão-mór.

Assim tambem si o gentio á povoação assaltasse. Convidava, pois, a João Ramalho «que não deixasse ir nenhuma gente fóra da dita villa e cumprisse o regimento que do sr. governador tinha».

E ainda mais obrigasse os homens que estavam para fóra a se ajustarem, fazendo-os «vyr a vyber em a vylla por serviço de Ds. e dell Rey noso sôr».

Na mesma sessão confiava o procurador do Conselho a seus collegas de vereança um facto grave, viera-lhe a noticia de que certos homens moradores da villa e seus termos pretendiam emigrar! «Serto ome hos cõpelia p.ª que cõ elle fossem p.ª ho mar».

Era este individuo um tal Estevam da Costa. Decidiu-se então notificar-se-lhe que, si continuasse a alliciar os moradores de Santo André para o abandono do arraial, seria multado na somma enorme de quinze cruzados.

Tinha esta questão da ausencia capital importancia para um nucleo de população tão pequeno como Santo André. A 10 de Setembro de 1556 mandava João Ramalho multar em quinhentos réis a certo Diogo Freire que sem sua licença sahira da villa.

É que Santo André, verdadeiro posto avançado, vivia sob a perpetua ameaça do gentio.

A 21 de Agosto de 1557, tomava a Camara providencias contra o costume perigoso dos moradores de se irem todos a um tempo para as suas roças.

«Fycava a villa sem jemte»; assim portanto «que se repartissem a metade hu dya e outra metade outro dya de maneira que não fique a vylla sem jemte».

E quem o contrario fizesse multassem-no em cento e cincoenta réis «por quada vez que fosse achado».

Luctando contra a dispersão, que para o minusculo arraial era perniciosa, suggerira Braz Cubas ao governador geral do Brasil, d. Duarte da Costa, diversas providencias que este lhe devolvera escriptas num regimento «ad usum» da «gente que houvesse de entrar pelo campo».

E esse regimento registava-o a Camara andréense em sessão de dez de Fevereiro de 1556, a requerimento de Paulo de Proença.

Prohibido fosse a qualquer portuguez ou hespanhol tentar passar ao Paraguay ou outra povoação de castelhanos. E si algum hespanhol appa-

recesse deportassem-no pelo primeiro navio. Aos moradores da capitania permittia se resgatar (commerciar) pelo campo a dentro, de modo que os proventos se repartissem.

«Assim aos pobres como aos ricos». Providencias, no entanto, deviam ser tomadas para que nem todos ao mesmo tempo sahissem».

E procurassem tratar os Indios do melhor modo possivel.

Severa e formal prohibição se communicava a estes desbravadores do deserto, quanto a estabelecerem, no interior, fundição de metaes, fossem quaes fossem, para que aos selvicolas imprudentemente não se fornecessem armamentos.

Ficava João Ramalho encarregado de não deixar passar, para o sertão, pessoa alguma, sem a permissão do capitão-mór de S. Vicente. Exceptuados deviam ser os Jesuitas, munidos de permissão especial do Governo Geral.

V

Formalidades para a admissão de moradores — Praxes administrativas — Funccionarios incompetentes — Falta de pessoal idoneo — A má reputação de Santo André — Antipathia jesuitica — Argumentos a favor de João Ramalho.

Teria realmente Santo André esta feição de valhacouto de bandidos que Ulrico Schmidel lhe notara, a ponto de felicitar-se pelo facto de se não haver avistado com o chefe do incriminado coio?

O que das actas se deprehende não inspira esta feição truculenta.

Quem as lê tem a impressão de que era como uma aldeiola qualquer, pauperrima, e pacifica, de Portugal, habitada por gente rude exclusivamente entregue ás preoccupações materiaes de uma vida grosseira e aspera.

A este aspecto psychologico outro se enxerta, resultante das condições de intranquillidade em que vivia o arraial rodeado do mysterio da selva proxima, inteiramente ignota, estabelecido a alguns kilometros de anthropophagos, e podendo, de um momento para outro, pelos selvagens ser aggredido e quiçá arrazado.

Para ser morador em Santo André precisava certamente possuir alguem uma fibra de pouco vulgar energia e desprendimento da vida, que se não coaduna com a brandura e os sentimentos humanitarios e altruisticos.

Não podia João Ramalho fazer grande selecção entre os companheiros de vida, a todos precisando acceitar para a sua rude povoação de brancos e indios. Aos fracos deviam as condições do ambiente eliminar.

Assim mesmo não se mostrava destituida de formalidades a admissão dos individuos no nucleo dos moradores. A 7 de Novembro de 1556 requeria Manuel Ribeiro á Camara que o houvesse por morador na villa.

E não era comtudo um recemvindo. Na sua petição pittorescamente allegava que «na villa tinha casa e roças e vaccas e mulher (sic); nella estava e era morador». Assim pois o «assentassem por morador».

Despachando-lhe a petição houveram-no os officiaes da Camara «por morador em a dita villa de Santo André».

Estas exigencias relativas a um homem que

já ha tempo residia na communidade andréense dão-nos a impressão nitida de que nella imperavam normas diversas das que existem num mero agglomerado de depredadores. Seria naturalmente estulto esperar que na villa da borda se constatasse o jogo das instituições dos paizes velhos e densamente povoados.

Entretanto, a 8 de Janeiro de 1557 protestava a Camara contra o procedimento do capitão-mór da capitania, Jorge Ferreira, pelo facto de se recusar a despachar os papeis relativos ao renovamento da Municipalidade, ameaçando responsabilizal-o por todas as perdas e damnos e «denefycações da vylla o bês d'orfãos qu por fallta de justiça» se perdessem.

Respeitavam-se em Santo André as normas administrativas e burocraticas, já o deixamos notado, e no entanto podia-se esperar que todas e quaesquer formalidades alli se achassem abolidas, o que, entre parentheses, não seria extraordinario.

Assim por exemplo nas actas se nos deparam autos de pauta dos officiaes da Camara ou termos de posse da Municipalidade em que se regista o juramento aos «saõtos avãogelhos» dos novos edis «p.a que bem e verdadeyram.te e cõ sãs côsyemsyas hos sobreditos fyzesem justiça ás partes e guardasem ho segredo a justyça».

E tomando o compromisso «pormetiam a bem da vylla e proll do povo a fazer pollo juram.to que tomarão» a cumprir o dever que lhes indicavam as ordenações dos Senhores Reis.

E si nestas aberturas de pautas deixava alguem de ser empossado, termo especial se lançava para que se lhe désse juramento.

Os almotaceis, renovados frequentemente, não entravam em exercicio do cargo sem que um termo

da Camara lhes não consignasse a effectivação, documentando-lhes a promessa «de que fariam bem e verdadeiramente como Deus lhes désse a entender».

Precisava um vereador ou juiz ausentar-se, e immediatamente o communicava á Camara, pedindo-lhe a necessaria licença para afastar-se e a nomeação de um substituto, o que tudo em acta devia constar. A 2 de Setembro de 1555 á sessão da Camara comparecia Francisco Alves, então alcaide, e, porquanto pretendesse ir para o campo, para tanto pediu licença aos seus collegas, que lha deram.

«E por hele foi apresêtado hu' homê p.e servir o dito hoficio em sua ausencia e logo os ditos hoficiaes réceberão ao dito e lhe derão o dito cargo dalcaide e vara en a dita Camara p.a quatro mezes e lhe derão juramento aos santos havangelhos.»

Como se vê, eram as formalidades acatadas pela villa ramalhense, cujas actas formigam de termos no genero dos que acabamos de citar.

Ninguem poderia esperar que em similhante meio, perdido na solidão do continente deserto, letrados houvesse.

Apezar da insignificante cultura para o exercicio dos cargos exigida, ainda havia quem se confessasse pouco idoneo para o seu desempenho.

Em sessão de 12 de Fevereiro de 1556 pedia o procurador do Conselho, Gonçalo Fernandes, a destituição do escrivão Simão Jorge. Era «grão cargo de consciencia» occupal-o esse funccionario, por quanto não no entendia nem sabia dar despacho ás partes conforme o que sua alteza mandava e por que perecia a justiça». E o curioso é que o destituido escrivão, elle proprio, fez a confissão da sua ignorancia no termo a que alludimos, o

que demonstra haver sido pelo menos pessoa de optima composição.

Esta incompetencia, absoluta e confessa, não inhibiria aliás mais tarde ao escrivão letras gordas o exercicio de cargos publicos, dada a falta de pessoal idoneo que em S. André havia. Em Agosto seguinte á sua destituição era Simão Jorge eleito almotacel.

Á antipathia jesuitica deveu Santo André, sobretudo, a má reputação que lhe está adstricta á memoria. Insensato pretender que similhante fama seja calumniosa ou simplesmente infundada. Por mais apaixonados que se achem os panegyristas de João Ramalho não poderão contestar que a villa andréense haja sido um nucleo de apresadores de Indios, e basta esta feição do trafico de escravos para fazer com que elle se revista dos estigmas da violencia e da crueldade.

Fosse como fosse, quer estivessem, os loyolistas, simples e puramente empolgados pelo mysticismo dos missionarios humildes e ardentes, quer por essa visão deslumbradora da fundação de um imperio theocratico sul-americano — de que tanto os accusam inimigos e detractores — certo é que na lucta aberta com os andréenses representavam a civilização, procurando, em nome da humanidade, reprimir o tráfico.

Comprehende-se quanto os aborrecessem os aventureiros do arraial ramalhense, cuja feia catadura e peior reputação tanto assustara a Schmidel.

E nem esqueçamos que, si, nos seculos primeiros, ás terras americanas passou um ou outro santo, o grosso do exercito emigrante não era propriamente de individuos com pretenções a figurar nos hagiologios. Ás dezenas de milhares os que transpuzeram o Atlantico foram os desvairados do

Eldorado, as revoadas dos ferozes gerifaltes heredianos, «cançados da altiva miseria», de que nos fala o immortal soneto parnasiano.

Para elles, o symbolo da dominação branca não era o templo, dos seculos passados, nem a escola do chavão moderno.

E assim, nada mais expressivo do que o grito de alma daquelles aventureiros quinhentistas, de que nos fala um chronista, por longos mezes extraviados na selva americana.

Subido, inesperadamente, quando já desanimados de poderem sahir das brenhas, succedera-lhes o que aos retirantes de Xenophonte acontecera.

Por uma aberta, através da matta, tiveram a longinqua visão do seu *thalassa*. Em vez do Oceano, avistaram porém extranha e simples armação; a arvore por excellencia do pomar de Luiz XI, de onde pendiam abundantes e sinistros fructos. E extasiados ante a força symbolica da occupação européa e do coroamento possivel, quiçá provavel, de sua digna e agitada existencia, bradaram, na expontaneidade do movimento da consciencia de que se reincorporavam á civilização. «Louvado seja Deus. Estamos em terra de christãos!»

Seria porém a mais absoluta injustiça e estulta inverdade pretender que no arraial ramalhense só houvesse essa gente mal encarada, que ao calejado e pouco assustadiço Ulrico Schmidel intimidara.

Já o deixámos notado: precisava João Ramalho, antes de tudo, prover a segurança do seu posto avançado. Ante esta questão vital, como poderia pois recusar o concurso daquelles que o procuravam para compartilhar da sua rude e perigosa existencia diariamente ameaçada?

Uma convicção nos fica da leitura das «Actas»

e da apreciação dos seus modos de proceder nellas relatados: é que os apodos dos chronistas o attingem sobretudo como chefe e patriarcha de uma grei por elles detestada. É o padre Simão de Vasconcellos o seu grande detractor. Escreveu quasi um seculo após a sua morte, quando dos seus descendentes e dos de seus sequazes soffrera a Companhia os maiores damnos e affrontas.

Ainda, em 1662, era recentissima a chaga aberta pela rememoração desse longo exilio de treze annos soffridos pelos seus confrades, expulsos de S. Paulo em 1640.

Remontando ás fontes dessa inveterada animosidade, desabridamente aggrediu o alcaide-mór de Santo André.

«Homem por graves crimes infame e excommungado» assevera, accrescenta em outro topico: «rico na terra, mas infame nos vicios, amancebado publicamente por quasi quarenta annos e de ordinario por essa causa excommungado».

Accusa-o ainda, e formalmente, de haver planejado o assassinato do padre Leonardo Nunes. Dos filhos do guarda-mór, e alludindo ao odio que a Companhia votavam, avança: «aquelles mamelucos Ramalhos, de arvore ruim peores fructos, resuscitando os seus rancores, foram maiores males que a propria peste».

Os nossos mais velhos chronistas de João Ramalho não cogitam: Gandavo, nem frei Vicente do Salvador ou Gabriel Soares.

Posterior a Simão de Vasconcellos, nelle tambem não fala Rocha Pitta, lamentavel lacuna da obra do historiador bahiano aliás mais regionalista do que brasileiro. É Jaboatão egualmente omisso quanto ao supposto naufrago de S. André, muito

embora se refiram varias de suas «estancias» ás cousas vicentinas.

Não é absolutamente o nosso intento discutir a questão controvertida das qualidades e meritos de João Ramalho.

Estudando-lhe a personalidade á luz dos documentos existentes, a conclusões desfavoraveis chegou em 1902 uma commissão composta de homens de eminente saber e exempção de animo como Theodoro Sampaio, Antonio Piza, Orville Derby e João Mendes Junior.

Não devia ter sido o alcaide-mór naufrago nem degredado, e sim apenas um aventureiro, mero traficante de escravos, ao Brasil attrahido pelo interesse commercial e nelle retido pela liberdade da vida selvagem ou pelo prestigio adquirido entre os Indios.

Analphabeto e provavelmente judeu, não podia ser uma e unica pessoa com o bacharel de Cananéa, como pretendera Candido Mendes. Deste parecer radicalmente divergindo, apresentou o quinto membro da commissão, o dr. Manuel Pereira Guimarães, vehementes argumentos rehabilitadores do chefe de S. André.

Foram-lhe as conclusões apoiadas por ponderações valiosas emittidas por Campos Andrade.

Ha realmente entre os argumentos do dr. Pereira Guimarães um que nos parece robusto. Acaso fosse João Ramalho tão adverso aos Jesuitas promptamente teria obedecido a Mem de Sá, destruido a villa, séde do seu inconteste e enorme poderio, afim de transferir-se á ilharga dos loyolistas, passando a occupar um plano secundario?

Que importancia podia attribuir a ordens régias, quando no planalto, defendido pela serra inexpugnavel, era elle um senhor absoluto?

Não nos relata Schmidel que pela violencia e pela guerra obrigava os Portuguezes recalcitrantes a lhe reconhecerem a autoridade?

A oitocentos brancos despoticamente governava. Não nos diz ainda o aventureiro allemão que facilmente podia pôr em campanha cinco mil arcos, quando o rei não conseguiria arregimentar dous mil? Que damnos lhe conseguiria fazer o governador geral do Brasil, ou o rei de Portugal? Nenhum, absolutamente nenhum. Nem se atreveria a lhe declarar a guerra.

E no entanto obedeceu depois de longa reluctancia, é verdade, nascida do amor proprio offendido; arrazou a sua villa e com seus filhos foi morar junto áquelles «cujos intentos eram diametralmente oppostos aos seus», na phrase de frei Gaspar da Madre de Deus.

Fizesse um aceno e, em 1560, lhe seria mais facil intimidar aos Jesuitas do que os seus descendentes em 1611 e 1640, quando os forçaram ao silencio e afinal ao abandono do seu collegio.

Teria acaso porém visto o proprio prestigio, em poucos annos, declinar entre os seus, solapado pela influencia dos Jesuitas de S. Paulo, a ponto de se vêr forçado á symbiose que tanto lhe repugnava? É possivel, tanto mais quanto nos falam os documentos da tendencia á immigração por parte dos andreenses, descontentes com a situação da villa da Borda do Campo. Examinemos a questão detidamente.

VI

A lucta entre S. Paulo e Santo André.

Firmada a situação dos Jesuitas em S. Paulo não haviam tardado a avultar os resultados da Missão.

Cada vez mais senhores da psychologia dos seus discipulos inventavam os missionarios novos e aperfeiçoados methodos de conquista das almas, como o catecismo em tupy, por perguntas e respostas, idéa do padre Luiz da Gram. Estes «dialogos eram mui conformes ao costume natural do falar dos Brazis» e deu optimos fructos, «Foi para ver o muito que contentou esta nova traça de ensinar e o grande cuidado com que se davam a apprender: especialmente as mulheres mestiças em breve tempo ficaram mestras e presavam-se de ensinar seus filhos e escravos com a mesma doutrina», diz o padre Simão. «E se viam naquellas villas tantas escolas quantas eram as casas, onde ellas moravam, com mudança notavel de costumes e frequencia maior do sacramento da confissão pela lingua brasilica».

Começou João Ramalho a sentir os effeitos da competição, que se ia empenhar entre o seu nucleo de aventureiros e mamelucos e o arraial jesuitico das margens do Tamanduatehy.

Em 1556 inauguravam os Ignacianos o seu novo collegio já muito superior ás installações primitivas, brilhando então o engenho do padre Affonso Braz, «mestre e juntamente obreiro assim das taipas como da carpinteria». Fóra tudo feito com não pequeno suor dos estudantes que para a obra traziam ás costas os cestos de terra e po-

tes de agua, no tempo que podiam poupar do seu estudo». Vingavam, definitivamente, no planalto, os loyolistas.

Pouco depois da fundação de seu arraial a elle se incorporavam os dous morubixabas celebres, Tibyrçá e o velho Caiubi, ancião, «que deixando parentes, casas, e roças no sertão viera junto aos padres morar em uma pequena choupana, para bem de sua alma. E a exemplo dos dois famosos indios desceram tantos dos seus sertões que não cabiam já em aldeia».

Dentro em breve não tardava a irromper violenta a animadversão de João Ramalho e sua gente á obra jesuitica de Piratininga.

Já ao surgir no planalto o primeiro missionario chegara a pensar em supprimi-lo, affirma o chronista, havendo incitado dous dos seus filhos a que assassinassem o padre Simão Rodrigues. Não se realizara o attentado, porém, devido a sobrenatural intervenção.

No entanto, pelos termos da chronica de Polanco, o secretario de S. Ignacio de Loyola, citada por Capistrano de Abreu nos seus sabios *Prolegomenos* á *Historia* de frei Vicente do Salvador, fôra o proprio João Ramalho quem mandara o seu primogenito servir de guia ao padre Manuel da Nobrega, quando o grande jesuita decidira pela primeira vez visitar o planalto. Apaixonado como poucos o rev. padre reitor do Collegio de S. Paulo é bom le-lo com prudencia avisa o nosso doutissimo mestre.

Ao famoso naufrago referem-se, parece fóra de duvida, as vehementes accusações, que na sua carta quadrimensal, de Maio a Setembro de 1554, faz Anchieta a certo chefe branco de uma aldeia vizinha de S. Paulo.

Depois de explicar as difficuldades que lhe causavam á catechese, lembra «a detestavel maldade dos proprios christãos» fronteiros de Piratininga, «nos quaes não só achavam os selvagens exemplo de vida como favor e auxilio para commetterem delictos».

E positivando factos affirma o thaumaturgo:

«Certos christãos, nascidos de pae portuguez e mãe brasilica, que estão distantes de nós nove milhas, em uma povoação de Portuguezes, não cessam, junctamente com seu pae de empregar continuos esforços para derrubarem a obra, que ajudando-nos a graça de Deus, trabalhamos por edificar, persuadindo aos proprios catechumenos com assiduos e nefandos conselhos para que se apartem de nós e só a elles, que tambem usam de arco e flechas como elles, creiam e não dêem o menor credito a nós, que para aqui fomos mandados por causa de nossa perversidade.»

Assim haviam conseguido que os catechumenos de certa aldeia voltassem ás prácticas anthropophagicas; servira até um destes mamelucos de sacrificador num festim de cannibaes, constando que tambem devorara a carne de sua victima.

A outro se avisara que se emendasse sob pena de ter de avir-se com a Inquisição. «Acabarei com a Inquisição a flechadas», retrucara soberbo e insolente o joven mameluco.

«Quem na verdade é espinho não póde produzir uvas», avança o apostolo do Brasil, referindo-se ao alcaide-mór de S. André.

E argue-lhe e aos filhos «o indecoroso e dissoluto modo de viver».

Não recuavam ante o incesto, apesar de constantemente advertidos.

Depois de lhes testemunharem toda a boa von-

tade, tratando-lhes carinhosamente da saude até, verificaram os ignacianos quanto eram os seus esforços baldados para os pôrem no caminho do bem, apesar da mansidão com que lhes endereçavam as supplicas e o espirito de brandura com que os pretendiam commover.

«Começaram, então, a exercer algum rigor e violencia para com elles, expellindo-os, sobretudo, da communhão da egreja.»

Redobraram de furor os mamelucos e andréenses em geral, «esforçando-se em fazer mal aos missionarios, por todos os meios e modos e ameaçando-os com a morte».

Trabalharam especialmente para tornar nulla a doutrina, com que instruiam e preparavam os Indios.

«E assim, si não se extinguir de todo este tão pernicioso contagio, augurava Anchieta, não só não progredirá a conversão dos infieis, como se enfraquecerá, e, de dia em dia, necessariamente desfallecerá.»

Na aldeia de Maniçoba obtiveram os Ramalhos assignalado triumpho, conta-nos Simão de Vasconcellos.

Amotinaram-se os Indios, e os padres houveram de deixa-la.

Nada, porém, conseguiram em Piratininga, onde os neophytos, guiados pela fidelidade inabalavel do proprio avô dos terriveis mamelucos, o velho Tibiryçá, se mantiveram inabalaveis.

Si não se revoltavam, nem por isto deixavam de dar alarmadores signaes do seu estado de alma.

Ainda em fins de 1554 haviam os Ramalhos conseguido, avança ainda o chronista, que as tribus fronteiras de Piratininga assaltassem, e com enorme superioridade de fôrças, ao arraial jesuitico.

A situação salvara o valor de uma mulher «já baptizada, grande christã e de animo varonil», cujo marido era um cacique tambem convertido.

Segundo o costume de sua gente ia-lhe ao lado e, ao perceber a frouxidão dos seus, ante a desproporção de arcos entre elles christãos e «uma tão grande multidão de gente, qual nunca tinham imaginado», poz-se a anima-los aos brados: «Que se lembrassem todos que pelejavam por Christo e como pessoas pertencentes ao céo. Grande cousa bater-se com comedores de carne humana!! Fizessem o signal da Santa Cruz ensinado pelos padres e esperassem pela victoria, que Deus lha daria».

Subitamente electrizados, persignaram-se os christãos e lançaram-se á peleja, cabendo-lhes extraordinario triumpho.

Nenhum dos cadaveres inimigos — facto prodigioso e virgem! — soffreu ultrages. Tiveram sepultura com os dos neophytos tombados em defesa da fé.

Acrescenta Vasconcellos que, á noite, voltando furtivamente os vencidos, ao campo de acção, afim de profanar os corpos dos inimigos, segundo o costume selvagem, pasmaram-se do succedido.

«Admiraram-se de que em breve tempo estivessem trocados seus inimigos que se abstivessem dos corpos que se mataram e usassem com elles de um beneficio tão contrario a seus antigos ritos.»

Sabe Deus o que aos Jesuitas custava procurar extirpar dos seus fieis «estes antigos ritos» milliarios, este amor á anthropophagia, entre elles visceral e inherente á formação do espirito e do character, porque a ella se filiavam as bases do seu codigo rudimentar do pundonor e da honra.

Dizer a um Indio que elle se acolhia á sombra dos padres para evitar a lucta com os seus

contrarios, fallar-lhe na coragem dos seus inimigos que recusavam a catechese, lembrar-lhes a vingança não tomada, os desforços esquecidos, era sangra-lo na veia da honra, da dignidade, era quasi perde-lo para a catechese e para civilisação que já vinha encontrando-se pelos actos bons, brandura dos costumes, pelo perdão ou esquecimento dos aggravos recebidos» observa Theodoro Sampaio com a maior propriedade.

Bem comprehenderam os Ramalhos que um de seus maiores recursos na lucta desvantajosa com os Loyolistas sustentada, era, exactamente, acenar aos Indios as idéas de regresso as practicas anthropophagicas, tão violenta e intransigentemente combatidas pelos evangelisadores.

E effeitos surtiram taes incitamentos: assim em Janeiro de 1555 foram-se, aos magotes e em segredo, os Indios de S. Paulo assistir a um festim cannibalesco em Jeribatiba.

Sabendo-o, reprehendeu-os Nobrega, arrebatadamente, obrigando os a severissima penitencia disciplinar.

Não tardariam «a voltar ao vomito» diz o chronista, de modo pittoresco, e tão despejadamente, que não receiaram affrontar os proprios catechistas, no seu arraial.

Em face do Collegio, dentro em pouco, se faziam os solennes preparativos para o brodio de que deveria ser um Guayaná a victima. E o peor era: o amphytrião vinha a ser o proprio Tibiryçá, que na festa ia funccionar como o sacrificador do prisioneiro.

Desvairados de enthusiasmo agiam os neophytos com enorme desenvoltura: «Como si em seu sertão estivessem, que parece não ficam em si nestes casos, ou arrebatados do odio do inimigo, ou do

amor da carne humana, ou do appetite da honra que cuidam ganhar em similhante acto», commenta o padre Vasconcellos.

Amarrado fóra á fatal mussurana o pobre guayaná, «corriam os brindes, já se aprestavam as velhas, repartidas que haviam de ser das carnes do triste padecente: preveniam fogo, lenha, panellas em que coze-las, já finalmente se enfeitava o valente triumphador que havia de ser obrador de tão illustre feito».

Exgottados os argumentos pacificos e as exhortações de toda a especie, resolveu Nobrega violentamente agir.

Em tropel sahiram todos os jesuitas do collegio, «quebraram as cordas, largaram o preso, afugentaram as velhas, desfizeram o fogo, quebraram as panellas e talhas de vinho». E firmes em não recuar deante de quaesquer consequencias chegaram a precipitar-se sobre o morubixaba, desarmando-o.

«Aqui se deu por affrontado o bom principal Martim Affonso: gritou, assoviou, bateu o arco e o pé, appellidou os seus, e ameaçou que lançaria de suas terras gentes que não deixava desaffrontar-se um principal de seus inimigos». Armado como estava tentou aggredir os jesuitas, mas estes o contiveram. Estava imminente um terrivel desforço dos selvicolas. Cada vez mais audaz, verberou-lhes Nobrega o procedimento, com a maior dureza de expressão, sobretudo ao sogro e á mulher do reincidente cacique, catechumenos antigos.

Não tardava a tel-os todos aos seus pés, a chorar convulsamente e a pedir-lhe perdão.

Nunca se haveria de repetir em S. Paulo, uma scena destas e dahi em deante poderiam contar os missionarios com a obediencia absoluta do grande chefe que, pouco depois, em 1562, lhes daria

as maiores provas de amor e fidelidade salvando-os da arremettida terrivel das tribus tamoyas confederadas.

Apesar da hostilidade de João Ramalho e dos seus, frequentavam os jesuitas, semanalmente, a S. André, onde não havia cura, celebrando, prégando e doutrinando.

Poucos se lhes dava esta má vontade. Não deixavam de lá ir, na sua irradiação pelas aldeias em torno de S. Paulo. «Destes caminhos, diz Anchieta, andavam os missionarios com os pés esfolados e escaldados do rigor das neves e geadas».

E como frequentemente occorresse chamarem os padres, de noite, para doentes necessitados lá iam elles, infatigaveis, «com fachos accesos, pelo meio das mattas cerradas, tropeçando e cahindo a cada passo».

Nascera deste contacto a corrente emigratoria, cada vez mais avultada, que de S. André da Borda do Campo se dirigia a S. Paulo, no depoimento de Nobrega.

Neste caso da fusão das duas villas, forçando Mem de Sá, em 1560, João Ramalho a incorporar-se, com todos os seus, a S. Paulo, difficil é fazer-se exacto criterio dos motivos que provocaram o desapparecimento de Santo André.

Em materia de depoimentos contemporaneos existem os do lado de S. Paulo, contrapondo-se ás relações jesuiticas o silencio absoluto dos seus rudes e ignaros opponentes.

Nas «Actas da Camara de Santo André», ora publicadas, nada se diz do projecto de reunião dos dois arraiaes. Apenas se consigna, a 20 de Setembro de 1557, quanto se achavam os andréenses descontentes com a situação de sua villa.

Queixando-se aos vereadores allegava o pro-

curador do conselho «como estavão em esta dyta villa e morryão de fome e paçavão muito mall e moryão ho guado e que se fossem dentro no termo della de llonge dallgñ ryo».

Havia portanto muito quem pensasse na trasladação.

Aliás não affirma Nobrega na sua carta de 1556 a S. Ignacio que todos os christãos do planalto desejariam residir em S. Paulo «se lhes dessem licença»?

Que em 1560 ainda existia S. André di-lo insophismavelmente, um documento do processo de João de Bolés: o depoimento de Jorge Moreira que a 23 de abril daquelle anno, inquirido em Santos, declarava-se: «morador em a villa de S. André e em lá morador, ora estante em esta villa de Santos».

VII

A extincção de Santo André — Supposições e hypotheses.

Nas «Actas da Camara de S. Paulo» nada ha sobre os motivos da extincção de S. André. Nellas apenas existe uma allusão ao despovoamento definitivo da villa ramalhense, por ordem de Mem de Sá, allusão preciosa como fixadora da data de tal acontecimento.

Cumpre não esquecer, porém, que infelizmente desappareceu o primeiro livro da serie de vereações de S. Paulo o de 1560-1562.

Teve ainda Candido Mendes o ensejo de o compulsar pelos annos de 1880 e numa de suas celebres memorias de controversia e demolição dos chronistas de S. Paulo, occorreu-lhe transcrever umas linhas da carta dos vereadores de Piratininga á Rai-

nha Regente D. Catharina, datada de 20 de Maio de 1561, em que vem precioso topico.

A falar de Mem de Sá exprimem-se estes officiaes, Jorge Moreira e Joannes Annes: «E assim mandou que a villa de S. André onde antes estavam se passasse para junto da casa de S. Paulo, que é dos Padres de Jesus, porque nós todos lhe pedimos por uma petição, assim por ser logar mais forte e mais defensavel e mais seguro assim dos contrarios como dos nossos indios como por muitas outras cousas, que a elles e a nós moveram».

As razões por Mem de Sá adduzidas estribaram-se na concentração das forças esparsas, e tão diminutas, dos brancos do planalto, ante a ameaçadora attitude dos selvicolas.

Sobre o seu espirito actuaram, acima de quaesquer argumentos, os pedidos dos jesuitas, que desejavam de vez extinguir o foco rival de S. André. Como, porém? Englobando-o na sua propria villa?

Não receariam uma commoção interna que os assoberbasse, provocada por estes elementos heterogeneos, cujas tendencias e impulsões tanto combatiam? Ter-se-ia pois João Ramalho associado aos paulistanos livre e expontaneamente? Eram-lhe ou pelo menos haviam sido o prestigio immenso e as forças incomparavelmente superiores ás do rei, avança insuspeita voz, a de Ulrico Schmidel, cujo depoimento já adduzimos.

Vira, não ha duvida possivel, e com a maior má vontade, crescerem as forças da fundação paulistana. Guerreara-a de todos os modos e procurara aos olhos dos indios desacreditar aos rivaes detestados lançando mão de mil recursos. Assim pelo menos o afiança o padre Simão de Vasconcellos ao relatar, no caso do «homem da sepultura», quanto se empenhara o Alcaide Mór do campo, e seus

filhos em fazer crer aos selvicolas que a apregoada castidade dos missionarios não passava da mais refalsada hypocrisia.

«Andava elle com a caterva de seus filhos, muitos em numero e todos de má casta, mamelucos illegitimos e desalmados, desinquietando a villa contra os padres, espalhando de alguns delles crimes pessimos, e indignos de seculares, quanto mais de pessoas religiosas.»

A João Ramalho, ainda parecem referir-se os topicos de uma carta de Pero Correia a Belchior Nunes, em 1551, quando relata o conflicto entre o Padre Leonardo Nunes e «um homem que havia quarenta annos estava na terra já tinha bisnetos e sempre viveu em peccado mortal e andava excommungado».

Neste conflicto valera-lhe muito a dedicação e coragem de uma india recem conversa cujo valor intimidara o branco no momento em que com um cacete pretendia aggredir o jesuita, pelo facto de se haver recusado a dizer missa em sua presença. D'ahi talvez haja haurido Vasconcellos parte de suas informações sobre os casos que em sua *Chronica* relata.

Ao padre Manuel da Nobrega articulara João Ramalho em pessoa as mais graves accusações sobre o fundador de S. Paulo, padre Manuel de Paiva, dois sarcedotes mais e dois leigos, obrigando-o a severo inquerito em que nada se apurara contra os religiosos.

Vasconcellos, honesto mas apaixonado compulsou numerosos documentos dos mais authenticos. É de suppor porém, que como quer frei Gaspar, se haja levado a exaggeradas expressões ao falar do patriarcha dos escravizadores de indios, eternos inimigos da Companhia.

Inexplicavel essa attitude de Ramalho, acceitando uma symbiose com a gente de Piratininga, repetimo-lo.

A não ser que a isto o não forçasse o movimento emigratorio nascido das más condições de vida na sua villa.

Em sete annos, declinara tanto a sua influencia que se visse forçado a dobrar a cerviz ante os odiados ignacianos? Acaso se deixaria tocar pelo renascimento da fibra religiosa, pelos convites do sogro, o cacique devotado aos loyolistas? Resolvera entrar em composição antes que se sentisse em situação positivamente inferior e acabasse vencido? Tudo é possivel, no conjuncto das hypotheses a aventar.

A nós se nos afigura que o Guarda Mór, movido por argumentos persuasivos e conciliadores, deixou-se levar á incorporação do seu arraial ao de S. Paulo. Consentiu em fazer o que tantos annos recusara aos compatriotas do littoral, que desde 1542 o solicitavam a que emigrasse para S. Vicente.

Da attitude deferente e pacifica de João Ramalho para com os jesuitas falam-nos por exclusão as «Actas da Camara de S. Paulo», onde se não lê a menor allusão a qualquer desaguisado havido entre o velho alcaide-mór de S. André e seus rivaes triumphantes.

Explicação plausivel destes acontecimentos é a do nosso historiador primevo, frei Gaspar da Madre Deus.

«Attrahidos pelos religiosos, foram concorrendo para S. Paulo muitos indios do sertão, e logares circumvizinhos, com sentimento grande de João Ramalho e seus filhos, cujos intentos eram diametralmente oppostos aos dos padres. Estes queriam augmentar a sua aldeia, e aquelles a sua villa,

e como os incrementos de qualquer dellas atrasavam os progressos da sua competidora, nem os jesuitas podiam tolerar a subsistencia de Santo André, nem os Ramalhos soffrer a de S. Paulo. Uns e outros convidavam indios e portuguezes, desejosos de attrahir grande numero de povoadores, que se unissem a elles e daqui nasceram as contendas, que tanto exaggera o chronista da Companhia do Brasil, lançando toda a culpa aos filhos de João Ramalho. Vasconcellos não explica que as diligencias foram reciprocas: cala ás solicitações de seus socios: e pinta as dos Ramalhos por estylo, que os reputa sediciosos ou rebeldes ao Estado quem lê a chronica da sua Provincia.»

«A vista dos padres era muito mais penetrante que a de seus emulos, continua o benedictino nos seus commentarios judiciosos. Elles olhavam para aquella villa como para um obstaculo aos progressos da nova aldeia; e vendo que ambas não podiam existir, desviaram o golpe fatal que ameaçava a sua povoação, dispondo as cousas de sorte que a espada fosse descarregar sobre o inimigo. Tentaram persuadir aos do Governo que era conveniente ao Estado e util á religião, mudar-se para a aldeia de S. Paulo o pellourinho, e moradores de Santo André, e juntamente o fôro, e villa». Numerosos os argumentos adduzidos: sobretudo a ausencia devida espiritual em Santo André, e a optima situação estrategica de S. Paulo.

«Depois de contenderem alguns annos por este modo, conclue frei Gaspar, chegaram finalmente os padres a cantar a victoria: porque, achando-se em S. Vicente o governador geral Mem de Sá, em 1560, taes razões lhe propoz o padre Nobrega, a quem elle muito venerava, que persuadido dellas, mandou extinguir a villa de S. André e mudar pellou-

rinho para defronte do collegio: executava a ordem no mesmo anno e dahi por deante ficou a povoação na classe das villas com o titulo de S. Paulo de Piratininga que conservava desde o seu principio.»

Na opinião do historiador vicentino, nessa competição ardente quem se sentia fraco era S. Paulo e não a sua Alba Longa da Borda do Campo.

A qual dos dois informantes caberá a verdade? ao jesuita ou ao benedictino?

Teria João Ramalho adquirido a convicção de que com effeito se devia effectuar a fusão, que tanto lhe diminuiria o prestigio, por motivos insophismaveis de segurança?

Ponderavam os jesuitas, accrescenta frei Gaspar, que Santo André, «por ficar vizinha ao matto, estava exposta ás invasões repentinas dos barbaros nossos contrarios», ao passo que a S. Paulo «não podiam chegar os inimigos sem serem sentidos, por ficar em logar descoberto e livre de arvores que occultassem as marchas dos exercitos».

Não era Santo André, porém, nenhuma villa de hontem, nem João Ramalho um adventicio recente, no planalto. Ali desde quarenta annos vivia e este lapso de tempo o habilitara a pensar na possivel revolta dos selvicolas.

É difficil imaginar qual seria a determinante capital que sobre o seu espirito viria actuar para transigir, acceitando tão grande «capitis diminutio» do seu prestigio e autoridade. Acaso presentiria os gravissimos incidentes de 1562, os factos que por um triz provocaram a expulsão dos brancos do planalto, a temerosa rebellião da chamada «Confederação dos Tamoyos?

Questões de ordem religiosa pouco deveriam movel-o e aos sequazes, acostumados á ausencia

dos sacerdotes. Não era Santo André um nucleo onde viçassem os sentimentos inspiradores dos «beguinages», nem traficantes de escravos definharam jámais á mingua de sacramentos, apesar do profundo espirito de piedade, frequentemente esdruxulo que por esses tempos reinava no mundo lusitano.

A unica razão que para a obediencia do alcaide-mór ás ordens do governo geral nos impressiona, é a possibilidade da associação da sua gente com a da Companhia de Jesus, ante os prenuncios da tempestade que se formava e, em 1562, iria estalar, uma vez que se não admittam os effeitos da corrente migratoria da Borda do Campo para S. Paulo.

Fossem quaes fossem as determinantes que o levaram a obedecer ás ordens régias, de Mem de Sá emanadas, o facto positivo é que João Ramalho se submetteu ás imposições jesuiticas. Ia passar a ser o satellite daquelles cujos processos tanto o contrariavam. Estaria em 1560, realmente em declinio a sua influencia? E isto quando em 1556 nos dão as «Actas» a entender que era immensa? Numa provisão, daquelle anno e de 22 de Agosto peremptoriamente ordenava o capitão-mór da capitania de S. Vicente, Jorge Ferreira, ao alcaide de Santo André, Balthazar Nunes, que fizesse «ho q. pello capitão e allcaide mor João Ramalho fose mãodado en proll e serviso de Ds. e del rei noso sõr».

Prestigiavam-no assim, tão fortemente, as maiores autoridades da capitania.

Frequentes as referencias documentaes do maior respeito e obediencia á sua autoridade. E não se mostrava elle despotico e absorvente. A 5 de Fevereiro de 1557, allegava, em Camara, não poder accumular os cargos de vereador e os de que já

se achava investido. Não lhe era permittido, portanto, «servyr ho dito cargo».

Habeis como sabiam ser os jesuitas trataram de agradar ao rival vencido, quanto lhes era possivel. Assim lhe arranjaram ou pelo menos não se oppuzeram a que lhe outorgassem o cargo de capitão-mór de S. Paulo, de que foi empossado a 24 de Junho de 1562 em presença da Camara da villa, promettendo, sobre o Evangelho, o velho naufrago «fazer verdade». Era a confirmação de uma eleição popular, pois o escolhera o povo de S. Paulo para seu chefe durante as guerras que por acaso estalassem com indios, comminando Jorge Collaço, representante do donatario Martim Affonso de Sousa, as mais severas penas a quem lhe desobedecesse, reza a provisão registrada nas «Actas» da Camara.

Apesar destas provas de deferencia não se conformou o velho fronteiro de Santo André ao papel de «segundo em Roma» e foi residir longe de S. Paulo, entre os indios do valle do Parahyba; ao que parece. Com effeito havendo-no os paulistanos eleito vereador de sua Camara, no anno de 1574, veiu a S. Paulo, hospedando-se então em casa de Luiz Martins, diz a acta de 15 de Fevereiro. Ahi o foi visitar o concelho instando-o a que acceitasse a eleição. Respondeu categoricamente «que era um homem velho que passava de setenta annos e estava tão bem em um logar em terra dos contrarios da Parahyba e que estava tão bem, como degredado no dito logar e que pelas taes razões não podia servir o cargo».

Era um pequeno desabafo aos resentimentos que lhe enchiam o peito, ao lembrar-se de sua realeza deposta, dos campos do planalto.

Em 1582 vemol-o em S. Paulo a ditar o tes-

tamento a um tabellião o famoso documento provocador do equivoco, que tanto mal fez á reputação de frei Gaspar. Depois dessa data não ha o que mais lembre a existencia do celebre emulo de Caramurú.

Entende Capistrano que o grande realce de que se revestiu João Ramalho perante os modernos é devido á identificação que de sua personalidade tentou fazer Candido Mendes, confundindo-o com o Bacharel de Cananéa.

A este respeito assim se exprime o historiador, sobre o guarda mór do Campo «Fora de duvida está que João Ramalho foi um dos colonos mais antigos; preferiu o planalto á beira mar. fez-se respeitado pelos indigenas, entre os quaes grangeou numerosa prole. Os habitos adquiridos em decennios de vida solta incompatibilisaram-no com os jesuitas de cujas chronicas sahiu mal notado. Muito deu que fallar o seu testamento. do qual sonsamente deduziu Frei Gaspar da Madre de Deus que fora elle o verdadeiro descobridor da America; o documento não foi visto só por Frei Gaspar mas até agora não reappareceu».

VIII

Documentos desabonadores de andréenses — Conceitos de Theodoro Sampaio — A significação brasileira de Santo André e da acção de João Ramalho.

Referencias positivas desabonadoras de moradores do arraial andréense encontramol-as nas «Actas» averbadas apenas em um ou dois termos. Reporta-se a de 8 de fevereiro de 1557, aliás, a um dos personagens mais influentes e considerados

da villa: Antonio Cubas, juiz em 1555 e 1556, investido portanto do executivo municipal neste biennio. Por este documento se vê que o governador geral Dom Duarte da Costa transferira o logar de degredo, a que estava elle condemnado, da Capitania de S. Amaro para a de S. Vicente, talvez a pedido do proprio degredado. Fixou-lhe então a residencia em Santo André. Fez o juiz de 1557, Simão Jorge, com que nos livros da Camara se registrasse uma certidão comprobatoria dessa permissão, que o capitão mór Jorge Ferreira já em S. Vicente fizera averbar.

Além desta allusão e uma outra, de menor importancia, aos maus antecedentes de morador do arraial, só encontrámos outro trecho das «Actas» de cuja leitura se possam inferir conceitos pejorativos, em relação a personagens andréenses.

Assim, consigna a acta de 22 de Julho de 1555 as excusas do almotacel João Pires Gago justificadoras da falta do cumprimento dos deveres a seu cargo. «Andara homeseado», declara secca e singelamente, sem dizer porque. Voltava agora a reassumir o cargo, simples e naturalmente. E foi reempossado sem que o caso extranheza causasse, e ainda muito menos escandalo, aos seus companheiros de vereança, benevolos e acostumados, certamente, a estas cousas «triviaes» no scenario em que viviam.

Num posto de vanguarda da civilisação, num povoado de fronteiras do deserto, quem poderá admirar-se de semelhantes homens e semelhantes actos? E sobretudo quando se sabe que aos rudes povoadores andréenses dominava a mentalidade dos devassadores da America, dos homens de um aspero seculo de contendas religiosas, trafico de escravos, sujeição e exterminio das raças inferiores

do Novo Mundo. Ha muito que lhes precise ser desculpado, attendendo á feição do espirito e ao estado d'alma.

Commentando o desapparecimento da villa da Borda escreve Theodoro Sampaio algumas palavras severas:

«Santo André como um ninho de escravismo e foco de turbulencia desappareceu sem deixar vestigios como se de vez a arrazara um braço exterminador. Nas margens do Guapituba que flue para Piratininga, cerca de legua da actual villa de S. Bernardo, o viajante debalde procura um trecho de velho muro que lhe recorde esse baluarte do Alcaide Mór da Borda do Campo. Como se fôra edificada na areia movediça onde um sopro de desolação tudo subvertera e apagara, nem mesmo a tradição da villa mameluca se salvou na memoria dos raros habitadores destas paragens. É que as cidades tambem se apagam na vida como se apagam as iniquidades dos homens.»

Si é bem exacto que a feitoria de cima da serra não representava na era quinhentista mais do que um posto de serviço para o trafico phenicio, entre todos cruel, hoje, que o esbatimento dos seculos se fez em torno do arraial ramalhense, o que, para nós outros, delle resta é a sua poderosa significação symbolica. Foi o primeiro marco vencido na conquista do hinterland brasileiro, o primeiro ponto de partida para a conquista do Brasil pelos brasileiros.

E presidindo a este movimento inicial da entrada paulista pelo Brasil a dentro, é João Ramalho o pró-homem, o patriarcha das bandeiras prodigiosas, annexadoras de milhões de kilometros quadrados — castelhanos, a fé dos tratados — ao nosso patrimonio nacional.

Nombre 2. eſt le Pourtaiƈt de Capo de S Vincent en Breſil,

La ou nos Nauires ce Refreſchißent, Marquez aveq des lettres comme ſenſuit

A *ſont la chalouppes aveq leſquelles on met les gens a Terre*
B *ſont nos ſoldats en ordre a fin que nous Puſſions plus ſeurement prendre Rafraiſchiſſement*
C *eſt l'Egliſe de S. Marie d nague aveq une maiſon la ou on faict le ſuccre & apres avoir pris la dehors ce qui nous eſtoit neceſſaire a eſte bruſlee pour raiſont que Pourrez lire*
D *eſt un de nos navires eſtant ſur la garde*
E *ſont des trouppes Armees tant Portugais que ſauvages qui ſe montrent ſur le bord de la Mer*
F *eſt la forme de la ville de S Vincent*
G *eſt le Pourtraict de la ville de Sanctes*
H *eſt un chaſteau aſſis du Coſte de terre pres la Riviere*
I *ſont quatre de nos chaloppes montant la Riviere pour querir Rafraiſchiſſement*
K *eſt un de nos navires qui prend garde ſur nos chalouppes*
L *ſont encore trouppes tant des Portugais que ſauvages qui ſe font voir au bord de la Mer*
M *eſt un petit navire que nous avons Prins des portugais.*
N *eſt une eſcharmouche ou demourerent quatre de nos gens*
O *eſt toutte noſtre Flotte*
P *comment on a Bruſle le petit navier portugais*
Q *la maniere comme les Brſiliens s habillent tant hommes que femmes*
R *eſt la maniere comme aulcuns dorment dans un Retz, attachez a des Arbres*

VN des Portugais savançant plus que les autres, a pris la lettre, laquelle ayant leuë, il a donné a cognoiſtre que le contenu ne l'aggreoit point, Parquoy, les banderolles de la paix oſtees, ont eſte miſes celles d'Orange, & ſommes avances plus avant en la riviere, ou avons trouve un baſtiment d'ou tous les gens aveq leurs meubles eſtoyent fuis En ceſt endroict avons cueilly pluſieurs fruicts, leſquels aveq un canoy, que trouvaſmes, la & auſſi en nos propres chalouppes, avons porte aux bataux. Le ſuſdict baſtiment eſtoit fort & baſti en forme d'un village, aveq une egliſe nommee *Seignora de Nieves* Les Portugais nous advertiſſoyent qu'il avoit eſte baſti par quelques uns de lignage de la ville d Anvers, & qu'un conte y tenoit ſa reſidence, ceſtoit auſſi une place belle, riche & bien pourvue de cannes de ſuccre

Le 24.

SÃO VICENTE E SANTOS EM 1615
Estampa e legenda do MIROIR OOST and WEST INDICAL, relação de viagem de Joris van Spilbergen - Amsterdam 1621

O MAPPA DE CESPEDES

DIZERES QUE O ACOMPANHAM

A.— Salto que hase el rrio por nombre cachuera que cae de Altissfmos Riscos y peñascos por cuia caussa nos venimos a embarcar a bazo del caminando por tierra y a pie quarenta leguas camino fragossissimo con un Rio que le pasamos diez y ocho vezes;

DECLARACION DEL RIO

Las Rayas que le atraviesan son todas grandissimas corrientes que pasé con las canoas con grandes rriesgos. Los puntos negros son Riscos e peña-cos que estan en mitad de el Rio donde peligramos muchas vezes: Las es grandes de color amarilla són las yslas por donde passamos que en todas las mas teniamos grandes corrientes y estas solas son las particulares que no subiera donde pintar tantos como av — adviertase que en todo el rrio ay Raya ni punto superfluo sino la verdad — donde se hallare cruz es el Alojamiento de cadaldia y la Raya bermeja que va por medio del Rio es por donde caminavamos con las canoas procurando salvar los peligros.

B.— donde esta la C, es el poerto que le puse por nombre nuestra señora de atocha donde estuve un mes con cinquenta yndios y mis criados haziendo tres canoas para salir de alli, la primera que se hizo fué de un palo que derrivamos que tenia de Ruedo ocho brasas labramosle y vino a quedar una canoa que tenia setenta y cinco palmos de largo y seis de voca en que veniamos por este Rio cinquenta yndios y mi persona y criados. Las otras dos tenia una sesenta y seis palmos y quatro de voca, y la otra cinquenta y cinco palmos, y tres y medio de voca traian estas dos la Ropa y matalotage de todos.

C.— en la C, tuvimos una peligrosissima corriente segundo dia de nuestro biaje que nos obligó a salir todos por tierra arresgando toda la Ropa y comida por no poder hazer otra cossa.

D.— en la d, es un peligroso salto que haze alli el Agua donde sacamos la Ropa en tierra y las canoas las echamos por el a Riesgo de haszerse mill pedaços entre aquellas peñas.
en el Rio sopoy esta una hacienda de san pallo por donde basan canoas aqte Rio.

E.— en la E, esparase donde haze el grandissimas corrientes.

f.— en la f, es un gran salto que haze el Rio por sima de grandissimas peñas, por cuya causa saccamos las canoas por tierra por ser imposible yr por el Rio y se bajaron dos mil pasos, su nombre propio es abayandana donde se nos atrabeso una canoa entre dos peñas despues de aver laborado los dichos pasos sin ser poderoso a poderlas sacar con cinquenta yndios y los dos los que veniamos acomodámonos lo mejor que pudimos.

g.— en la g, es un salte trabajosissimo adonde sacamos toda la Ropa y comida para la poner fuera de Riesgo.

H.— en la h, es un salto peligrossimo (*sic*) donde sacamos de las canoas la Ropa y comida por sima de peñascos y corrientes mas de media legua y adviertase que des de el salto grande de abayandava hasta aqueste de ytapira todo es grandissimas corrientes, peñascos y Riscos por donde veniamos todos los dias desnudos y embujando para las canoas y teniendolas per que no se haziessen pedases y otras veses echandolas alagua con palancas.

I.— es un gran salto que haze el Rio por ssima de peñascos por cuya causa se sacaron las canoas obra de mill y quinientos pasos.

L.— en la l, es el fin del Rio ayemby, y adonde entra en el Rio de la Plata, en la barra del qual estan junto a unas (*sic*) ysla grandissimos Remolinos de agua

y de mucho peligro para las canoas donde me desembarqué con toda mi gente siendo por tierra gran pedaço, y las canoas por este peligro. Caminamos por este Rio de la plata seis dias con feliz viage por ser limpissimo todo hasta el Rio donde esta la barra que es muy grande donde tiene su mag. dos grandes pueblos de yndios que habra en ellos entre hombres mugerez e hijos doze mill Almas dotrinandolos los padres de la comp.ª jurisdicion de mi govierno. A la qual barra legué dia de nuestra.

M. — señora de setiembre que fué en el que Recinaci vautisandome mis padres de aqui navegué por el mismo Rio de la plata ocho dias hasta llegar a la ciudad Real de guaira donde fue Recivido por governador y capitan general como su mag. manda.

N. — en la N. es un salto grandissimo que haze el dicho Rio de la plata que siendo de legua y media de ancho bá augostandose hasta venir a ser de modo que se pueden Rozar de una parte a otra una piedra y es tal el Ruido que haze que estando en la ciudad Real de guayra tres leguas y media se oye en ella como si estuvieran de bajo del.

Y. — todos estos Riesgos que aqui digo que tuvimos son por maior que no quiero poner los que veniamos dando cada por
y es cierto que la virgen sanctissima de atocha de quien yo soy muy deuoto y todos lo fueron en esta ocacion nos sacó dellos milagrosamente y assi lo tengo por fé porque conmigo en el discurso de mi vida a hecho tres milagros patentissimos dandome muchas ayudas en mis nesesidades.
tiene este Rio por donde venimos hasta entrar en el de la plata tanta abundancia de pescado dorados y otros generos que quando llegavamos al alojamiento se llenava tanto cogido a ansuelo que comiamos todos y sobraba por ay:
tambien tiene grandissima suma de cassa muchos tigres, leones muchissimas antas que matamos con que veniamos comiendo carne por ser como de baca mucha pazareria de diversas colores.

LA INTERPRETACION DE LOS DICHOS RIOS:

Ayemby quiere dezir Rio de unas aves añimas
ytamiriguaçu, Rio de piedras chicas y grandes
mboy, rij — Rio de las quentas
Rivera — A Royuelo
Capibary, Rio de las capibaras
y, roy, — Rio frio
sarapoy, — Rio de un peje llamado sarapo
y, equacatu — Rio sin peligro
[illegible] — vomitado de un pasaro
yacarey, Rio de lagartos
piray, — Rio de pexes
mbae, e y ry, — Rio capax de alojamiento
camasiboca, Rio de las camajibas de que hazen frechas
yacarepepi — Pestaña de lagarto
guacuri y, Rio de unas palmeras
y, pitanga — Rio colorado,
tayaguapoy, Rio de onzas
guiray, — Rio de pasaros
aguapey, Rio de hojas
paranapane, Rio sin pescado
miney, Rio que no corre
huy, bay, Rio de canoas
piquiry, Rio de las mozarras
Ygatimy, Rio de proa aguda.

Um assalto a Santos

I

A segunda viagem de Joris van Spilbergen.

Triumphando de um adversario incomparavelmente mais forte após tão cruel quanto porfiada lucta, haviam os hollandezes conquistado a liberdade no ultimo quartel do seculo XVI, arrancando a independencia á Hespanha de Philippe II. Quando muito pudera o terrivel inimigo, a quem chamavam o Demonio do Sul, conservar a posse das Flandres.

De nada lhe valeram o emprego de formidaveis armamentos, o dispendio dos thesouros immensos da America e a capacidade de homens de Estado e de cabos de guerra do valor de Alba, d. João de Austria e Alexandre Farnese.

Vencera a causa das liberdades batavas inspirada pela pertinacia inflexivel do Taciturno e a intelligencia de Mauricio, seu illustre filho.

As campanhas de guerrilhas navaes dos « gueux » do mar, durante os longos annos da lucta pela independencia, como que incutiram nova directriz aos commettimentos neerlandezes. Fechava-se a éra quinhentista com mais um povo navegante a coalhar os mares do Norte com as suas centenas de navios de guerra e de commercio.

Prodigioso estúo de força e prosperidade, le-

vava ao mesmo tempo aos batavos a uma expansão naval extra-européa.

Exasperado com os insuccessos de suas armas nos Paizes Baixos, entendera Philippe II vingar-se dos subditos rebeldes, fosse como fosse. Puzera a premio a vida do chefe da rebellião e conseguira que Balthazar Gérard o assassinasse. Imaginando ferir mortalmente o commercio de transporte hollandez prohibira, sob as mais severas penas, o contacto entre as esquadras mercantes das Provincias Unidas e os portos da peninsula iberica.

A Lisboa, desde muito, vinham as frotas neerlandezas buscar as especiarias que os comboios da India traziam do Extremo Oriente. Mal se viu o filho de Carlos V senhor da corôa portugueza, em 1581, impoz aos novos subditos a cessação de relações com os detestados rebeldes do Norte.

Medida contraproducente como esta raras vezes foi tomada.

Em vez de procurar as mercadorias orientaes nos portos ibericos, foram os neerlandezes aos paizes de onde vinham, cruzando mares que ainda não haviam tentado navegar.

Innumeros corsarios arvorando a bandeira do tricolor horizontal tornaram-se o terror das frotas mercantes luso-hespanholas e das colonias da monarchia dual philippina.

Em 1595, Cornelio e Frederico Houtmann, outr'ora estabelecidos em Lisboa, levavam quatro navios aos mares da Sonda pelo cabo da Boa Esperança, fundando feitorias em Java. Em 1598, van Neck e van Waerwyck attingiam as cobiçadas Molucas, terra das especiarias, por excellencia, de lá trazendo carregamentos rendosissimos. Em 1601 pela primeira vez realizava uma frota hollandeza a viagem de circumnavegação, a de Oliver van Noord.

Morrendo Philippe II em 1598, mais severo ainda se tornára, sob Philippe III o bloqueio anti-neerlandez, cuja reacção foi o prodigioso incremento das navegações batavas nos mares tropicaes.

Fundou-se em 1602, a famosa Companhia das Indias Orientaes, sob a inspiração do então Grande Pensionario da Hollanda, o illustre e infeliz Barneveldt. Subsidiada pelo Estado, podia declarar a guerra e fazer a paz em nome das Provincias Unidas.

Dispunha de enormes recursos e, como a pirataria desde o principio lhe rendesse immenso, sobremaneira prosperou. Sua primeira esquadra, a de van Waerwyck, apossou-se das Molucas. Outra, pouco depois, atacava os portuguezes em Ormuz, Goa e Malaca, a de Matalief. A ella se deveu a introducção do chá na Europa. Em 1612, começava a Companhia a pôr o pé em Ceylão e a obra da expulsão dos portuguezes da grande ilha Taprobana. Em 1614 fundava-se a nova Amsterdam, mais tarde chrismada Nova York, ao deixar de ser batava.

Já nesta época frequentavam os hollandezes os mares e os portos brasileiros assiduamente, quer com o intuito de commerciar, quer de arribada. Haviam-lhes os inglezes ensinado o caminho com as expedições de Fenton, Withrington, Cavendish, Lancaster, etc.

Sob o governo de d. Francisco de Sousa arribou a Santos uma grande nau batava, o «Mundo Dourado», cuja viagem fora a mais desastrada e cujo apresamento, por ordem do capitão-general, só á fazenda real rendeu mais de cem mil cruzados. Foi praticado, comtudo, em circumstancias da mais absoluta perfidia. Eram estas aliás as normas do tempo...

Ainda sob d. Francisco, então ausente nas mi-

nas de S. Paulo, entrou na Bahia, em dezembro de 1599, uma armada batava que devastou todo o Reconcavo, e cujas depredações tiveram a repulsa dos portuguezes e dos indios a quem aquelles armaram. Pouco depois pretendia Oliver van Noord desembarcar no Rio de Janeiro, de onde, a bala, o repelliram. Amiudavam-se as expedições neerlandezas ás nossas costas. No governo de Diogo Botelho (1602-1607), veiu Paulo van Carden, com sete navios de alto bordo, realizar uma tentativa de assalto á Bahia. Apresou numerosos navios ancorados no porto, saqueou alguns engenhos do Reconcavo, mas foi rechassado com perdas.

No littoral fronteiro ao nosso repetiam-se contemporaneamente as tentativas dos batavos para se apossarem de Angola onde a custo se mantinha o dominio das quinas, defendendo-se das esquadras da Companhia das Indias Orientaes e dos exercitos dos sobas rebellados por instigação hollandeza.

O que os neerlandezes sobremodo cobiçavam, porém, era Moçambique, optimo ponto de escala para as Indias. Em 1607 tentaram apossar-se da colonia, mas foram desastrosamente repellidos. Em junho de 1608 reappareciam temerosos.

Trouxera-os uma grande frota do almirante Verhoeven, composta de treze naus, orçando 377 canhões. Nella vinham dois mil homens de desembarque, com viveres para tres annos. Custara o seu equipamento perto de tres milhões de florins. Commandava a praça, porém, um daquelles espantosos capitães do Oriente, um dos ultimos da feição dos Albuquerques e Castros: Estevam de Athayde. Com elle, André Furtado de Mendonça, Francisco de Menezes, Manoel Falcão, Nuno Botelho, o intrepido bispo octogenario de Angola, d. Simão de Masca-

renhas, e, sobretudo, o extraordinario Ruy Freire de Andrada, extinguiam-se gloriosamente os feitos prodigiosos da conquista do Oriente.

Luctando com enorme desproporção numerica, não só repelliu Athayde os assaltos que á sua praça fizeram os batavos, como em brilhantes sortidas os derrotou e lhes matou muita gente. Desanimado, desistiu Verhoeven do cerco e singrou para o Oriente. Antes, porém, — repetindo façanhas dignas do seculo quinto, da éra dos barbaros ou da invasão musulmana — levou os seus numerosos prisioneiros á vista das muralhas portuguezas e fel-os todos perecer nos mais atrozes supplicios. Causaram estas crueldades a todo o mundo lusitano a mais horrivel impressão. Muito mais ferozes do que os inglezes e francezes se mostraram os homens do zuyderzee.

Um pouco antes resistira em Malaca o heroico André Furtado com cento e quarenta e cinco homens aos onze navios e mil e quinhentos soldados de desembarque do almirante Cornelio Matalief, auxiliado pelas tropas dos regulos malaios vizinhos. Após tres mezes de bloqueio retirava-se Matalief.

Desde muito, pois, pelo anno de 1614, viviam os habitantes da costa do Brasil certos de que de um momento para outro poderiam surgir em face aos seus portos poderosos armamentos do «belga», como empoladamente diziam os chronistas do tempo.

Em Santos e S. Vicente devia o alarme ser maior, dada a relativa proximidade dos assaltos quinhentistas dos piratas inglezes Fenton e Cavendish, de sinistra memoria.

Á entrada do canal defendiam as duas fortalezas da Barra Grande, construidas entre 1584 e 1590, por ordem de Diogo Flores Valdez, e a da villa, levantada por Braz Cubas.

De um lado e de outro da barra da Bertioga,

havia os dois fortes de S. Thiago e de S. Felippe, anteriores a 1550. Eram estas as principaes obras de castramentação do littoral, fóra um outro posto avançado ou ligeiro, nas vizinhanças de S. Vicente ou no continente.

Pouco valiam taes fortes contra a artilharia naval, mas sempre tinham a sua utilidade como base de resistencia.

Estavam as cousas neste pé quando se encetou a grande viagem circumnavegatoria de um celebre maritimo do tempo, Joris van Spilbergen.

II

Cruzeiro ao sul do Brasil.

A 8 de Agosto de 1614 zarpavam de Amsterdam, em commissão dos Nobres, Altos e Poderosos Senhores, os Estados Geraes das Provincias Unidas, seis naus equipadas pelos senhores directores da Companhia das Indias Orientaes, a saber: o *Sol grande*, a *Lua grande*, o *Caçador* e a *Gaivota*, de Amsterdam; o *Eolo*, da Zelandia, e a *Estrella matutina*, de Rotterdam. Commandava esta frota um dos melhores generaes batavos do mar Oceano, Joris van Spilgergen, afamado guerreiro.

Levava como instrucção atravessar o estreito magalhanico, visitar a costa sul-americana do Pacifico e singrar, rumo ás Molucas, devendo dahi completar a viagem que seria de circumnavegação.

Já em 1601 estivera Spilbergen nas Indias, visitara Ceylão e Sumatra, sendo um dos primeiros hollandezes que percorreram os mares orientaes. Voltara á Europa, após tres annos de ausencia por aquellas longinquas regiões, semi-ignotas então.

Altamente reputado pelas façanhas de navegador e guerreiro, deram-lhe em 1614 o commando supremo da nova esquadra.

Era ao tempo em que, pela pirataria, os proventos das presas em guerra legitima naval, o trafico e o saque das colonias luso-hespanholas, levados a cabo por grande numero de audaciosissimos navegantes, realizara a Companhia das Indias formidaveis, phantasticos lucros.

Da viagem de Spilbergen imprimiram-se logo diversas relações em varias linguas. Tal divulgação teve o diario de sua jornada que dentro de um seculo della havia, segundo o catalogo do Britsh Museum, seis edições hollandezas, quatro allemãs, tres francezas, tres inglezas e duas latinas. Tres tivemos ao nosso dispor que apresentam pequenas divergencias e cuja concordancia vamos tentar realizar.

São: — *Histoire journalière du Voyage fait avec six navires sous la conduicte du sr. Jerge de Spilbergen,* impresso em Amsterdam no anno de 1621, na collecção *Miroir Oest et West Indical; Voyage de George Spilbergen, Amiral Hollandais aux Isles Molucques par le Détroit de Magellan,* inserto no *Recueil des voyages qui ont servi à l'établissement et aux progrès de la Compagnie des Indes Orientales;* e ainda:

Jornal of the Voyage performed by six ships under the command of Admiral Joris van Spilbergen, through the Straits of Magellan to the Molucas, being his second voyage in the years 1614-1617.

A 3 de outubro avistava a esquadra as côstas da Madeira.

A 23 Brava e Fogo, no archipelago de Cabo

Verde. Só a 9 de Dezembro é que cruzaram os seis navios os Abrolhos, passagem que se commemorou com um serviço religioso em acção de graças. Ao jantar, ordenou o almirante que a cada mesa se desse uma bilha, com vinho hespanhol, aos marinheiros.

A 12 avistou-se a costa do Brasil, muito alta e montanhosa, e dahi em deante começaram os barcos a navegar, sempre á vista da terra.

A 19 julgavam estar á altura do Cabo Frio, mas o commandante da *Gaivota* informou que se tratava da barra do Rio de Janeiro.

A esquadra soffrera grandes privações; basta dizer que escasseara por completo a agua doce, a ponto de se haver recolhido a da chuva, em lençoes e lonas, quando da travessia da Africa ao Brasil. Decidira o almirante que iria refrescar longamente na Ilha Grande.

Anceiavam todos pela chegada ao porto fixado. Com a *Gaivota* sempre á frente, afinal attingiu a frota a Ilha Grande, no dia 20.

Estava deserta e nella desembarcaram os doentes. Fizeram-se aguada e grande pescaria, tendo sido capturados varios crocodilos do tamanho de um homem.

Ordenou o almirante que o *Caçador* iria escoltar as chalupas encarregadas da aguada. Desobedecendo ás instrucções ancorou o navio a grande distancia do littoral, e logo depois voltavam os dous barcos trazendo a agua, mas contando que haviam ouvido vozerio nas moutas existentes ao longo da praia.

A 30 voltavam ao local as chalupas de diversos navios sob as ordens de um official, François du Chêne, commandando um destacamento de dez

soldados armados e numerosos marinheiros desarmados, apesar das advertencias. Não tardou que os canhões do *Caçador* se fizessem ouvir. Correram des demais navios embarcações em seu auxilio. Souberam então os hollandezes que os seus compatriotas, ao chegar á praia, tinham sido atacados por cinco canoas armadas, de portuguezes e mestiços, que lhes haviam tomado tres escaleres e massacrado toda a tripulação. O proprio escaler do *Caçador* havia sido capturado, ao alcance de um tiro de mosquete do navio!

As embarcações hollandezas resolveram perseguir os aggressores e puzeram-se a caçal-os, mas tiveram de fugir, notando que contra ellas vinham duas fragatas portuguezas.

A 10 de janeiro de 1615, reunia-se o conselho de guerra, para julgar quatro marinheiros incriminados de conspiração. Eram da equipagem da *Gaivota*.

Accusavam-nos de haver querido apoderar-se deste navio; confessaram o crime, dizendo que ainda tinham dez cumplices.

Faltavam attestar os tanques de varias naus; assim, voltou ao littoral uma flotilha de botes, que trouxe agua em abundancia, tendo tido o macabro encontro do cadaver de um marinheiro do *Caçador*, que boiava, crivado de flechas.

Resolveu o conselho que a tripulação da *Gaivota* fosse dispersa pelos demais navios. A 5, sentenciou á morte dous conspiradores. Suspensos de uma verga de seu navio, ainda deviam ser arcabuzados. Eram um allemão e um hollandez. Passaram a noite em colloquio com o consolador, que os exhortou ao arrependimento, e foram no dia seguinte executados. Rapazes de 25 annos morreram bravamente, após um cerimonial solemne e com-

plicado, formadas as guarnições, lida a sentença pelo auditor da esquadra e levados os padecentes ao logar do supplicio, por um prestito aberto pelo almirante, os commandantes e seus estados-maiores, emquanto se alçavam aos penóes os pavilhões das Provincias Unidas e de Orange.

Havia a esquadra vivido de promptidão. Varias vezes á noite, tinham os escaleres de ronda divisado embarcações suspeitas, a pequena distancia do fundeadouro e nellas distinguido indios.

Existia muita gente enferma a bordo. Assim, resolveu o conselho adiar a partida para o estreito de Magalhães, devendo-se procurar um porto commodo para refresco e sanatorio das tripulações, summamente fatigadas.

Emquanto isto os carpinteiros acabavam de aprompta os novos escaleres para os navios.

A 11 voltavam os doentes para bordo; havia innumeros escorbuticos. O almirante declarou que, com as marinhagens tão desfalcadas, lhe seria impossivel fazer manobrar os seus pesados navios nos mares tempestuosos do Sul.

Decidiu, pois, zarpar para S. Vicente, onde aos portuguezes, pediria refresco.

A 14, procedeu-se ao julgamento dos outros amotinados que ainda estavam a ferros.

Por elles intercederam todos os officiaes, e assim, como jurassem emendar-se, foram perdoados e repartidos pelos diversos navios.

A 15, deixava a esquadra a Ilha Grande, depois de uma revista geral passada pelo almirante.

A 17, foi vista a costa paulista, para a qual aproou a esquadra com a *Gaivota* á testa. O commandante desta, Balten Stevensz, de Flessinga, mandou dizer a Spilbergen que, embora já houvesse estado em taes paragens, não sabia dizer bem onde

se encontrava a frota. Acreditava em forte descahida para o Sul. Em terra se avistava grande fumarada. Decidiu o chefe da divisão que o escaler da capitanea, armado de dous pedrezes e 25 homens, iria reconhecer o ponto, levando quinquilharia para negociar com os indios.

A 18, a *Gaivota* chegou a pouca distancia da praia. Ali havia muita gente.

Os portuguezes gritavam que só viesse num bote um homem e que os escaleres não procurassem abicar. João Hendriksz, segundo piloto da *Lua*, despiu-se, atirou-se á agua e dentro em breve estava em terra sobre um rochedo.

Surgiu então grande troço de homens brancos acompanhados de muitos indios armados de arco e flechas. O piloto pediu que lhe enviassem um emissario para que pudessem conferenciar.

Neste interim, da *Gaivota*, arreiaram-se as bandeiras, içando-se um pavilhão branco.

Um dos portuguezes deteve os outros e, tendo-se adeantado, perguntou ao piloto quem eram os seus, donde vinham, para onde iam e que pretendiam naquella costa? Respondeu-lhe o piloto que flamengos, — resposta capciosa entre parenthesis — queriam comprar refresco para as guarnições a troco de dinheiro e na melhor paz; destinavam-se ao Rio da Prata. Mas o portuguez, desconfiado desses flamengos que não eram subditos do mesmo rei que o seu, quando deviam sel-o, redarguiu-lhe que no Brasil tinham todos prohibição de traficar com os de Hollanda.

Passado algum tempo, humanizou-se, declarando que, si os navegantes não trahissem o segredo, seriam abastecidos do que precisavam.

No dia seguinte, o almirante, seguido de qua-

tro dos navios, fundeou numa boa bahia, deixando o *Caçador* no logar onde tinham apparecido os portuguezes.

Na manhã de 19 de Janeiro, foram vistas duas grandes embarcações que sahiram de um rio, pareceram hesitantes sobre si deviam ou não aproximar-se da esquadra e, de repente, retiraram-se. Mandou Spilbergen que a *Gaivota* fosse ancorar á foz do rio. Logo depois, surgiu uma grande canoa arvorando bandeira branca e vinda de Santos. Ao mesmo tempo, veiu para a praia muita gente tambem com bandeirolas brancas. Chegando a *Gaivota* a pequena distancia do barco portuguez, explicou o commandante batavo o que desejava.

Responderam-lhe dizendo que escrevesse uma carta ao governador do porto. Esta carta deveria ser fincada numa estaca, na praia; ali encontraria a resposta no dia seguinte.

— Cuidado com os indios! avisaram repetidas vezes os portuguezes, numa demonstração de sympathia e da vontade do estabelecimento de relações ou, quiçá, simples estratagema para atemorizar os hollandezes e sustar qualquer desembarque planejado.

Seguiu o almirante o aviso. No dia immediato, 20, mandou embandeirar toda a esquadra em arco e ordenou que um escaler fosse procurar a resposta promettida. Lá estava ella, com effeito, mas muito dubia; decidiram Spilbergen e o estado-maior pedir explicações. Segunda carta, pois, foi collocada no mesmo local, enviando o almirante de presente ao capitão-mór de S. Vicente dous queijos, duas garrafas de vinho velho de Hespanha, um pacote de facas e outro de quinquilharias para o vulgo.

Neste interim, appareceram para o lado de S. Vicente, logar para onde a gente de Santos pro-

hibira expressamente a esquadra de aproar, varios magotes de indios e brancos qũe agitavam bandeirinhas brancas.

Quatro escaleres batavos partiram para aquelle ponto da praia. De terra lhes gritaram: «Não podemos traficar comvosco sem licença do governador!»

Avisaram os hollandezes que iriam apanhar laranjas numa ilha vizinha, noticia a que os portuguezes não ligaram importancia. Á noite voltaram para os navios os escaleres; os do *Caçador* traziam, além das laranjas e dos limões, alguma carne de vacca fresca que foi apreciadissima, como bem se póde imaginar.

III

Tentativas de accordo.

A 21 de Janeiro, julgando bem encaminhados os preliminares da paz, ordenou Spilbergen ao commandante Wilhelm van Anssen que conduzisse á terra tres botes bem armados e procurasse saber, ao certo, qual a attitude dos portuguezes em relação aos seus visitantes.

Assim partiu aquelle capitão, levando o seu immediato Kussijn, um tenente, Ruffin, e certo Dirk Doedt, mestre da *Estrella d'Alva*. Apenas desembarcou, deram-lhe uma carta, que lhe disseram ser do governador, mas não estava assignada.

Offereceram-se os tres officiaes como refens, e tal proposito foi acceito, partindo para bordo, em seu logar, dous portuguezes que se disseram capitão e piloto, um mulato e um brasileiro, escravo, este pratico da barra de Santos.

Aos seus refens, fizeram os hollandezes as maiores e as mais interesseiras gentilezas, levaram-

nos a visitar detidamente todos os vasos da esquadra, mostrando-se muito satisfeitos da sua admiração e espanto, á vista das dimensões e armamento dos dous maiores barcos: o *Sol* e o *Lua*.

Á noite voltaram para terra e os hollandezes para bordo, estes furiosos porque haviam insistido muito em visitar Santos e a permissão lhes fôra peremptoriamente negada.

Enfureceu-se o almirante que, para angariar sympathias, chegara até a mandar salvar ao se retirarem os refens.

Declarou aos seus capitães que bem comprehendia a manobra dos portuguezes: queriam ganhar tempo, fazendo-o esperdiçar aos seus contrarios, quando para estes era tão precioso.

Estava perfeitamente convencido da perfidia de semelhante canalha, e assim convocou, para aquella mesma noite, um grande conselho de guerra a bordo da capitanea.

Á socapa haviam comtudo alguns individuos vendidos aos marinheiros fructas, frangos, assucar, leitões e conservas. Quanto por elles teriam pago os hollandezes? A fama da largueza commercial não lhes era muito corrente então, a acreditarmos o velho proloquio rimado inglez do: *in matter of commerce the fault of the Dutch is in giving too little and taking too much.*

No dia 23 decidiu-se o almirante a uma acção energica, de accórdo com a resolução tomada em conselho. Sete chalupas bem guarnecidas e protegidas pelo *Caçador* e a *Gaivota* avançaram em direcção ao porto de S. Vicente. Era o proprio Spilbergen que commandava o desembarque.

Tres marinheiros saltaram, ao abicarem os escaleres, implantaram na praia uma bandeira branca e ao lado uma estaca com nova mensagem.

Um dos portuguezes avançou, tomou-a, leu-a e fez signal negativo, nesta occasião dirigindo muitas insolencias aos batavos. Mandou o almirante, então, arrear bandeirolas brancas e içar o pavilhão de Orange, significativo de hostilidades.

A esquadra suspendeu ferro e parte avançou para a entrada da barra de Santos e o resto para o porto de S. Vicente.

Pondo gente em terra, occuparam os hollandezes um grande «ingenio», com muitas dependencias importantes, bem edificado, vistoso e cheio de gente. Nelle se notava uma egreja dedicada á «Seignora de Nives». Era o famoso estabelecimento dos Schetz de Antuerpia, S. Jorge dos Erasmos, tão citado nos nossos documentos quinhentistas.

Tal engenho, diz uma das relações de viagem, «havia sido construido por certa raça de gente vinda de Antuerpia a que chamavam os escossezes (sic)». A relação ingleza, mais exacta, dá um nome vizinho do verdadeiro «a family from Antwerp called the Schotsen».

Era o logar summamente aprazivel e nelle se viam extensissimos cannaviaes. Informaram uns prisioneiros que tudo aquillo pertencia a um conde, explicação que os invasores não comprehenderam, querendo provavelmente os informantes dizer que a capitania de S. Vicente era do conde de Vimieiro.

Trouxeram os escaleres muita fructa para bordo.

A 24 adeantou-se o almirante pelo canal em direcção a Santos, que o noticiarista inglez teima em chamar, pittorescamente, «The Holy City», dando-lhe uns ares de santuario. A 25 fez occupar uma especie de baluarte arruinado, em torno do qual havia muitos pomares abandonados recentemente. Quando menos esperavam, foram os invasores atacados por brancos e indios, havendo troca de fre-

chadas e mosquetaços. Fugiram os aggressores. Ordenou Spilbergen que trinta mosqueteiros se emboscassem; mandaram os portuguezes um espião ao local e elle percebeu a traça: Assim não surtiu effeito: puderam comtudo os batavos recolher enorme quantidade das tão appetecidas laranjas e limões, verdadeiramente providenciaes para os escorburticos.

No dia seguinte resolveu o conselho dos commandantes, com inexplicavel teimosia, que se fizesse uma derradeira tentativa de accôrdo, pois corria o tempo e era preciso apanhar bons mares para a travessia do Estreito de Magalhães.

Houve, porém, um incidente sensacional. Surgiu de repente uma embarcação que demandava a barra de Santos. Partiu o almirante com a *Gaivota*, o *Caçador* e quatro escaleres ao encontro do malaventurado barco.

Deu este logo mostra de que não era amigo; apenas percebeu os hollandezes, tentou virar de bordo e fugir. Tinha vento contra porém e assim, não podendo escapar entregou-se sem resistencia. O piloto da *Estrella d'Alva* foi o primeiro a abordal-o com a sua gente, immediatamente acompanhado pelo almirante. e o vice-almirante.

Era um pequeno barco de 72 toneladas, de molde francez: vinha de Lisboa e do Rio de Janeiro trazendo 18 homens como tripulação e passageiros, dous pequenos canhões, algum ferro, algodão, oleo, sal e miudezas.

Espavoridos, certos de que seriam todos enforcados, avisaram, comtudo, os prisioneiros aos seus capturadores que no Rio de Janeiro havia presos muitos hollandezes e francezes, cujas vidas responderiam pelas suas. Contaram, então, que, dos desapparecidos da esquadra na Ilha Grande ali estavam o tenente Francisco du Chêne, que fôra gravemente

ferido de um flechaço no peito, e mais uns 10 ou 12 homens dos seus escaleres.

Ordenou o almirante que se mandasse a terra um dos presos levando nova proposta: trocar-se-iam os prisioneiros homens por homem; seria o resto liberto em retribuição de mantimentos, sobretudo gado.

A 27 arvoravam em terra uma bandeira branca: o fiscal da esquadra foi buscar a carta espetada numa estaca. A resposta era que não dariam os portuguezes um só flamengo por qualquer numero que fosse dos seus compatriotas presos. Ao mesmo tempo intimavam os inimigos a que se retirassem logo. E quanto a negocios: «Só á ponta de espada!»

Decidido a ter paciencia, «embora pudesse proceder rigorosamente contra os prisioneiros», e precisando, por força, de viveres, ainda insistiu Spilbergen.

Mandou que os presos escrevessem aos amigos e aos ecclesiasticos de Santos, contando-lhes a triste situação em que se achavam. Emquanto isto, trabalhava-se activamente em descarregar o navio apresado. Havia no porão cofres bem guarnecidos e bastante roupa de que se apropriaram os mal vestidos das equipagens hollandezas.

O portador da ultima missiva fôra um portuguez que para terra seguiu acompanhado de dous filhinhos, querendo deste modo o almirante mostrar quanto sabia ser humano.

IV

Repulsa incondicional.

«Reliquias, cruzes, cartas de indulgencia e de remissão, livros, impressos e manuscriptos, tratan-

do de assumptos politicos e espirituaes, e grande numero de pinturas appareceram nos despojos do navio confiscado. Entre os cadernos alguns havia de uma linda calligraphia. O que mais curiosidade causou, porém, aos calvinistas foi «uma corôa de prata dourada, e alguma prataria que servia de ornamento á «Santa Madre» (sic).

«Desta, neste logar, se faz muito mais caso do que de Nosso Senhor Jesus Christo», commenta o chronista da expedição, indignado com a «idolatria papista».

E logo, a seu modo, gravemente enunciando-a, explica a causa de semelhante pendor pelos idolos: «Pertencia tudo isto, e mais dois escravos, á Sociedade dos Jesuitas»

Mostravam-se os de terra irreductiveis:

«Mais se deleitava tal gentalha com a effusão do sangue hollandez do que com a conservação de suas riquezas (de que é aliás extremamente avida), embora apegada como poucos ás cousas supersticiosas.»

«Que canalha ruim!» commenta uma das relações da jornada.

«Tratada do modo mais cortez e amigavel, solicitada pelos patricios prisioneiros, no emtanto mostrava um coração absolutamente empedernido, não revelando a menor compaixão, dos seus desgraçados compatriotas! o menor sentimento de humanidade!»

Viviam estes pobres diabos em perpetuos transes, «tremendo a cada passo, certos de que de um instante para outro por nós seriam lançados ao mar! E nenhuma palavra de consolação lhes vinha da Cidade Santa!» indigna-se o bom flamengo.

Não seria o caso de haver mandado Spilbergen perguntar aos taes deshumanos si se lembravam das «amenidades» dos seus compatriotas da esqua-

dra de Verhoeven, em Moçambique, para com os miseros portuguezes aprisionados?

No dia 29 voltavam as chalupas hollandezas á praia, onde encontraram escriptos insultuosos.

Dirigiram-se os soldados ao logar do velho baluarte e dos pomares; colheram mais de 8.000 laranjas e limões e mataram varios porcos.

Incendiaram os hollandezes as casas que encontraram e uma capella, «não só para nos vingarmos do ataque soffrido dos portuguezes, declara deliciosamente o diarista, como por terem elles zombado de nós e ainda outróra haverem tratado nossa gente com grande tyrannia».

Das mattas lhes dispararam tiros, mas ninguem por elles foi attingido.

A 30 queimou-se o navio apresado, onde uma busca mais rigorosa trouxera a descoberta de documentos comprobatorios de que no littoral de S. Vicente era, e desde muito tempo, esperada a frota de Spilbergen.

«Isto nos deu a conhecer que fatalmente deve haver em nosso paiz traidores entre os homens principaes de quem recebe o rei de Hespanha o aviso de quanto se passa em Hollanda.»

A 31 partiram quatro escaleres para uma exploração no lagamar de Santos, chegando quasi ao sopé das montanhas. Retiraram-se á pressa, porém vendo muita gente armada á espera do provavel desembarque inimigo. Desanimando Spilbergen de um accôrdo, e desilludido da possibilidade de uma empreza proficua, estava a esquadra de verga d'alto á espera de vento, prompta a largar a qualquer momento. Cada vez mais mostravam-se atrevidos os de terra.

É que provavelmente lhes haviam chegado reforços de São Paulo, ás ordens dos pro-he-

mens da villa, naquelle tempo: Affonso Sardinha, o moço; Pedro Vaz de Barros, o primeiro Pedro Taques, etc.

Indo os escaleres da capitanea e do *Caçador* á aguada perto de Santos, viram-se as suas guarnições atacadas subitamente. Era um grande troço de indios, commandado por brancos, que sobre os invasores fazia chover verdadeiras nuvens de flechas.

«Atras dos selvagens, affirma o diarista, havia portuguezes que os obrigavam, a pauladas, a avançar.»

Surprehendidos fugiram os hollandezes; perseguidos de perto ainda abandonaram o escaler do *Caçador*, embarcando todos no da almiranta. Felizmente vinham quatro embarcações ao seu encontro. Reforçados voltaram ao ponto da aggressão, onde de novo travaram combate conseguindo, graças á superioridade das armas de fogo, que os inimigos se retirassem. Quatro mortos tiveram os batavos e quasi não houve homem que para bordo não voltasse ferido. Penosa impressão causou o encontro na esquadra, embora se houvesse recuperado o escaler apresado.

A 2 de fevereiro resolveu Joris van Spilbergen soltar quatro dos prisioneiros, guardando outros como refens dos seus homens presos na ilha Grande.

Entre os libertos estava Pedro Alvares, mestre do navio incendiado, homem que parecia já ter traficado com hollandezes. «Fez-nos grandes promessas ácerca dos nossos patricios, promettendo que haveria de trabalhar com todo o ardor para que fossem soltos. Á sua palavra, porém, só demos o credito sufficiente para que não nos embaçasse de todo. Si o libertamos foi porque tinha mulher e filhos e perdera todos os bens».

Os demais tambem por casados haviam sido despachados.

O almirante, compassivamente deu-lhes algum dinheiro, « mostrando-se elles nada avaros de agradecimentos, cousa aliás de que são useiros e vezeiros ».

Os demais portuguezes presos, distribuidos pelos vasos da frota, deviam servir como os marinheiros neerlandezes, noticia que lhes provocou o desespero, como era de esperar.

Afinal, naquelle mesmo dia 2, mostrando-se o vento propicio, levantaram ferro os seis vasos da frota batava.

Viu-se então um bote em que um individuo remava desesperadamente em direcção á capitanea. Chegando á distancia de fala, disse o individuo que desejava vêr o almirante. Chegando este á amurada, fêl-o subir a bordo. Pediu-lhe o pobre diabo que tivesse pena do seu cunhado que ia entre os prisioneiros; offereceu-lhe então em troca da liberdade do parente um papagaio, algumas gallinhas e muitas laranjas.

Recusou Spilbergen a transacção. Insistiu o pedinte: era solteiro e sem compromissos e assim se propunha a tomar o logar do cunhado, que tinha mulher e filhos. Surdo a qualquer dictame de generosidade, ante tão extraordinaria abnegação, ordenou o chefe hollandez que o puzessem no bote com os seus presentes e o forçassem a retirar-se.

« Assim lhe mostrámos, diz o chronista, que, mercê de Deus, de tudo tinhamos abundancia »! (sic).

Dous dias ainda esteve a esquadra a bordejar á barra de Santos.

Só a 4 é que perdeu de vista a costa brasileira, que bem pouco — e comprehende-se! — lhe fôra hospitaleira.

V

Proseguimento da viagem.

Da tentativa hollandeza de entrada em Santos resta precioso, embora tosco, como poucos, documento iconographico: uma estampa do *Miroir, Oest et West Indical,* publicada em 1621 por Jan Jansz, editor de Amsterdam, e cujo titulo vem a ser: *Le pourtrait de capo de St. Vincent en Brésil.*

Nella se veem as cinco naus bloqueando a barra de Santos, ao passo que a *Gaivota* vigia o porto de S. Vicente. Assignala-se no canal o ponto extremo a que chegou o *Caçador,* a certa distancia de uma fortaleza grande, cujo fogo os escaleres de reconhecimento não ousaram affrontar.

As duas povoações, Sanctus e St. Vincent, têm portas, estacada, egrejas, edificios altos, sendo a segunda maior que a primeira. Notam-se em differentes pontos do littoral numerosas tropas de indios e brancos armados, á espera do desembarque dos batavos.

Veem-se ainda o incendio do engenho, e da egreja de S. Marie de Nague (sic) e de um deposito de assucar, varios individuos em torno de uma especie de caldeirão, uma scena de desembarque, outra de marcha em formatura, um indio balançando-se numa rêde, suspensa de duas palmeiras e sobre uma fogueira, e dous indios nus, «afim de que se saiba como se vestem os brasileiros, homens e mulheres».

A viagem de Spilbergen foi uma das mais felizes nos fastos navaes hollandezes.

A 16 de fevereiro cruzava a esquadra o estuario do Prata; apanhando formidavel temporal no sul da Patagonia, dispersaram-se os navios, que, afinal, se reuniram novamente.

A 8 de março divisava a Terra do Fogo. Revoltou-se a tripulação da *Gaivota*, mas foi dominada, e os chefes do motim condemnados á morte e jogados ao mar, por ordem do almirante. A 28, entrava Spilbergen com quatro navios no estreito de Magalhães; desapparecera a *Gaivota*, ficando os do resto da esquadra certos de que fugira. A *Estrella d'Alva* desgarrara para a ilha dos Pinguins.

Mais de um mez levou a esquadra a atravessar o estreito. A 25 de abril encontrava-se com a *Estrella*, que perdera varios marinheiros mortos pelos patagões durante um desembarque. Só a 7 de maio é que Spilbergen entrava no Pacifico ou *Mar do Chile*, como então o designavam.

Da *Gaivota* jámais se ouviria novamente, falar durante o resto da viagem. Velejando sempre para o norte, a costear, avistaram os batavos varios estabelecimentos hespanhóes, onde a sua presença provocou demonstrações de hostilidade.

Assim, passaram por Concepcion e Valparaiso, onde na praia avistaram muita gente armada, á sua espera.

Na bahia de Quinteros decidiu Spilbergen desembarcar, para fazer aguada custasse o que custasse. E assim, em pessoa, levou os seus escaleres á costa, onde mandou que libertassem dois dos santistas presos. Desappareceram elles, «exprimindo ao almirante os seus mil e mil agradecimentos». Eis o que não é difficil comprehender.

Contidos pelo temor da artilharia de bordo, não ousaram os hespanhóes atacar os desembarcados, que fizeram a provisão do liquido com toda a tran-

quilidade. A 11 de julho descobria a esquadra um ponto da costa peruana bem fortificado e guarnecido.

Estiveram os batavos dois dias. deante deste logar, á espera de vento para zarpar; a 16, de madrugada, surgiu inesperadamente, vinda do alto mar, a esquadra real hespanhola do Pacifico; oito grandes galeões, cujo general era Don Rodrigo de Mendoza e o almirante Don Pedro Alvarez de Pulgar. Trazia a fróta uns 2.000 homens de guarnição e muita artilharia. Os hollandezes esperaram-na firmemente. Um dia se passou antes que houvesse o choque. Afinal, a 17, pelas 10 horas da noite, os hespanhoes aggrediram os batavos, sendo repellidos com grandes perdas. No dia seguinte, após furioso pelejar retiraram-se os castelhanos que haviam tido tres navios postos a pique, perdido muita gente morta, ferida e prisioneira. Relativamente fracas, foram as perdas dos seus adversarios.

Reparou o corsario rapidamente os estragos dos seus navios. Por um triz não sossobrara um delles, desmanteladissimo que o puzera a artilharia adversa.

Navegou, então, audazmente para o norte, na esperança de surprehender o Callau, porto da capital peruana. Viu, porém, na costa um exercito de cinco mil homens commandado pelo proprio vice-rei do Perú, e varios navios de guerra que com os fortes da bahia fizeram muito estrago nos seus vasos; aproou, portanto, para o norte.

Precisando a todo o transe de um logar para refresco e reparo dos barcos, ancorou no porto de Guarona (?), onde se apoderou da villa e demorou-se varios dias.

No dia 9 de agosto, navegou sobre Payta, que foi investida. Bateram-se bem os hespanhoes da guarnição, mas acabaram abandonando a cidade, cuja população civil fugira, e foi incendiada.

Reparadas as avarias, seguiu a frota para o norte; viajou durante um mez, fóra da vista de terra. A 21 de setembro divisava o littoral do Mexico. A 9 de outubro decidia Spilbergen entrar no porto da cidade de Acapulco.

Estava a praça bem defendida e guarnecida. Conseguiu o almirante tudo quanto desejava, trocando os viveres pedidos pelos seus numerosos prisioneiros da batalha do Callau.

No dia 20 retiravam-se os hollandezes, que, poucos dias depois desembarcavam num logar chamado Sant'iago, onde encontraram resistencia energica dos hespanhoes, perdendo ahi bastante gente.

A 26, resolveu Spilbergen, então em frente ao cabo de São Lucas, deixar definitivamente a America, aproando para as Philippinas.

A 23 de dezembro, attingiu o archipelago dos Ladrões. Estavam os seus navios apinhados de doentes. Depois de varias peripecias, surgia, a 2 de março de 1616, em frente a Manilha.

Depois de um longo cruzeiro, de pirataria, nos mares da Insulindia, sobretudo nas aguas das Molucas, do apresamento de numerosissimas embarcações, malaias e chinezas, juncos e sampangs, e algumas hespanholas, deixava Spilbergen, rico de despojos os mares do extremo oriente, a 14 de dezembro de 1616, em direcção aos portos da Hollanda, onde chegou sem maior novidade e aureolado de enorme prestigio. Era o quinto navegador que fechava o trajecto circumnavigatorio universal após Fernão de Magalhães (1519-1521), Drake (1577-1580), Cavendish (1586-1588) e Oliver van Noord (1598-1601).

Em Java, tomara a bordo os dois grandes navegadores austraes, seus compatriotas, Lemaire e Schooten, que acabavam de fazer a sua celebre

viagem de circumnavegação, e descobrir o cabo Horn e o Oceano Antartico. Seu navio, o *Endraght*, fôra confiscado em Batavia por ordem da Companhia das Indias, sob o pretexto de que os exploradores haviam desobedecido á prohibição de passar pelo estreito de Magalhães.

Portou-se Spilbergen muito mal, em relação a estes dois illustres maritimos, pois quiz a todo transe fazer crer ao publico hollandez que não passavam de impostores, não havendo realizado a viagem de que se gabavam.

Quem redigiu a narrativa de sua jornada foi o escrivão da sua capitanea, João Cornelissen de Maya, que a escreveu em latim, no anno de 1617. Teve logo edições hollandezas, francezas, inglezas e allemãs.

Traz para a historia de S. Paulo o conhecimento do episodio inedito e interessante que procurámos esboçar. É realmente pena que nada lhe possamos contrapor em materia de documentação local. Actas seiscentistas das camaras de Santos e de S. Vicente, é cousa de que desde seculos não existem vestigios, e, infelizmente, na série das actas da Camara de S. Paulo, exacta e deploravelmente, verifica-se no anno de 1615 a longa lacuna do semestre que comprehende a época da estada de Joris van Spilbergen na barra de Santos.

Assim, só se documenta o facto, graças as escrivanices do escrivão João Cornelissen, historiographo official da expedição circumnavegatoria do illustre marinheiro neerlandez.

Ha comtudo no *Registro Geral da Camara de S. Paulo* (tomo I. pag. 248) um papel que certamente se refere á investida hollandeza de 1615 contra Santos: é a patente passada, em 18 de abril de 1615, a Sebastião Preto por Paulo da Rocha de Siqueira,

A viagem de D. Luis de Céspedes Xería

I

Os paulistas e os jesuitas.

Desde os primeiros dias do seculo XVII, como ninguem ignora, a ancia de escravisar indios e os trazer ao littoral cada vez mais empolgara os paulistas e os fazia aprofundar pelo continente sul-americano.

Consolidada a situação de sua villa natal, depois das campanhas da ultima decada quinhentista, posto o arraial piratiningano a coberto de qualquer assalto eventual, com as victorias das campanhas dirigidas por Jeronymo Leitão, Jorge Corrêa e João Pereira de Sousa, passaram os aggredidos a aggressores. Não tardou que os sertões do oeste fossem em todas as direcções cortados pelos devassadores do deserto, serviçaes do trafico vermelho.

Desde os dias da descoberta, por assim dizer, mostrara Ulrico Schmidel a facilidade relativa da viagem do Paraguay a S. Paulo. Em principios do seculo XVII foram numerosos os portuguezes e paulistas que pelo interior das terras vicentinas procuraram galgar o Paraguay, conta-nos um documento de Sevilha, o auto do governador Martin de Ledesma Valderrama, mandando que á sua presença com-

capitão e ouvidor da Capitania de S. Vicente, e em que o investe do posto de capitão de uma das tres companhias de infantaria da villa de S. Paulo.

Referindo-se aos serviços deste celebre sertanista diz o loco-tenente de Donatario que entre elles annotara «a occasião em que se offereceu, em defensão desta capitania, com muitos indios seus, por na barra della estar uma armada de inimigos hollandezes de quatro naus muito grandes e dous patachos e muitas lanchas ancoradas que continuadamente trabalhavam por entrar e commetteram por muitas vezes as ditas villas (Santos e S. Vicente) com força dando surriada e resistindo, na qual occasião o dito capitão Sebastião Preto mostrou muito esforço e acudiu em muitas partes onde por mim foi mandado em soccorro da dita villa de S. Vicente e no assalto que houve do dito inimigo».

Foi provavelmente o grande bandeirante o chefe do soccorro paulistano á marinha ameaçada pela esquadra de Spilbergen.

parecessem todos os subditos de Portugal entrados em terra de além Paraná pela via de S. Paulo.

Vinte e cinco homens obedeceram á intimação, depondo, a 23 de abril de 1633, sobre a sua vinda ao Paraguay.

Desde muito prohibira o rei hespanhol semelhante caminho; só se deveria vir ao Paraguay pelo Rio da Prata. Constantes haviam sido, porém, as desobediencias ás reaes cedulas: «muchas personas las habian quebrantado».

Receosos de incorrer numa multa enorme de cem pesos de prata, vieram, como diziamos, os subditos de Portugal justificar-se do que lhes era imputado, verificou-se então quanta desidia punham os officiaes de S. M. Catholica no cumprimento de suas reaes cedulas, que no emtanto «debian ser guardadas formal y puntualmente».

Assim Pedro Franco de Torres confessou estar na Assumpção desde 1607, «entrando por el puerto de San Pablo a esta ciudad y provincia» sem licença de S. M.; Henrique Paes, lisboeta, desde 1613; Sebastião de Freitas, paulistano, desde 1620; Antonio Preto, santista, desde varios annos, e assim por deante.

Verdade é que em dado anno, vendo impossivel a coacção deste movimento immigratorio, decidira o rei catholico perdoar os desobedientes.

Com o seculo XVII começa, como se sabe, a verdadeira era das bandeiras, com as de André de Leão e Nicolau Barreto, superiormente estudadas por Orville Derby e Washington Luis. Seu fim ostensivo era a pesquisa dos metaes e das pedras preciosas, a que se ajuntavam *in petto* as idéas do «descimento» do gentio indispensavel ao «ennobrecimento da terra».

Uma após outras succedem-se as expedições,

sertão a dentro. Inquietam-se os jesuitas e protestam, soffrendo o desacato de Julho de 1611, em que o povo de S. Paulo lhes mostra quanto estava pouco disposto a lhes supportar as recriminações e as tentativas de tolhimento á acção dos escravizadores.

Bem sabiam os paulistas que ao sul do Paranapanema haviam os ignacianos creado uma reserva populosissima, verdadeiro viveiro de indios captivaveis. Já em 1581, estivera em terra, hoje paranaense, Jeronymo Leitão, affirma uma carta do mestre de campo d. Antonio de Añasco a Diego Marin Negron, governador do Rio da Prata, citada pelo padre Pastells na sua sabia *Historia de la Compania de Jesus en la Provincia del Paraguáy.*

D. Luiz de Sousa, succedendo a seu pae d. Francisco, encarregara a dous caciques das vizinhanças de S. Paulo de alliciarem os indios do sertão do Guayrá, attrahindo-os á costa de S. Vicente, denunciavam os jesuitas do Paraguay, a 25 de Agosto de 1611.

A 14 de Novembro desse mesmo anno, notificava Añasco ao governador buenairense que, sabedor de um assalto de paulistas á aldeia de Paranambaré sahira ao encalço da bandeira, cujo chefe era Pedro Paes de Barros, e conseguira derrotal-a, matando dous caciques tupys, acompanhadores do bandeirante, e algemando dous outros.

Cremos que de 1610 ou 1611 date o primeiro embate bellico entre paulistas e jesuitas hespanhóes.

É deste anno o primeiro documento relativo a este assumpto, publicado pela grande autoridade de Pablo Pastells. Uma real cedula de Philippe III, datada de Madrid, de 25 de Fevereiro de 1614 e dirigida ao governador do Rio da Prata, assim se exprime: «Ho sido informado que los pueblos de

Guairá, y Villarrica del spiritu santo á mas de cuatro años estan sin sacerdote que administre los sacramentos y dotrine los naturales y los vecinos de ellos hacen muchos agravios y malos tratamientos a los indios y que los dichos pueblos sirven de entrada a los portuguezes del Brasil para el Perú y que assi mismo los portuguezes de las minas de San Pablo salen de su jurisdiccion y entran en esas provincias de onde sacan muchos indios de los pueblos y nuevas reducciones donde se estan doctrinando y los llevan a lo lavor de sus minas, en las quales mueren muchos y de temor los demas que quedan se huyen a los montes y dexan de benir a convertir-se a nuestra santa feé». Assim tornava-se necessario quanto antes tomar severas medidas repressivas.

Numa carta de Philippe IV ao vice rei do Perú, marquez de Mancera, datada de Madrid, de 16 de Setembro de 1639, dizia o monarcha que desde 1614 os vizinhos e moradores da villa de S. Paulo haviam realizado varias entradas pela terra do Brasil a dentro, «como por el puerto de Patos y rio grande», onde acabava a demarcação de Portugal, prova de que talavam o territorio hoje riograndense do sul.

Em 1612 queixava-se a cabildo de Ciudad Real, a mais importante das colonias jesuiticas do Pequiry e Ivahy ao governador de Buenos Aires, contando-lhe «la inquietud de los naturales, promovida por los portuguezes de la villa de San Pablo en el Brasil, quienes los han sonsacado y llevado más de 3.000 com harto perjuricio de esta ciudad». Estavam os indios no maior alvoroto e ameaçavam despovoar a região emigrando tumultuosamente além Paraná e além Iguassú. E Ciudad Real, fundação em 1557, de Ruy Dias Melgarejo, perto da fóz do

Pequiry, tinha então no seu districto dezenas de milhares de almas.

Desta data até 1628 escasseam quasi por completo os documentos referentes a assaltos de paulistas a reducções jesuiticas. Prodigioso revolvedor de archivos como é, Pastells nenhum trouxe referente a este periodo. E este silencio vem corroborar o do velho historiador jesuitico do Paraguay, o padre Charlevoix, cuja obra — vehemente requisitorio contra os paulistas — de tanta colera patriotica inflammou os nossos bons chronistas: Pedro Taques e sobretudo frei Gaspar da Madre de Deus.

II

A partida de D. Luis de Céspedes.

Até 1618 haviam as missões jesuiticas da bacia parananiana ido de vento em pôpa, affirma-o Charlevoix na sua *Histoire du Paraguay*. Em 1616 e 1617 tinham numerosos reforços de missionarios acudido ao appello dos superiores sul-americanos na sua representação ao Geral Claudio Acquaviva, attendida pelo successor deste, Mucio Vitelleschi. Novos estabelecimentos se fundaram, dentro em breve, florescentes, e tudo presagiava uma era de grande prosperidade, apesar da má vontade e das perseguições mesmo dos colonos do Paraguay contra as reducções do Guayrá.

Foi então que os paulistas começaram a se tornar o verdadeiro flagello da obra dos ignacianos na America Meridional.

E pitoresco o que o historiador loyolista, em meados do seculo XVIII, escrevia ácerca dos habitantes de S. Paulo de Piratininga. Transcrevamol-o

como documento em muitos pontos curiosamente phantasioso.

«Os portuguezes, conquistadores do Brasil, depois de edificarem no littoral a cidade de S. Vicente, dahi mandaram para o interior algumas colonias, que construiram cidades, das quaes uma das mais celebres é a de S. Paulo, fundada num cantão que os indigenas chamavam Piratininga e de onde ella tomou esta appellação.

Pouco tempo depois de sua fundação, o padre Manuel da Nobrega por S. Ignacio enviado ao Brasil onde foi o primeiro provincial da Companhia, tendo achado esta pequena cidade vantajosamente situada para nella se agrupar numerosa christandade de brasileiros, que julgava mais doceis do que os dos arredores de S. Vicente, para ahi transferiu o collegio desta cidade e, como alli chegasse na vespera da festa da Conversão de S. Paulo, no anno de 1554, dedicou a egreja do novo collegio ao apostolo das gentes, cujo nome, com o correr dos annos, se tornou o da cidade, pois sempre a chamaram S. Paulo de Piratininga.

Seus habitantes, com o concurso dos jesuitas de seu collegio, conservaram-se algum tempo piedosos e os indios do districto, que estes religiosos facilmente protegeram dos maus tratos, á porfia abraçavam a religião christã. Isto, pouco durou, porém, e a colonia portugueza de S. Paulo de Piratininga, sobre a qual haviam os missionarios fundado suas maiores esperanças, dentro em breve tornou-se um obstaculo — que não puderam remover — ás suas conquistas espirituaes.

A principio proveiu o mal de outra colonia contigua á de S. Paulo, e onde o sangue portuguez se mesclara fortemente ao brasilico. O contagio deste mau exemplo não tardou a attingir S. Paulo e de

tal mistura nasceu uma geração perversa, cujas desordens em todos os sentidos tão longe chegaram que a estes mestiços se deu o nome de Mamelucos, devido á sua semelhança com os antigos escravos dos Soldões do Egypto.

Mau grado os esforços dos governadores, magistrados e jesuitas, secundados pelos superiores ecclesiasticos, para cohibirem taes abusos, tornou-se geral a dissolução e os Mamelucos sacudiram o jugo da autoridade divina e humana.

Um grande numero de bandidos de diversas nações: portuguezes, hespanhóes, italianos e hollandezes, fugindo á alçada da justiça dos homens e insensiveis ao terror da de Deus, entre elles veiu estabelecer-se; varios brasileiros tambem acudiram e o gosto pelo saque, havendo-os empolgado, a elle se entregaram sem peias, cobrindo de horrores enorme extensão de terras. O mais rapido teria sido extirpal-os; as duas corôas de Hespanha e Portugal, assentes sobre a mesma cabeça, então, tinham igual interesse no assumpto. Mas a cidade de S. Paulo, situada nos pincaros de um rochedo, só podia ser expugnada pela fome e para tanto se tornavam precisos numerosos exercitos que o Brasil e o Paraguay, ainda menos, não estavam em estado de levantar, sem contar que um pequeno numero de individuos, dispostos, facilmente podia defender-lhe os approxes, sendo necessario para os dominar que entre as nações houvesse um accôrdo que jamais se poderá celebrar.»

Depois de apresentar sob tão formidavel aspecto as condições estrategicas da villa paulistana, accrescentava o bom jesuita, não podendo esconder o horror que lhe causava a acção de tão desalmada gente: «O que espanta e impediu talvez que no Paraguay se tomassem, desde logo, pro-

videncias contra os Mamelucos, é que elles não precisavam sahir de sua terra para viver na abundancia e gosar de todas as doçuras da vida. Em S. Paulo respira-se um ar purissimo, sob um firmamento sempre sereno, e um clima muito temperado, embora sob os 24 graus de latitude austral. Todas as terras são ferteis e produzem excellente trigo. A canna de assucar ali medra perfeitamente e vêem-se optimas pastagens.

Assim não foi sinão por espirito de libertinagem e a attracção da pirataria que elles, através de incriveis fadigas e continuos perigos, por muito tempo percorreram estas vastas regiões selvagens a que arrebataram dous milhões de habitantes.

Nada aliás mais miseravel do que a sua vida nestas correrias, que ás vezes duravam annos a fio; muitos nellas morriam, outros achavam no regresso á terra natal as mulheres novamente casadas.

Emfim, seu proprio paiz estaria, dentro em breve, deserto, si os que não voltavam não houvessem sido substituidos por captivos, provenientes destas incursões, ou indios com quem se acompanhavam».

Vivendo longamente entre hespanhóes, o excellente Charlevoix, encampou-lhes as affirmativas, exaggeradas, hespanholadas.

Não é crivel que os apresamentos de indios por paulistas hajam attingido a tão vultuosa cifra; talvez, quando muito, a um vigesimo dos dous milhões apregoados.

E não era só aos jesuitas que procuravam fazer mal, avança ainda o historiador.

Aos castelhanos causavam o maior damno possivel. No emtanto, preferiam os hespanhóes todos estes tormentos a sustentar as reducções contra o inimigo commum, tão antipathicos lhes eram os jesuitas.

E não só se serviam os paulistas da força como da astucia. Pretende ainda o autor loyolista que muitos delles se disfarçavam sob a roupeta e surgiam nas aldeias guaranys falando perfeitamente a lingua geral e concitando os indios a que se deixassem evangelisar. Davam-lhe pequenos presentes e faziam-se estimados. Só deixavam a mascara quando haviam reunido um bom numero de embaçados. Ahi, então, pelas ameaças e a pratica das mais terriveis violencias, tangiam rumo de S. Paulo as resignadas pontas de gado humano.

De 1621 a 1626, governou o Paraguay d. Manuel de Frias, ex-governador de Buenos Aires. Teve tempestuosa administração por causa de suas questões com o bispo, que acabou por excommungal-o.

Sabedor de taes divergencias, resolvera o Conde Duque de Olivares substituil-o antes que acabasse o prazo do seu governo, os cinco annos em que devia servir.

Assim, a seis de Fevereiro de 1625, dava-lhe successor na pessoa de d. Luiz de Céspedes Xería, fidalgo de linhagem, que então se achava na côrte madrilenha.

Recebeu ordem que partisse immediatamente para assumir o governo da sua capitania, mas isto era bem hespanhol, ou, antes, peninsular e do tempo! — não lhe forneceu o erario regio um unico vintem, para a viagem.

Conta-o o nomeado, na sua «Relación de viaje» que temos a vista e vamos analysar.

Partiu para Sevilha afim de embarcar num dos galeões do comboio do Prata. Precisou, porém, desistir do intento.

«Estuve quarenta dias en ella, buscando quien me diesse algun dinero para poder aviarme. Visto

no hallar quien me socorriese fueme fuerça pedir nuevas licencias.»

Nada mais caracteristico da administração dos Philippes do que essa eterna penuria do thesouro e desorganisação governamental.

Passou-se d. Luis de Céspedes a Portugal, afim de tentar seguir num navio lusitano, de verga d'alto, para o Brasil. O resultado foi ficar preso um anno em Lisboa, pois, justamente, havendo conquistado os hollandezes a Bahia, interrompeu-se a navegação, restabelecida apenas muito após a restauração de 1.º de Maio de 1625.

Da capital portugueza pessimas recordações ficaram ao capitão-general paraguayo. «Pasé infinitos trabajos, miseria y necessidades, assi por no hallar quien las socorriese como por verme cargado de obligaciones precisas».

«De Castella nem vento nem casamento», diziam os portuguezes.... e ainda menos negocios.

Sua Magestade Catholica, sobre cujos dominios jámais se encobria o sòl, via a algumas dezenas de leguas de sua côrte real, os seus subditos dos reinos e senhorios de Portugal torcer o nariz ante a assignatura de ordens do seu real thesoureiro. De nada valeu ao pobre d. Luis uma cedula de credito no valor de mil ducados que de Madrid lhe haviam enviado como ajuda de custo.

Banqueiros e negociantes portuguezes não quizeram por cousa alguma descontal-a.

Assim se queixava o delegado real de um destes desconfiados e precavidos — e muito o havia de que — argentarios lusitanos: «Llegué a um hombre tan desvergonzado como su oficio, crucéle las manos y pidele, pues podia, dese limosna y me ayudase asegurando su dinero con tan conocida ganancia, me despedió con lo «Dios te provea».

De nada valia a firma de sua majestade catholica! Nenhum credito merecia o seu real credito! Quanta insolencia de tãos maus subditos!

Tudo isto narrava o desprezado capitão-general a seu augusto amo.

Si acaso lesse o seu aranzel, o sr. d. Philippe, o Terceiro de Portugal e Quarto de Hespanha, pensaria de si para si, no intimo da consciencia, que os seus bons vassallos de Portugal andavam sensatamente não se afoitando em lhe honrar a real assignatura, sobretudo naquelles tempos calamitosos das guerras de Flandres com o hollandez rebelde e ameaçadoramente forte, em que os cofres regios andavam na mais deploravel das vasantes.

III

Viagem accidentada.

Afinal restaurada a Bahia e a navegação para o Brasil poude o desconsolado Capitão-General pobretão, do Paraguay, arranjar transporte para o Rio de Janeiro; tarefa, entre parenthesis, nada facil.

Já embarcara certa vez a pobre roupa e a rica pessoa quando o mestre da caravella, não vendo o seu passageiro provocar o classico quarto de hora rabelaisiano, o chamou á explicação succinta do que pretendia fazer em materia de pontualidade financeira.

«Desconfiado el maestro me pidió fiador de los fletes» relata S. Ex., de quem desconfiava o arguto mestre portuguez.

E fel-o bem. S. Ex. não conseguiu demonstrar-lhe que se explicaria em moeda sonante, a

não ser por meio de promessas endossaveis, hypotheticamente, por sua majestade, seu real amo.

E assim o exigente luso, que não fiava, fez o pobre Capitão-General castelhano sahir de bordo com a pequena trouxa, desmoralizado e merencorio.

«De verguenza que me obligo a perder el buen successo de mi viaje! dexê aquel navio siendo lo que yo mas aborrecia en este mundo temeroso de lo que el coraçon me avisava; fue me fuerza olvidar agravios y dissimular passiones.»

Quanta affronta a engulir, insolencias a deixar sem troco!

Afinal conseguiu sahir de Lisboa para a Bahia a 18 de abril de 1626, numa das naus da India.

A S. Salvador chegou com quarenta dias de viagem que lhe pareceram quarenta mil; estava doente, provavelmente ralado de bile.

Em todo o caso fizera a travessia «gratis pro rege» continuando indescontavel e innegociavel a famosa letra dos mil ducados.

Na Bahia creou alma nova, tratado como foi, com a maior amabilidade, pelo governador interino da praça d. Francisco de Moura.

Ali já estava havia seis mezes, á espera de conducção para o sul, quando viu chegar o novo governador geral do Brasil, Diogo Luiz de Oliveira.

Graças aos bons serviços deste e aos de uma senhora hespanhola a quem chama d. Anna de Avendano, «poderosa de credito y dineros», pessoa que com elle viera de Europa, e mulher do contador de Buenos Aires, julgou Céspedes poder reencetar a tão demorada jornada.

Havia, porém, na épocha enorme falta de embarcações. Por fim de contas, descobriu-se um pequeno patacho. Nelle embarcou a senhora sua enorme bagagem, quarenta ou cincoenta negros escravos,

criadagem colossal «de su obligacion», além de quatorze ou quinze passageiros da familia e sequito.

E por cima de tudo «frayles y mas frayles de suerte que, apenas cavian de pié», narra, o desconsolado don Luis.

Assim desanimou o desastrado viajante de seguir nessa tigela navegante de sardinhas, «quise antes perder tan mal conjuncion que salir com ella». E fel-o bem que o anjo da boa estrella o inspirava...

Partido o tal patacho de d. Anna, muitas semanas decorreram antes que apparecesse outro navio de rota para o sul. Finalmente, encontrou-se um mestre, a quem conveio a viagem. Pedindo o beneplacito do Governador Geral para a partida, espantou-se d. Luis de sua attitude. Accusou Diogo Luiz de Oliveira o mestre do barco de villania, ameaçando-o castigal-o, porque o enganava.

Espavorido com a nova demora, passou Céspedes ao recurso da solicitação humilde.

«Que se doesse S. S. de um fidalgo pobre, criado de Sua Majestade, seu amo commum, e cujas instrucções devia procurar fazer cumprir.»

Asperamente lhe contestou o governador geral, chegando a pôr-lhe em duvida a validade das nomeações de Capitão-General.

«Sali tan afligido como desconfiado de que aqueste cavallero hiciesse por mi la menor cosa del mundo.»

Foi apadrinhar-se com d. Francisco de Moura e este lhe obteve nova entrevista. Neste encontro falou o pobre castelhano ao seu poderoso contrariador «con tanta sumission como cortessia». Afinal arrancou de «su generossa perssona (que es tan gorda como malcriada) — annota ironica e rancorosamente, e á guiza de desabafo — a permissão

do embarque, isto porém, depois de muitos incidentes desagradaveis «vendo (yo) que no tenia remedio, dê gracias a Dios y encommendé el sufrimiento a mi paciencia».

Nada gentil, como se vê, para com o collega castelhano o sr. Governador Geral do Brasil, pouco fidalgo ao que se nota, muito embora pertencesse á casa illustre dos Morgados de Oliveira!

Impoz Diogo Luiz ao mestre que levasse a Martim de Sá, governador do Rio de Janeiro, grande carregamento de munições de guerra e tudo gratis! «sin que a Su Majestad le costasse um maravedis!» Não houve remedio sinão acceital-o. Pareciam levantadas as ultimas difficuldades, mas qual! surgiram novas; quiz o mestre uma fiança de muitos mil ducados, do Capitão-General e do seu companheiro de viagem, certo Piolino.

Não houve ahi mais meio de accôrdo, apesar de nova e provavel exhibição da famosa letra sobre o thesouro hespanhol.

Surgiu então terceiro navio que fazia sua primeira viagem transatlantica. Vinha com as obras mortas por acabar, porém, e precisou ultimal-as. Dahi nova delonga...

Neste interim appareceu inesperadamente a dominar as aguas de Todos os Santos a divisão do terrivel corsario Pieter Heyn em nove grandes naus de guerra e quatro pequenas, a 3 de março de 1627. Era a segunda vez que o apavorante Pedro Peres vinha ao Brasil.

Prepararam-se os portuguezes para a defesa da praça. Entraram os hollandezes pelo porto a dentro «tan atrevidos como desvergonçados», tomaram vinte e cinco navios de commercio, e fizeram façanhas espantosas.

Aproveita-se na sua narrativa o castelhano para

carregar o sombrio do quadro. Assim depois de dizer que muita cousa não relata a sua majestade «por verguenza», conta haver visto quatro batavos num batel apossarem-se de tres grandes navios portuguezes, cuja guarnição espavorida se deitara a nado para a praia.

«No meio da presa estava o meu navio!» declara o desafortunado narrador no auge do mais comico desconsolo.

Retirando-se Heyn das aguas da Bahia tornou-se-lhe insoluvel o problema do proseguimento da jornada.

Lançando mão dos ultimos recursos, empenhando as joias. «dando por um o que valia tres», viveu o desastrado Capitão-General varios mezes ainda na então capital brasileira... «os dias na esperança de um só dia» que era o de seu encantado embarque.

Ralado de furor desabafa-se no seio paterno de Sua Majestade. Si o Governador Geral do Brasil não lhe arranjava conducção era porque «no procurava mas que su ynterés» a saber carregar os navios disponiveis com os proprios assucares. Levado pela colera descambava Don Luis para o terreno da calumnia.

Afinal obteve Piolino que num barco construido na Bahia o admitissem e ao amigo.

Na hora de partir a embarcação para Buenos Aires declarou Diogo Luiz de Oliveira que a não deixaria sahir por não saber se aquella praça não estaria em poder dos batavos, como constava. Teniesse (yo) paciencia que veynte dias mas ó menos no me hacian al caso» nota o pobre e contrariadissimo itinerante.

Realmente, o que eram tres semanas para quem vinha esperando um anno? A entrada de um barco

de Pernambuco relatando que de Buenos Aires haviam fugido varios navios, que se achavam no Recife, ainda mais acirrou a resistencia e os receios de Diogo Luiz.

Ordenou a descarga dos generos já postos a bordo, dando, porém, liberdade ao mestre de navegar para onde quizesse.

Declarou este a Céspedes que á vista das noticias de modo algum iria ao Prata.

Comprehendendo que jamais sahiria da Bahia, e, em desespero de causa, decidiu D. Luis arrostar os mares numa canoa grande que bordejasse até o Rio de Janeiro.

«Teniendo por mejor el poner-me en tan conocido peligro que esperar de aquel caballero obras que correspondiesen em sus obligaciones, si es que las tenia.»

A 11 de janeiro de 1628, partia o governador paraguayo após vinte mezes de Bahia! «veynte mezes de encantamento»!

«Embarque-me nos muy contente aunque contra el parecer de todos mis amigos, poniendo en por delante al riesgo a que me ponia en un barco tan pequeno que mas parecia desesperacion que temerosidad de animo. Sali de aquel laverinto confiado en la misericordia divina.»

Começou bem a viagem, com mar sereno. Eram os pilotos ignarissimos, porém; viram ao longe uma povoação, no fim, de algum tempo, e não souberam dizer si era ou não o Espirito Santo.

Logo depois, em uma noite, quasi se perderam no Parcel dos Abrolhos. Abalroaram tres vezes os perigosos escolhos e por um triz naufragaram. Foi o alarma a bordo formidavel.

«Accudimos con lagrimas a pedir favor y misericordia a Christo Nuestro Señor, pidiendo por

nuestra intercessora a su Santissima Madre, a quien nos encomendamos muy deveras prometiendo todos em qualquier tierra que tocasemos yr descalssos a su santa casa; fue servida esta señora de livrarnos milagrosamente.»

Pouco depois, chegados á Victoria, cumpriam todos o voto. «Tan devotos como contritos suvimos a una hermida de su ynvocacion: es Nuestra Señora de la Peña».

Demittiu Don Luis os deploraveis pilotos, arranjou outros e partiu com rumo ao Rio de Janeiro, onde após excellente travessia ancorou a 4 de fevereiro de 1628.

Recebido com a maior cortezia e affecto pelo governador Martim de Sá e seu illustre filho Salvador Corrêa de Sá, o futuro e glorioso restaurador da Angola, hospedou-se Céspedes em casa do primeiro.

«Alli estuve tan regalado y servido quanto yo soy certo en encarecer su cortessia y nobleça, que materias tan altas quedan siempre offendidas de alabanças», proclama, dando largas á gratidão.

E mais ainda: comprehendendo quanto eram imperiosas as circumstancias em que se achava o tão atrazado governador do Paraguay, ordenou Martim de Sá, ao mestre da unica barca, então no porto do Rio, descarregasse a lotação toda e se aprestasse para singrar rumo do Rio da Prata.

Ia o commandante, obedecer-lhe, quando os officiaes da Real Fazenda embargaram-lhe o passo, sob o pretexto de que usurpara direitos alfandegarios.

Debalde tentou o governador accommodar a questão, nada conseguiu. Á vista de tão desagradavel impedimento aconselhou ao hospede que fizesse por terra, desde Santos, a viagem ao Paraguay.

Acceitou Don Luis o alvitre e Martim forneceu-lhe todo o aviamento: «canoas, negros y infindos presentes».

IV

Impressões de viagem.

Fosse Don Luis de Céspedes um grego das antigas eras e teria logo ido sacrificar aos altares de Eros, divindade propicia que lhe acompanhava agora os passos, a compensal-o das attribulações, maçadas e contrariedades que lhe valera a má vontade inexplicavel e gratuita do Destino, impassivel e insondavel.

Uma causa muito particular provocara tanta sympathia da parte de Martim de Sá para com a sua pessoa. Deixemos, porém, que o interessado explique o caso:

«El mayor y demás estima que a su hermano el capitan Gonçalo Corrêa de Saa para que fuese haciendome merced y allanar las dificuldades estando todo a punto y yo para salir lo mas breve que fuese posible, se ofreció que estes señores aficionados de mi justo agradecimiento tuvieron por bien de estimar mi persona para dueños de sus voluntads y esposo de una hija de el capitan Gonçalo Corrêa de Saa, sobriño del governador Martin Corrêa de Sá y nieta de Salvador Corrêa de Sá, governador y poblador que fue desta tierra e assi teniendo-me por feliz y estimado tan buena suerte e favor.»

Como se vê, na familia dos Corrêa de Sá, não se ligava maior importancia ao velho proloquio lusitano, já citado, lembrando á gente de Portugal que

de Castella ninguem quizesse vento ou casamento. Talvez a seduzisse a idéa de uma alliança com um capitão-general.

Acaso teria o classico «coup de foudre» determinado este enlace que o attribulado itinerante modestamente dizia a seu soberano «haver sido milagroso»? passados tantos fracassos e trabalhos? E que casamento!

«Quien duda que quisso nuestro Señor premiar la paciencia que he ofrecido a su divina majestad», commentava exultante o castelhano, deslumbrado do que lhe acontecera.

Agora tinha «por compañera una señora tan principal como hermossa y virtuosa que quanto es por mi, confiesso no haveria merecido».

Bella compensação lhe reservara a passagem forçada e extra-programma pelo Rio de Janeiro! Quanto abençoava todos aquelles estorvos da Bahia, que o haviam feito mudar de itinerario! As rabugices, atrevimentos e exigencias do Governador Geral, nada mais haviam sido do que manifestações da benevolencia da divindade propicia que lhe permittira fazer a America tão rapida e commodamente.

É que a dona fluminense «tan principal como hermossa y virtuossa», além de tantos dotes lhe trouxera o mais principal delles, nada menos de quarenta mil ducados.

Pouco valia, porém, esta aurea montanha em comparação ao que representava a posse de sua portadora, observava o feliz marido, pois de tal senhora ser senhor superava a valia de «quarenta millones de carbuncos!» mais diamantes do que todos os das minas de Golconda!

«Cesso en su encarecimiento, terminava elle a sua «abundantia cordis», ya que viendome tan aficionado desculparame qualquier que fuera curioso.»

Em doce embevecimento da esposa e do dote, deixou-se d. Luis de Céspedes ficar no Rio de Janeiro.

Afinal, lembrado de que devia assumir, um dia ou outro, o cargo que o levara a peregrinar pelos Brasis, decidiu-se a partir, por terra, para o paiz de sua jurisdicção.

Resolvera seguir só, pois ia ter uma jornada tão longa quanto sobretudo desconfortavel e perigosa.

A 8 de Julho de 1628 se ia, deixando a joven d. Victoria na casa paterna. Compunha-se o seu comboio de duas grandes canôas. A 18, depois de escalas pela ilha Grande e S. Sebastião, chegava a Santos. Ali se demorou onze dias, sendo muito bem tratado por todos e presenteado, «especialmente pelo capitão mór da capitania de S. Vicente, circumstancia perfeitamente explicavel, visto como tal autoridade, ao que nos indica a chronologia de Azevedo Marques, não era sinão o proprio sogro! Gonçalo Corrêa de Sá, locotenente do donatario, alias, pela segunda vez, de 1626 a 1632, sinão o seu successor immediato ou substituto interino Alvaro Luiz do Valle.

Em Santos, assistiu ás tres grandes festas de «Corpus», S. João Baptista e S. Pedro e S. Paulo.

Mandando chamar á sua presença o ouvidor da capitania, que então era Amador Bueno da Ribeira, apresentou-lhe um requerimento para que tornasse effectiva a prohibição das entradas de paulistas no Paraguay. «Nenhuma pessoa, quem quer que fosse, se mostrasse ousado, a ponto de ir ás terras de sua jurisdicção». Respondendo-lhe, dizia, o futuro «acclamado» de 1641 que faria affixar editaes, prohibindo tal transito, sob pena de 500 ducados de multa, mas ao mesmo tempo prevenia que o capitão-general só se poderia fazer acompanhado das pessoas designadas pelo capitão-mór da capitania vicentina.

Não se contentou d. Luis de Céspedes com a provisão ouvidoral para documentar o zelo por Sua Magestade Catholica; fez, segundo requerimento agora ao capitão-mór Alvaro Luis do Valle, aliás de autoridade dubia, pedindo-lhe prohibisse a entrada dos portuguezes em terras do Guayrá. Deferiu-lhe Valle o pedido num alvará em que acenava com o confisco dos bens e a applicação de graves penas aos contraventores.

Autorizava, entretanto, num bandeirante de S. Paulo, o capitão Manuel Preto, a servir de guia ás canôas do capitão-general paraguayo, Tietê abaixo, podendo levar comsigo sómente seis indios e nenhum branco. Apenas chegasse a uma villa castelhana voltasse a S. Paulo, sem digressões. Si, durante a viagem, deixasse o rumo collimado, fosse tido como traidor á corôa de Sua Majestade. De sua conducta, ficaria aliás responsavel d. Luis de Céspedes.

Fazendo que lhe dessem traslados dos requerimentos para maior garantia — tratando com portuguezes, julgava-o elle, hespanhol, de sã prudencia e precaução — dispoz-se o governador do Paraguay a proseguir a interminavel viagem.

Sahiu de Santos para S. Paulo no dia de S. Pedro e S. Paulo, 29 de junho de 1628, e de sua ascenção pelas anfractuosidades da Serra maritima não lhe ficaram reminiscencias agradaveis, ao percorrer a estrada que ligava as duas villas: «trabajosissimo caminho por donde no pueden andar cavalgaduras y los hombres, para haver de passar-le a de ser en hamacas en hombros de los naturales de la tierra».

Assim caberia aos pobres indios das aldeias dos arredores de S. Paulo a tarefa, pouco suave,

de carregarem S. Exc. pelas veredas escorregadias do Cubatão.

Gaba-se d. Luis de Céspedes de haver tido, em S. Paulo, excellente acolhimento: «Fuy muy bien recebido y regalado de todos los moradores, estare siempre reconocido», declara ao Rei.

Curiosa gratidão, comtudo, esta que, tão pouco tempo depois, lhe ditava a carta confidencial de 8 de novembro de 1628 a Sua Majestade. Curto lhe fôra o reconhecimento pelas provas amigaveis dos paulistas, a seu respeito, pois delles faz a mais negra descripção dos actos e costumes, da vida commum, projectos e emprezas.

Começa prevenindo o seu real amo, para que não se espante do que vai lêr: «Suplico a Vuestra Majestad mire con atencion desde aquilo que le boy diciendo y oyrá desta gente de San Pablo y su jurisdicion las mayores maldades, trayciones y vellaquerias, que hazen ni an hecho vasallos suyos».

Quatrocentos homens em estado de pegar em armas, dizia d. Luis de Céspedes, residiam em S. Paulo, quatrocentos moradores, a que dá o appellido de soldados.

Vivia a villa com as casas fechadas, habitualmente, porque a «assistencia» dos habitantes «mujeres y hijos es en el campo», commentava. Trazendo do littoral uma série de attestações de passagem e de serviços ainda não se dava o governador por satisfeito. Novas provas desejava para convencer Sua Majestade de seu zelo e da importancia dos serviços que allegava.

Assim obteve que a 2 de Junho de 1628 lhe dessem os padres Salvador da Silva, superior do collegio paulistano; Joseph da Costa e João de Almeida, superiores das aldeias da Escada, Conceição e S. Miguel, um certificado, declarando que só trou-

xera e levava os criados do seu serviço, além da roupa do uso «mostrando-se em tudo mui zeloso do serviço de Sua Magestade».

E isto o affirmavam, «in verbo sacerdotis».

Novo documento lhes pediu o eminente itinerante e elles lho deram afiançando que como testemunhas de vista lhe haviam assistido ao embarque.

Homem meticuloso e cauteloso este sr. d. Luis de Céspedes y Xería que, a 16 de julho deixava a villa paulistana rumo de oeste.

Talvez houvesse contribuido para a brevidade de sua estada em S. Paulo, a attitude da Camara local.

A 8 de julho, reunidos os edis: o juiz ordinario Mauricio de Castilho, o vereador «baltezar de godoi», e o procurador do concelho, Christovam Mendes, ausente o vereador, «dioguo brabosa» por estar doente, puzeram os ditos officiaes eleitos para 1628, «em pratiqua as cousas do bem commum».

E como houvesse escaldante ordem do dia, «pello procurador foi dito que requeria aos offisiaes que lhe requeria soubesem como o governador do peragoai que nesta vila está para pasar, mandasse saber, se trazia ordem para passar por este caminho por ser proibido».

Era o assumpto grave sinão gravissimo, implicando uma questão de intrusão de jurisdicção. Embora ao mesmo tempo subditos do rei de Hespanha e de Portugal, não podiam os vassallos de uma das corôas invadir a esphera do poderio da outra. Assim os officiaes da Camara paulistana mandaram «se soubesse a ordem que trazia de sua majestade para passar por S. Paulo».

Indica isto que teve o sr. d. Luis de Céspedes y Xería a necessidade de exhibir ordens e patentes, circumstancia que provavelmente o irritou, ten-

do-a como insolencia dos atrevidos plebeus paulistanos para com um representante fidalgo da majestade catholica de El Rei o Senhor Don Philippe o Terceiro. Dahi o azedume do seu relatorio sobre os paulistanos, talvez.

Ninguem mais turbulento do que os paulistas de então, nem logar do mundo existia onde tamanha e tão grave impunidade reinasse. «Vienen al pueblo los dias de fiesta y eso armados com escopetas, rrodelas y pistolas publicamente consientelo las justicias. Porque no ja son mas que en la aparencia y son como las démas muertes, cuchilladas y otras ynsolencias, matandose y aguardandose en los caminos todos los dias sin que aya sido castigado hombre ninguno hasta el dia de oy ni tal se save».

Com o maior desplante, já em S. Paulo lhe haviam contado que estavam em campo, numa expedição destinada a apresar os aldeiados do Guayrá, novecentos homens da villa e seu termo, seguidos de tres mil indios.

Pretendia d. Luis, que, sabedores de suas intenções quanto a tentar proteger os reduzidos do Guayrá, efficientemente, haviam os paulistas pensado supprimil-o. «Estando yo ali harto temeroso que no me matasen porque savian el zelo con que venia a estorbarles».

Assim, deu-se pressa em preparar o comboio com que devia descer o Tietê e o Paraná para chegar ás terras de sua capitania. Seguiam-no seis criados, além de cinco indios e indias, parece que ajustados em S. Paulo. Quarenta remadores indigenas formavam a sua maruja fluvial. Levava-os «pagos com o seu dinheiro», isto é, com alguns ducados do dote, jactava-se ao amo real que tanto o deixara durante tres annos sem subsidios nem

soccorros e sempre com a impagavel letra de mil ducados, innegociavel. Muito amor ao pennacho devia ser o deste homem tão pertinaz em empossar-se do seu cargo, através de tão pavorosa viagem como esta que ia emprehender, sobretudo agora em que estava rico e em lua de mel.

V

Pelo Anhemby e o Rio Grande.

Sahindo de S. Paulo, a 16 de julho de 1628, declara don Luis de Céspedes que deixára «aquela mala tierra con toda priessa». Quiçá receava que os paulistas o obrigassem a descer a serra rumo do mar.

Caminhou então quarenta leguas penosas «por tierra y a pie, por ser camiño fragosissimo que no se puede andar de otra manera con ynfinitos travajos de llubias y rios». Dezoito vezes teve de atravessar o Tietê nesta jornada. Tal percurso fazia-o para attingir um ponto onde a navegação do grande rio começasse a ser mais franca.

Afinal, chegou a este porto, a que deu o nome de Nossa Senhora de Atocha, e onde se demorou um mez a construir «embarcaciones de palos grandisimos». Fabricou tres, das quaes a que destinava para si excavada num madeiro gigantesco, provavelmente pluri-secular peroba, com uma circumferencia de oito braças (17m,60). De tal madeiro fez uma barca longa de setenta e cinco palmos, dezeseis metros e meio, com seis palmos de bocca (1m,32).

Nella vinhamos, diz elle, «sinquenta yndios que remavan y mi persona y criados. Las otras dos

eran la mitad menos donde benian el sustento nuestro y de los yndios».

De onde teria o capitão-general encetado esta viagem Tietê a baixo? É difficil dizel-o.

Logo a jusante de um salto chamado pelos portuguezes, «cachuera» (sic) e de onde o Añemby («quer decir rio de unas aves añumas»), annotava elle, se precipita de «altisimos peñascos».

Provavelmente, para além do Salto de Itú.

Nada mais temeroso do que tal jornada fluvial contava elle ao rei. Só a descer o Tietê gastara dezenove dias.

Dois após a partida, teve de desembarcar toda a comitiva para alliviar as embarcações luctando contra «peligrosissima corriente», que por um triz levou ao fundo do rio «toda la ropa y comida».

Passados dois dias, ainda, já cruzara á esquerda as barras do Itamiriguassú (ou rio «de las piedras chicas y grandes»), do Sarapoy (ou rio «de un pese llamado Sarapós») do Yequacatu (ou rio «sin peligro»), e do Inbaguariguen (vomito de passaro) (sic), deixando á direita as fozes do Imboyry (rio de las quentas), Capibary (rio de las Capibaras), Yroy (rio frio), e Ycarehy (rio de lagartos). Foi-lhe então preciso descarregar os batelões, deixando-os descer o fio d'agua «a riesgo de hazer se mill pedaços entre aquellas peñas».

Eram bons os barqueiros e nada succedeu. Reembarcou o capitão-general, que nove dias mais tarde pousava nas immediações de um grande salto, de onde se precipitava o rio, do alto de «grandisimas peñas». «Sacamos las canoas por tierra por imposible yr por el ryo y se botaron dos mil pasos. Su nombre proprio es Abayandava (sic) donde se nos atrabesó una canoa entre dos peñas, despues de aver laborado dos dichos pasos». Não houve

meios de safala apesar dos esforços dos cincoenta indios e dos mais homens que na comitiva vinham.

«Accomodamonos lo mejor que pudiemos», philosopha pacientemente o capitão-general itinerante.

Além dos rios citados, vira ainda don Luis até ao Avanhandava as barras dos seguintes affluentes do Tietê á esquerda o Piray ou rio dos peixes, Ubaeyry ou «rio capax de alojamiento», Camasibeca («rio de las camasibas de que hazen frechas», e do Yacarepepi («pestana de lagarto). Á direita annotara um segundo Jacarehy e uma «Rivera grande» anonyma. Perto da confluencia do Sarapoy avistara uma fazenda de gente de S. Paulo, subindo canoas por este affluente que provavelmente é o Sorocaba.

Cinco dias depois de haver deixado o Avanhandava, attingia o salto de Itapura, através do trecho encachoeirado que lhe ditava estas palavras: «desde el salto grande de Abayandava hasta aqueste de Itapira, todos es grandisimas corrientes y riscos por donde veniamos todos los dias, desnudos, acompañando las canoas y teniéndolas para que no se hiciesen pedazos, y otras veces echandolas al agua con palancas».

No Itapura, nova e penosissima varação. Na noite seguinte, dormiu don Luis no pontal do Paraná e do Tietê. Annotou ainda a existencia á direita de um terceiro Jacarehy, affluente do Tietê e a esquerda a de anonymo «riberón».

Entrando no Paraná, assustou-o, muito, o rebojo do Jupiá: «grandisimos remolinos de agua y de mucho peligro para las canoas, donde me desembarqué con toda mi gente, siendo por tierra gran pedazo y las canoas por este peligro».

Seis dias navegou o Paraná, com grande felicidade.

Entre o Tietê e o «Paranapané» (sic) cruzou as barras do Ypiranga (rio Colorado), do Tayaguapey (rio de onzas), e do Guiray (rio pos passaros). Paranapanema, segundo elle, quer dizer «rio sin pescado».

Á margem direita, hoje matto-grossense, divisara as fozes do Guacury («rio de unas palmeras») e Aguapehy (rio de Lozas).

No pontal do Paranapanema, na margem hoje paranaense, encontrou o Capitão-General verdadeiras cidades de indios christanisados pelos jesuitas, nada menos de doze mil pessoas. «Tierra de mi jurisdicción», apressa-se em dizer ao rei. Assim, a seu ver, o limite extremo do Brasil, para o Sul, vinha a ser o Paranapanema... e o era, de facto, na época.

Ao grande aldeiamento de Loreto, vizinho de outro não menos importante, sobre o Paranapanema, o de Santo Ignacio, chegou don Luis a 8 de setembro de 1628, data que lhe era muito cara, pois neste dia «renascera, baptizando-se», dizia, piedosamente.

Quarenta mezes havia que Sua Majestade o despachara de Madrid! Tambem o Paraguay não sahira do logar e dera-se tempo ao tempo, como se costumava fazer naquella pasmaceira administrativa da Hespanha dos Philippes.

Novo antheu a tomar alento no sólo materno e a reflectir que estava onde mandava, partiu don Luis sem detença para a cidade real de Guayrá, onde chegou com mais oito dias de viagem pelo Paraná, cruzando as barras do Ivahy (Huybay-«rio de canoas»), do Iguatemy (« rio de pesca aguda), e Pequiry (rio de las mosarras).

A cidade real de Guayrá, situada na confluencia do Pequiry e do Paraná, achava-se, portanto,

a montante das Sete Quédas, a cujo respeito assim se exprime o capitão-general: «El Rio de la Plata, siendo de legua y media de ancho, vá agotandose hasta venir a ser de modo que se puede arojar de una parte á otra una piedra y es tal el ruido que hace que estando en la ciudad real, tres leguas y media, se oye en ella como si estuvieran debajo de él».

Synthetizando os perigos da viagem, desde S. Paulo, dizia don Luis ao soberano: «Todos estos riesgos que aqui digo q. tuvimos, son por mayor que no quiero poner los tropezones que veniamos dando cada hora, y es cierto que la Virgen Santisima de Atocha, de quien yo soy muy devoto — y todos los fueran en esta ocasión — nos sacó dellos milagrosamente y asi lo tengo por fé porq. commigo en el descurso de mi vida ha hecho tres milagros patentisimos, dandome muchas ayudas en mis necesidades».

Circumstancia que sobremodo impressionára o capitão-general era a prodigiosa piscosidade do Tietê.

Tal a abundancia de pescado, que uma pequena redada trazia enormes quantidades de exemplares pertencentes a numerosissimas especies ichtyologicas.

«Tambien tiene grandisima suma de casas», conclue elle, referindo-se ainda ás margens do Anhemby, «muchos tigres, leones, muchisimas antas, que matamos, con qué veniamos comiendo carne por ser como de vaca». A caça de penna nada ficava a dever em abundancia á de pêlo: «hay mucha pasararia de diversos colores».

Chegado a Ciudad Real e empossando-se do governo paraguayo, narrou don Luis de Céspedes suas aventuras em extenso documento, datado de oito de novembro de 1628. Prevenia desde logo

sua majestade de que se preparasse para ouvir ácerca do Guayrá e do Paraguay «las mayores lastimas de pobresa y desnudes, poco govierno, poco amparo en las cosas de Dios y ninguna ayuda en el uno ni en el otro».

Começava pedindo ao rei que castigasse exemplarmente os seus detestaveis vassallos paulistas, «que, não contentes de serem maus em sua terra natal, ainda o eram mais em relação aos habitantes das Reducções Jesuiticas, cujos moradores captivavam, mandando-os vender em Santos e no Rio de Janeiro, por todo Estado do Brasil e até em Lisboa».

Com a maior philaucia e arrogancia lhe haviam dado noticia os de S. Paulo da grande expedição de 900 brancos e 3.000 tupys, que exactamente agora se preparava para arruinar as Reducções ao sul do Paranapanema.

«Ansi me lo dixeron elles mismos», affirma o Capitão-General, para logo depois calorosamente apostrophar o Rei Catholico nos termos seguintes:

«Vuestra Majestad, por quien es y por Dios Nuestro Señor, primeramente remedie esto y haga castigar estes traydores que aun no lo son solo en lo que he dicho sino tambien en lo que hazen y es que para salir en campo a hazer estas vellaquerias ellos mesmos se hazen capitanes, alferez y sargentos y alsan vanderas y tocan caxas sin consentimento de su governador.»

Mal traçára, porém, o substantivo hierarchico, acudiu-lhe á memoria a lembrança dos maus tratos e pirraças do Governador Geral brasileiro, e assim aproveitou o ensejo para, generalizando, aggredir as autoridades do Brasil, em desabafo de despeito e resentimento. Soubera em S. Paulo que todas as providencias contra os sertanistas não passavam de

méra comedia, «para hespanhol e jesuita verem», dir-se-ia. Os governadores «lo saben y no lo remedian». «Porque hablo a vuestra magestad lo que bi y no lo que ay y quedo corto por no selle molesto y quien tiene la culpa de que esta ladronera y capa de todos los deliquentes del Bracil y de Lisboa son los governadores generales de aquel Estado, que han tenido y tienen hasta agora su parte de lo que aquellos les tapan la boca para que no se les embien el castigo que merecen. Y tambien es causa sus mismas justicias que son los capitanes y los que los acaudillan».

VI

O mappa de D. Luis de Céspedes

Não se póde dizer que o estylo do sr. d. Luis de Céspedes Xería seja de indiscutivel crystallinidade. Pelo contrario, a sua feição aranzelica frequentemente dá sério trabalho aos que pretendem interpretal-o.

Teve a excellente idéa de fazer de sua viagem um mappa ou roteiro a que, modesta mas conscienciosamente, chama «boron» e dedicou a Philippe IV, seu real amo. Desenhou-o com as tintas de certas hervas selvagens só para pôr Sua Majestade ao par dos perigos e trabalhos de sua dilatadissima viagem.

Este mappa ou «topographia», como então se dizia, é curiosissimo e tanto mais precioso quanto representa, a nosso vêr, a primeira carta de penetração do Brasil.

Assignalada a sua presença no Archivo General de Indias em Sevilha, pela obra monumental de Pablo Pastells, mandamol-o copiar para a col-

lecção de cartographia colonial paulista, do Museu Paulista.

Reproduziu-o o habil cartographo sr. Santiago Montero Diaz, em fiel fac-simile. É um mappa de 1.18 por 0m,79, e nelle se vêem delineados os cursos do Tietê e do Paraná. Não ha idéas de escalas, proporções, coordenadas geographicas, nem accidentes orographicos ou quaesquer outros.

Nem siquer se lembrou o topographo de conservar uma certa relação entre os volumes dos dois grandes rios.

O Tietê é representado tão largo e ás vezes mais que o Paraná, «que és el Rio de la Plata».

Como já o temos referido, assignala o autor numerosos nomes de affluentes dos dois caudaes; os do Tietê perderam os appellidos que lhes attribue, e cujas etymologias guaranys não parecem das mais autorizadas.

Queremos crêr que o seu Sarapoy seja muito provavelmente o nosso Sorocaba, pelo facto de lembrar que por elle se navegava e ter este como affluente superior o actual Sarapuhy. O Capivary, provavelmente, é o mesmo assim chamado hoje.

A sua «Rivera grande», anonyma, poderia passar pelo Piracicaba, si a não puzesse tão perto do Avanhandava.

Aos grandes affluentes da esquerda do Paraná attribue em geral a nomes que conservam até hoje: Pequiry, Ivahy, Paranapanema. Os seus Guiray, Tayaguapory e Ypitanga são os nossos Santo Anastacio, Peixe e Aguapehy. Na margem matto-grossense menciona o Iguatemy e o Aguapehy, nomes que subsistiram, e o Guacury, antigo appellido do Sucuriú, cremos.

Os seus Aguapehy parecem ser o nosso Pardo e Miney («rio que no corre») o Ivinheima.

Acima da foz do Tietê colloca uma grande corrente, desemboccando no Paraná, em terras de S. Paulo, a que chama Itayguiry, e á esquerda um menor, o Curaray.

Naturalmente, assim os denomina, servindo-se de informações recebidas. Assignalando a confluencia dos dois grandes caudaes formadores do Paraná, a um delles chama Paranahyba, e deixa o outro como tronco do Rio da Prata.

Ao nosso actual Rio Grande, denominação que ainda no seculo XVIII vemos attribuida ao caudal que hoje chamamos Paraná, imprime comtudo uma directriz de sul a norte, absolutamente falsa.

Estes depoimentos nos revelam que em 1628 já o Paranahyba era conhecido pelo nome que hoje tem.

Facto curioso é que, tratando a carta cespediana do curso superior do Paraná, nella não haja a minima referencia á cachoeira de Urubupungá, que o itinerante não póde deixar de ter conhecido, dada a sua situação de contiguidade á fóz do Tietê.

O grande esclarecimento que ella nos traz é que a navegação do Sorocaba, do Tietê e do Paraná era cousa corrente em principios do seculo XVIII. Dahi a facilidade em admittir-se a possibilidade das primeiras expedições paulistas, exploradoras do territorio matto-grossense, de que nos falam os velhos chronistas.

Chegado a Ciudad Real, quiz o capitão general conhecer o districto do Guayrá. Assim, visitou Villa Rica, «onde se coje y hazo la yerva», conta.

Muita miseria por toda a parte presenciou.

Em materia de vestuario só viu indios e brancos maltrapilhos. Até mesmo os alcaides e rege-

dores «benian vestindo lienço de algodon tenido de negro y esto mui roto. Las mujeres y hijos destos andan vestidos de la misma hasta las camisas».

Pouca a abundancia de viveres. Além de umas raizes chamadas yucas, so havia laranjas e algum milho. «No tiene bacas ni obejas ni otro ningum ganado». Tambem jámais ali estivera governador ou visitador ecclesiastico algum.

Passando a Xeres, a cidade de além Paraná, que dentro em breve os paulistas destruiriam, notou a mesma penuria.

Emfim, concretizava o delegado regio, doia-lhe vêr como viviam tão barbaramente hespanhoes e vassallos de sua majestade, e isto decorrido quasi um seculo da descoberta do Paraguay.

Grandes planos formara para a restauração de tão flagellada terra, e via em todos os incidentes de sua tormentosa e demorada viagem o dedo da Providencia.

In petto, naturalmente ao traçar taes conceitos, referia-se ao casamento fluminense.

«Entiendo como xptiano (christão) que quiso simpre Dios Nuestro Señor hiciese yo este camino para su santo servicio.»

Tambem o tinham os povos como um verdadeiro enviado de Deus.

«Entretanto por esta ciudad Real de Guayra comensaron los hombres, las mujeres y los niños derramando muchas lagrimas de contento a decidirse unas a vozes de alegria que «ya. a venido el Redentor de nuestros trabajos y desventuras.»

Acabava don Luis a sua carta lembrando ao rei que do proprio bolso gastara muito dinheiro. Casara-se no Rio de Janeiro e alli logo se separara da mulher para acudir ás exigencias do real serviço. Permittisse sua majestade, pois, que esta

senhora pudesse vir com sua casa e criados. «Para que yo y ella, estemos como Dios manda», dizia piedosa e apaixonadamente.

Algum tempo mais tarde ia d. Victoria de Sá estabelecer-se no Paraguay, ao lado do esposo, que em principios de 1629 fôra empossado do governo de Assumpção.

Repetiu o penosissimo itinerario do marido, o que mostra quanto nesta senhora havia a energia dos illustres Sás de que provinha.

No governo de d. Luis de Céspedes Xería deu-se o arrazamento total das missões do Guayrá pelos paulistas, commandados por Manuel Preto.

O facto de haver passado por S. Paulo e ser casado com uma brasileira fez que os autores jesuiticos muito lhe hajam maltratado a memoria, sob a increpação de que, informado das intenções dos paulistas, nada obrou para evitar o perigo que ameaçava as aldeias dos ignacianos hespanhoes.

Tudo aconteceu «por permision inicua del governador del Paraguay d. Luis de Céspedes, diz o contemporaneo anonymo citado por Pastells.

Em 1631 o provincial da companhia no Paraguay, padre Francisco Vasquez Trujillo, accusava-o perante o rei de conluio com os paulistas e de obrigar os indios christãos a trabalhar como escravos em hervaes que explorava na serra de Maracaju. Assim tambem o dr. D. Enriquez Rabanal. D. Luis de Céspedes, que se casó en Rio de Janeiro y entró por la via de San Pablo acompañado de muchos de ellos los favoreció y ayudó».

Quem ao Paraguay trouxera D. Victoria de Sá, fôra André Fernandes, o fundador, com seu pae, Manuel Fernandes Ramos, de Parnahyba.

Ora, a este sertanista se devia a destruição da reducção de S. Paulo. «Ës uno de los mayores

piratas y mas cruel matador de indios que fueram ao certon», delle diz o Provincial.

Tropelias sem conta praticara e retirara-se para S. Paulo levando comsigo numerosos captivos do Paraguay com perfeita sciencia de Céspedes.

Emfim, é grande a cópia de documentos promovendo a accusação acerba do Capitão-General. Conheceu-os Charlevoix, que com vehemencia o aggrediu. Assim, pretende que, fazendo a viagem terrestre, desobedecera a terminantes ordens regias, inventando haver recebido permissão especial para semelhante fim.

A insinuação do apoio dado aos paulistas contra os jesuitas parece uma exageração do autor francez.

Levanta-se agora em sua defesa o relatorio confidencial a Philippe IV, datado de Guayrá e de 8 de novembro de 1628. É o que analisámos, o documento de quanto a sua estada em S. Paulo lhe inspirou a mais funda antipathia pelos paulistas, a quem faz, como vimos, as maiores e mais graves increpações.

Convém, entretanto, lembrar que a dubieza de sua attitude, em 1631, foi de tal ordem, que permitte suspeitar da sinceridade das suas opiniões.

Acaso, com o decorrer do tempo, teria modificado «in totum» o seu modo de os julgar? a ponto de se tornar seu tacito alliado?

Seria, acaso, tambem, o mais refalsado e cynico dos hypocritas?

Não é o nosso intento discutir o caso.

Mencionemos, comtudo, que contra elle procedeu a Audiencia de Charcas, em 1632, prendendo-o, suspendendo-o do cargo, condemnando-o a uma multa de quatro mil pesos, além de o inhabilitar por seis annos para qualquer officio real.

«Castigo digno, avança Lózano, porém, menor que suas atrozes maldades». Montoya, parte activa no processo, fez-lhe então as mais acerbas accusações. Socio dos paulistas na venda dos indios, fôra quem lhes promovera as entradas. Chegara a ponto de mandar capturar infelizes indios fugidos aos apresadores.

A elle, referindo-se ainda agora repete Teschauer, na sua «Historia do Rio Grande do Sul», as mesmas accusações, affirmando mal informado que d. Luis se fizéra acompanhar por uma bandeira de paulistas.

Assim, estamos em face de um dilemma: ou tal não é exacto ou todos os documentos por Céspedes enviados ao rei de Hespanha, e que analysamos, são vergonhosamente falsos e adrede preparados para embaçar a côrte.

Apesar da destituição, continuou d. Luis no Paraguay. Tomou activa parte nas pendencias de 1648 entre o violento bispo de Assumpção, d. Frei Bernardino de Cárdenas, e os jesuitas, naturalmente a favor daquelle.

Algum tempo mais tarde, em 1641, estando os loyolistas expulsos do Paraguay, e havendo-lhe o bispo mandado queimar o Collegio, em Assumpção, assignou d. Luis de Céspedes um termo de retratação e reparação do que disséra e fizéra contra a Companhia.

Em 1657 era alcaide ordinario de Assumpção.

Algum tempo depois fallecia no Rio de Janeiro, informou-nos o nosso douto mestre Capistrano de Abreu. Sua viuva continuou a residir na cidade natal.

Como não tivesse filhos e fosse summamente piedosa, ao fallecer no Rio de Janeiro, a 26 de agosto de 1667, deixou todos os seus grandes bens

aos benedictinos, as tres fazendas do Camorim, em Jacarépaguá, que a Ordem conservou até 1892, e quatro sobrados á rua dos Governadores.

Vê-se o seu tumulo no centro da nave da egreja da grande abbadia fluminense.

Entre as obrigações dos outorgados, pelo legado, instituira uma procissão e festa solenne annual, no dia de S. Gonçalo, onomastico de seu pae.

Não quiz, comtudo, fazel-o para S. Luis, santo do nome do marido.

Implicaria acaso o facto em alguma exprobração posthuma ao Capitão-General castelhano, a quem desposara, como para mais uma vez documentar o proverbio luso, que approxima casamento e mortalha?

Um Creso Colonial

Deixou-nos o insubstituivel Pedro Taques — e não fôra elle, certamente, tudo o olvido avassalara — a lembrança do fausto e da opulencia do padre Dr. Guilherme Pompeu de Almeida, presbytero secular que, nascido em Parnahyba em 1656, ahi falleceu em 1713.

Traçando a seu respeito pequena noticia biographica, de todos conhecida, desde que o Instituto Brasileiro inseriu na sua monumental Revista, a *Nobiliarchia Paulistana*, firmou-se a lenda de que o Padre Pompeu possuia immensos cabedaes, que delle faziam um creso do Brasil setecentista.

Sobre ser muito leal e summamente veridico o illustre chronista não deixava, porém, de pender, um pouco, para uma tal ou qual megalomania. O que pôde dizer da fortuna do Padre Guilherme Pompeu — de quem se orgulhava ser proximo parente, primo em terceiro grau — naturalmente o soube já augmentado pela amplificação que soe dar aos assumptos a tradição oral.

A publicação do testamento do millionario de Parnahyba, por Azevedo Marques, em 1879, veio reduzir um pouco as proporções de tal fortuna e suggerir contestações ao que avançara o chronista.

Assim, pois, alludindo ao fausto com que vivia Pompeu em sua casa de Parnahyba, diz P. Taques: «para grandeza do tratamento da casa deste heroe paulista basta saber-se, que fazia paramentar cem

camas, cada uma com cortinado proprio, lençóes finos de bertanha guarnecidos de rendas e com uma bacia de prata debaixo de cada uma das ditas cem camas, sem pedir nada emprestado». Ora, ao fazer o Padre Pompeu a descripção da sua prataria, quer em testamento, quer a inventarial-a, em diversos annos, não deixou menção alguma deste luxo, singular e curiosamente applicado, devemos confessal-o. Talvez se acanhasse com a referencia a semelhantes vasos destinados á commodidade dos hospedes. Ainda assim: tal não teria razão de ser; em duas relações que constam do seu livro borrador de negocios apparecem apontamentos relativos ás bacias, reduzidas a uma meia duzia se tanto. Extranhará talvez o leitor tratarmos de tal assumpto; resta-nos, porém, tão pouco acerca do Padre Pompeu que é este o unico argumento preciso numerico com que podemos tornar frisante a tendencia augmentativadora de Pedro Taques.

Estes pequenos raparos não pretendem de todo diminuir a importancia das posses de Guilherme Pompeu. Para o seu tempo, para o Brasil deserto de 1700 e segregado do resto do mundo, para a capitania de S. Paulo, contando apenas algumas escassas dezenas de milhares de almas era elle uma formidavel potencia financeira.

Como chegou a reunir tão vastos cabedaes?

Herdera do pae um bom começo de fortuna ou melhor; já em vida do Capitão-Mór Guilherme Pompeu de Almeida recebera, provavelmente avultadas quantias, que soube fazer prosperar maravilhosamente, quer da herança materna, quer de adiantamentos de legitima, pois já antes do fallecimento daquelle, em novembro de 1691, realisava grandes transacções commerciaes.

Foi o Capitão-Mór Guilherme Pompeu muito

rico para a época; fez consideraveis doações á capella de Nossa Senhora da Conceição de Vuturuna que edificara em 1687, deu 200$ em 1671 para a fundação da Santa Casa de Misericordia de S. Paulo, e 400$ na mesma época, com contribuição para a indemnisação de guerra paga por Portugal á Hollanda — donativos enormes para o tempo — teve uma baixella de prata de quarenta arrobas, latifundios sem conta, etc. Vê-se, pois, que ao Padre Pompeu coube certamente grande herança.

Resolvera elle, á principio, ser franciscano, dissuadindo-o do intento, os pedidos dos paes, diz-nos Pedro Taques. E realmente, mostrava desconhecer a vocação verdadeira, ao pensar em tornar-se voluntariamente pauperrimo e religioso mendicante, pois, nascera com extraordinarias aptidões para banqueiro e commerciante.

Voltando da Bahia, onde fôra «aprender a lingua latina nos pateos do collegio dos jesuitas, onde se consumara excellente grammatico», estabeleceu-se em Parnahyba, de onde nunca mais deveria sahir, por longo prazo pelo menos, entabolando uma série de operações commerciaes e industriaes que lhe permittiram ajuntar enorme fortuna — para o tempo —, convém lembral-o.

Agricultor e criador opulento, assistiu aos primeiros movimentos do formidavel *rush* paulista para o ouro, a que se deve a descoberta e povoamento do solo de Minas, o territorio immenso dos Cataguazes. Sem deixar Parnahyba associou-se Guilherme Pompeu a esta entrada do sertão, fazendo-se banqueiro dos que partiam, e mandando, ás catas, expedições sobre expedições de mineradores, por conta propria, ou dirigidas por empregados e socios seus. No livro de registro de seus negocios surgem centenas de nomes de bandeirantes, os mais

illustres e os obscuros; com todos entreteve relações; todos elles lhe mandavam ouro e quasi todos lhe foram devedores.

Ao mesmo tempo ia o seu capataz, João Pinto, buscar o metal precioso ás catas riquissimas que começavam a ser abertas; levava comboio de cem ou duzentos escravos do *gentio da Guiné e peças da terra*, escopeteiros e espingardeiros, e cada uma destas viagens era, em geral, summamente rendosa. Comprehendeu logo Guilherme Pompeu que os proventos do ouro nunca são para os mineradores e fez João Pinto por vezes voltar ás lavras tangendo grandes pontas de gado, ou a levar carregamento que os mineiros, separados da civilisação pelo deserto, soffregamente adquiriam por preços altamente remuneradores. Estas boiadas vinham dos campos de Curytiba, onde iam procural-as outros associados de Pompeu, parentes ou amigos; o sobrinho Pedro Frazão de Brito, que as buscava a 150 e mais leguas ao sul de São Paulo, o primo Luis Pedroso de Barros, etc. Ao mesmo tempo fabricava em Parnahyba a escravaria do creso, marmelada de que vendia milhares de caixas para Minas a 400 rs. a caixeta, carne salgada, toucinho, etc., levando os comboios sal e assucar e ainda armas, enxadas e almocafres, numerosos objectos de procedencia européa que no Rio de Janeiro, da Bahia, do Reino chegavam continuamente.

Negociava Pompeu em dezenas de artigos: pannos, linhos, chapéos, calçados, drogas e remedios, ferragens, trigo, algodão e sal, e o seu commercio descendo ás pequenas cousas, levava-o a vender carne de vacca fresca aos seus vizinhos de Parnahyba. Possuindo em suas fazendas officinas de ferreiro e serralheiro fazia concertar fechos de escopeta e pôr coronhas novas, fechaduras e cadea-

dos, fabricando-se alli utensilios e ferramentas, pregos e parafusos. O seu grande negocio consistia, porém, nas transacções bancarias. Dava e tomava avultadas quantias a juros. Devia a varios, e muitissimos lhe deviam dinheiro de contado, ouro quintado, ouro em pó, barretas fundidas e moedas. Estenderam-se-lhe os negocios a centenas de minaradores que lhe remettiam, continuamente, do sertão, o producto das lavras, a maior parte a figurar-lhe nos livros como parentes, o que não é extranhavel, dado o intenso *in-breading* dos primeiros povoadores da capitania vicentina, ou compadres.

O que á primeira vista resulta da leitura dos livros do Padre Pompeu era a absoluta honorabilidade com que se effectuavam então todas as transacções.

A cada passo diz o capitalista: *estou pela sua verdade, deve-me o que disser.*

Não ha negocios terminados por velhacadas: *safámos contas, safei contas,* eis as palavras a que pospõe constantemente Pompeu a assignatura.

Juros altos não os cobrava tambem; quasi sempre oito por cento, excepcionalmente dez, quando não de *amor em graça*. Dado a escassez do numerario e o seu enorme valor acquisitivo, então, era a taxa mais que modica, sobretudo se nos lembrarmos que, em principios do seculo XIX, vinte e quatro por cento ao anno representavam juro corrente em Minas, e no interior do paiz, em geral, como hoje, 8 e 9 por cento. Trinta e seis por cento pagavam os boiadeiros alegremente, tomando todo o dinheiro que encontravam a esta taxa, pois o negocio rendia immenso.

Os grandes lucros que o Padre Pompeu auferia provinham certamente da porcentagem com que se pagava no ouro recebido.

Frequentes copias do seu borrador nos mostram que recebia a oitava nas Minas a 800 e 900 rs. quando em S. Paulo nunca valeu menos de mil réis, no seu tempo, chegando mesmo a 1$200 e até a 1$500, verdade é que excepcionalmente. Os bens immoveis é que pouco deviam valer, em Parnahyba e S. Paulo, pois, a troco de minimos emprestimos, os devedores, por vezes, davam-lhe em hypotheca, terras e casas.

Fazia fé para a validade da transacção a assignatura do devedor no livro do credor.

A somma de garanfias pedidas, é que attingia extraordinaria elevação. Haja vista o seguinte:

« Deve-me Salvador Gonçalves de Aguiar, em dinheiro que lhe emprestei, de amor em graça, por tempo de um anno, cento e noventa e dous mil e quatrocentos réis, e sendo caso o tenha mais tempo, em seu poder correrá a juros de oito por cento, cada anno, para o que me obrigou e fez hypotheca de todos os seus bens moveis e de raiz, havidos ou por haver, e pessas do gentio da terra e de Guiné: e disso não poderá dar, nem alhear, nem vender dos sobreditos bens sem prº satisfazer a dita contia do principal a ganhos; e por verdade se assignou neste meu livro, hoje o primeiro de Agosto de 1696 annos.

São 192$400 rs.

(assignado) *Salvador Glz. de Aguiar.*

Curioso o reforço de garantias de que se cercou o capitalista, receioso da perda dos 192 mil réis:

«Aos cinco de Março de 1697 annos se obrigarão a ser fiadores da contia acima de cento e noventa e dois mil e quatrocentos réis, que me deve Salvador Gonçalves de Aguiar, e se obrigam a toda a contia e juros, como corre. vicente e Manuel de Aguiar, como fiadores e principaes, pagadores da contia toda sobredita, obrigão de todo a fazer

hypotheca de todos os seus bens, assim moveis como de raiz, havidos e por haver e não podendo vender e nem alhear seus bens, até eu ser pago de principal e juros, não podendo por duvida alguma nesta obrigação que fazê e querê que valha e tenha vigor como se fora escriptura publica e se assinarão no mesmo dia mez e anno.

As quantias dadas a juros cifravam-se frequentemente em exiguas parcellas como se deprehende do seguinte:

Conta dos q. m. devê dinheiro a juros, a oito por cento, hoje 20 de Fevereiro de 1696.

Bento do Rego Barbosa	174$104
Domingos Pinto Coelho	16$000
André Nunes de Leivas	50$000
Alvaro Netto Bicudo	32$560
Albano de Góes de Mattos	50$000
Francisco de Proença Pontes	25$000
Clemente Portes del Rei	150$000
Diogo de Lara e Moraes	32$000
Antonio Frz Barros	13$000
Joseph. de Almeida Lara	50$000
Braz de Almeida	50$000
Cap. Sebastião Santos de Olv.ª	55$720
Martinho Furquim	32$000
Salvador Glz. de Aguiar	192$400
Joseph Gomes Madr.ª	50$000

Chega este total a menos de um conto de réis.

Eram algumas d'estas dividas já, então, um tanto antigas como a primeira, datando de 11 de Agosto de 1690.

Não quer isto dizer, porém, que todas as transacções do Padre Guilherme Pompeu tão limitadas fossem; a maior parte se fazia por intermedio de

um verdadeiro encontro de contas continuas com os seus comittentes a quem se encarregava, por exemplo, de mandar quintar o ouro de sua propriedade no Rio de Janeiro.

Assim, tambem, avultados relativamente, eram os seus negocios com Fernão Paes de Barros, Simão Bueno, Diogo de Lara a quem frequentemente pedia mil, e dous e cinco mil cruzados emprestados, com certo prazo de pagamento; e outros.

O livro que tivemos occasião de ver de assentos dos negocios do Padre Guilherme, está muito maltratado; foram-lhe as folhas todas arrancadas, achando-se agora, reunidas sem nexo algum. Parece ter sido uma especie de borrador. Se outro destino teve, deduz-se do seu aspecto de que a escripturação do creso parnahybano era feita com uma desordem compativel apenas com aquelles tempos de absoluta honorabilidade geral, em que commerciou o seu possuidor.

Senão transcrevamos uma pagina relativa ás suas contas com um correspondente na Villa de Santos, o bem conhecido Gaspar Gonçalves de Araujo.

ANNO DE 1698

Dei ao Cap. Gaspar Gonçalves de Araujo dr.º que pagou de frete, e gasto dos dous moleques que vieram da Bahia ao Sargento mór Bento do Amaral da Silva 9.200
Dei mais da conta que mandou aos 26 de novembro 21$950
Devo de receita de 27 de Fever.ro de 1699 annos 64$000
Recebi 2 arr. de cera do procedido das 298as ½ de ouro que mandei ao Rio de Jan.ro
Mandei pagar os 24$000 do resto que devia a Ant. Tavares da conta de Matheus de Escudeiro e receber C. Gp.ar Gonçalves por conta de G. Ferreira Pinto recebeu este dr..
Devo-lhe 18 quintaes de ferro a 5$000 o quintal mais 2 arr. de asso a 160 rs. a lb.

Recebi o ferro aos 8 de março e forão 67 arr. e duas de asso, este anno de 1699: importa o ferro a 5$000 rs. o quintal 83$750
as duas arr. de asso a 160 rs. a lb. emporta tudo 10$240
Devo da receita de 8 de março de 1699 a 91$870 em que entra a conta das duas arr. de asso acima ditas que são 10$240 que entra nos ditos 91$870
Aos 30 de Junho de 1699 recebi conta ajustada em que devo em dr. 15$000
Por Agosto lhe remetti trinta e tantas 8.^s^ de ouro, perto de 40 oitavas p.^ra^ m.^dar^ ao Rio ao seu correspondente, de hua receita: minha,
Deve-me em d.^ro^ 7$800 rs. de ouro que lhe remetti dos seus cem mil réis, que eu la tinha, q. lhe mandei ouro de mais.
Aos 29 de março lhe mandei juntamente com as tres barrettas da laude em frente 42 marcos de prata para obras de casa e da receita: mais 8 marcos de meu comp.^e^ Claudio Furquim p.^a^ duas salvas e de seus pucaros, remetti mais no mesmo dia duas barretas ao dito p.^ra^ as remetter á B.^a^ a Ignacio de Mattos q. perf.iuntas.
deve-me mais 112 oitavas e meia de ouro quintado que lhe emprestei aos 20 de março de 1700. Pagará o ouro como me pediu a 1$400 rs. q. acceitará, q. importa em 214 1/2 ^s^ ou 300$ 300 rs. d.^ro^ G.^me^ Pompeu de Almeida.

Não era o Padre Guilherme o unico *commissario* a receber ouro em Parnahyba, se nos é permittida a expressão moderna, seus recebimentos subiram progressivamente, porém, e em alguns annos obteve grande superioridade sobre os demais correspondentes.

Vejamos um interessante documento de 1698:

Por curiosidade faço a conta seg.^te^ do ouro q. entrou na villa de S.^ta^ Anna do Parnahyba este anno de 1698, de Agosto em diante, e é o seg.^te^:

Por Agosto do dicto Anno recebi 80 oitavas que me mandou João Pinto e 40 que mandou meu primo Sulpicio Pedroso e é portanto 120 8.vas em pó.

Por setembro trouxe Mel Roiz 150. Mel. Corrêa 30 D.os Alves, 50, 230 8.vas em pó.

João Gonçalves das Minas do Sul. sessenta oitavas em pó.

O Capitão Manoel Garcia 20 libras. O Capitão Manoel Bicudo e seus filhos 18 lbs. quint.as O Capitão Manoel Franco quint.as 8 lbs. D.os da Rocha 6 l.as quintadas e 3 l.s p.o da quintada mêa l. Francisco Paes quatro l.as Joseph de Camargo duas l.as Matheus de Escudeiro duas l.as Br.do Vieira uma l.a Antonio de Oliveira duas l.as Philippe de Abreu 4 l.as mais 3 D.os Pinto, mais duas quintadas. Seb.am Leme hua quarta.

Veyo me a mi. por Jan. de 1699, assi meu como diversas pessoas para eu mandar quintar 34 l.as em pó mais 23 e meia.

Fazendo compras na Europa por conta de terceiros e em diversas praças do Brasil, tinha Guilherme Pompeu numerosos correspondentes em Santos, Rio de Janeiro, Bahia, Lisboa, Porto e Roma, e constantemente reforçava os seus depositos, como se lê no *borrador*, em differentes logares. Não eram estas contas correntes, muito avultadas se as compararmos as dos commerciantes, embora medíocres, de nossos dias; assim, quando muito, attingiam a dez e vinte mil cruzados, somma esta muito elevada, para os principios do seculo XVIII, porém. Antonio Corrêa Monção e Santos Mendes Maciel, do Reino faziam vir os generos e artigos da industria: da Bahia por Ignacio de Mattos negros e *moleques ladinos* chegavam; ao Rio ia ter ás mãos de Diogo de Lara e Moraes o ouro a quintar-se ao passo que em Santos, de Gaspar Gonçalves de Araujo, lhe remettiam as cargas de sal, os fardos de fazendas e as miudezas.

Facto interessante: cobrava Guilherme Pompeu de varios dos seus committentes uma certa taxa para a conservação da estrada que ligava o planalto a Santos, variando estas contribuições de um cruzado a dois mil réis annuaes.

Outra cobrança, e esta muito maïs exigida, era do pagamento por parte de mineradores e bandeirantes, até das diversas cathegorias de committentes, das annuidades relativas a varias irmandades de Parnahyba, a confraria do Senhor, sobretudo, de que Pompeu foi em extremo zelador. Chegassem as suas contas a quantias elevadas não se dispensava elle de apresentar aos clientes, desde muito afastados de Parnahyba, residentes a centenas e centenas de kilometros de S. Paulo, separados do mundo pelo deserto, as notas em que lhes pedia tres, cinco ou oito patacas de igual numero de annuidades em atrazo da confraria do Senhor ou do glorioso São Francisco Xavier.

Terminando este pequeno artigo transcrevamos uma ultima e interessante conta; a que Pompeu cobrou a um seu primo, Antonio Castanho, que, preparando-se para ir ao sertão, em sua casa viera surtir-se.

Uma escopeta	6$000
12 libras de polvora	4$800
36 libras de chumbo	3$600
Um tacho de 6 libras	3$880
Um prato de estanho	1$280
7 facas	$600
Alvayade e pedra hume	$480
1 papel de alfinetes	1$600
1 terçado	1$280
3 cadeados	$600
2 arrobas de toucinho	1$600

4 machados e 4 podões	2$000
Dr.º fornecido aos Indios	2$000
5 collares	$300
1 canoa	7$000
Confraria do Senhor anno de 1690	1$000

O commentario dos manuscriptos do Padre Guilherme Pompeu permitte, até certo ponto, a reconstrucção de determinada face de S. Paulo setecentista, muito embora os documentos se achem notavelmente desfalcados e sobretudo truncados.

O que neste singelo apanhado transcrevemos, pode dar sufficiente idéa de quão valioso vem a ser para a historia da civilisação entre nós, o avariado borrador do creso colonial parnahybano.

Martyrios de Iguatemy

1769 - 1777

I

Uma expedição a Iguatemy

Não ha no passado paulista nome que recorde mais sinistras lembranças quanto esse do rio mattogrossense, affluente do Paraná, em cujas margens se ergueu a colonia militar setecentista a que, como por ironia, attribuiu a preferencia piedosa do capitão-general, seu fundador, a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres.

E realmente na historia dolorosa dos estabelecimentos congeneres, aqui e alli semeados na solidão de nossas fronteiras, como atalaias e cobertura do territorio brasileiro, quer hajam sido em Matto Grosso ou na Amazonia, apenas talvez possa o horrivel Forte do Principe da Beira tão lobregos annaes apresentar, tanta dor e tanto sacrificio; tanto dispendio de energia inutil e tão torvas reminiscencias consiga evocar, quanto o presidio paulista posto avançado nas lindes castelhanas do Paraguay. Tumulo de milhares de brasileiros, violentamente arrancados aos seus lares pelo despotismo colonial, e encaminhados como para matadouro certo, foi «o Iguatemy» a causa do terror dos humildes e dos desvalidos da capitania de S. Paulo, durante lustros a fio, a causa do despovoamento intenso do

territorio paulista, a que arrebatou milhares de almas pelo exodo e o refugio nos sertões brutos. E ao mesmo tempo, quanto motivo de soffrimento para os militares e funccionarios encarregados de sua localização, da sua guarda e manutenção, desde os primeiros dias até aos ultimos! Que somma de privações desencadeada sobre todos estes homens agrilhoados pela cadeia do real serviço e a instigação do infinito respeito ás vontades regias!

A empresas destas se applica, em toda a inteireza, o conceito camoneano do «mais que promettia a força humana».

E assim, dos dez annos em que durou o apavorante presidio de Nossa Senhora dos Prazeres, — pesadello de nobres e plebeus, exhaustor de recursos da depauperadissima capitania paulista, espectro estarrecedor de poderosos e humildes, — taes tradições ficaram, que o nome tão euphonico do caudal que lhe deu o nome vulgar, se transformou no symbolo evocador de calamidades sem conta.

Não ha quem ignore que em meiados do seculo XVIII resolveram as duas corôas ibericas delimitar as suas possessões sul-americanas, e quão numerosas foram então as questões obscurissimas a resolver em tal demarcação, mostrando-se por assim dizer insoluveis. Nada mais difficil do que a localisação do famoso meridiano de Tordesilhas, successor da linha alexandrina. Nada mais mysterioso do que a geographia do interior do nosso continente. Ainda em principios do seculo, era corrente entre os maiores cartographos a crença firme da existencia do lago phantastico de Parima da terra prodigiosa do El Dorado, e da cidade pasmosa de Manoa. Ainda por alli andariam a passeiar o Candido de Voltaire e o seu famoso preceptor o optimista Dr. Pangloss. Nesta mesma época avan-

çavam quasi todos os mais reputados geographos que, no centro do Brasil, do grande lago de Eupana, vertiam o Tocantins, o S. Francisco, o Paraguay e o Paraná; que o rio Real e o S. Francisco corriam parallelamente e por vezes no mesmo leito... E assim por deante... Haveria em 1703 Guilherme de l'Isle, geographo mor da Sua Magestade Christianissima e autoridade acatadissima no seu tempo de collocar as nascentes do Tietê, no... Cabo Frio!

Nada pois de admirar que, dos trabalhos da demarcação provocada pelo tratado de Madrid em 1750, haja surgido o celebre *Mappa das Côrtes,* cheio dos mais grosseiros erros, apesar da solennidade de suas chancellas, rubricadas pelos ministros e plenipotenciarios luso-hespanhoes, das graves formulas diplomaticas que se lhe inscrevem no verso e *tutti quanti.* Que abominavel hydrographia eis o que á primeira vista resalta do mais perfunctorio exame! E era documento de fazer inteira fé!

Mandando-o examinar pelo illustre cartographo Levasseur, poz-lhe o barão do Rio Branco em destaque os erros grosseiros da situação do nosso littoral, traçado segundo uma série de posições, cujas coordenadas são absolutamente falsas.

Fosse como fosse, esboçada a primeira demarcação, como que começaram as autoridades portuguezas a vislumbrar a existencia da linha divisoria real que se devia estabelecer para separar o Paraguay das terras de Matto Grosso. Convinha traçada bastante ao sul do curso dos rios por onde transitavam as monções de Porto Feliz a Cuyabá via Tietê — Paraná e as contravertentes da bacia do Paraguay. D'ahi a idéa de se fundar um presidio muito ao sul, o mais proximo possivel dos estabelecimentos castelhanos.

Incumbiria á capitania de S. Paulo o estabelecimento e a manutenção de semelhante posto avançado, decidira Pombal, então Oeiras ainda. Nem de outro modo podia ser, pois escassissimos eram os recursos dos nucleos portuguezes de Cuyabá, tanto mais quanto o accesso pelas terras mattogrossenses apresentava difficuldades incomparavelmente maiores do que as do lado paulista.

Restabelecido o governo autonomo de S. Paulo em 1765 com a nomeação do Morgado de Matheus, d. Luis Antonio de Sousa Botelho e Mourão para capitão general, teve este ordem de estudar o problema, cuja solução devia ser urgentemente levada a cabo, lembrava-lhe insistente o vice-rei conde da Cunha. A principio pensou-se em levantar o presidio em territorio hoje paranaense, á margem do Ivahy ou do proprio Paraná, mas não tardou a impor-se a convicção de que, para o fim collimado, tornava-se indispensavel a sua erecção em terras á direita do grande rio. E assim, constantemente instigado pelo vice-rei e mesmo pelo primeiro ministro da monarchia lusitana, poz-se o Morgado de Matheus a preparar a fundação da colonia militar, depois de fixado o local onde se devia erguer.

A proposito de Iguatemy teve Antonio de Toledo Piza a excellente idéa de imprimir volumosa documentação, a que enche as paginas dos volumes. de cinco a dez, da valiosa collecção dos «Documentos Interessantes para a historia e costumes de S. Paulo». Esta série de actos officiaes habilita perfeitamente o estudioso a fazer uma idéa do que foi a empresa das difficuldades prodigiosas que della decorreram, de quanto se converteu numa fonte de flagellos indescriptiveis.

Abundam os factos extraordinariamente multi-

plicam-se os pormenores, mas falta-lhes o indispensavel e insubstituivel complemento da documentação humana. Não ha naquellas centenas de paginas sinão a frieza da palavra official, sempre reservada, como os dados estatisticos de toda a especie que a acompanham. Este complemento vivificador nós o obtivemos de outra origem, graças á leitura de um manuscripto inédito, adquirido, para o Museu Paulista, pela excellente inspiração do sr. dr. Armando Prado, quando tão proficiente e dedicadamente se achava á testa daquelle Instituto. Desconhecido, modesto, humilde mesmo, representa importantissima contribuição para a historia de Iguatemy porque é natural e desataviado, narrativa de acontecimentos traçados dia a dia, sob a impressão immediata dos factos. Lendo-o a principio descuidosamente, por elle se interessou o nosso illustre mestre Capistrano de Abreu que o percorreu até á ultima pagina, recommendando-nos vivamente que o lessemos tambem. Seguindo-lhe os conselhos, certificamo-nos de quanto era justificada a attenção provocada ao eminente historiador pelas paginas do escripto setecentista. E esta leitura aventou-nos a idéa de o commentar. Assim, pois, não é nosso intento, neste despretencioso estudo, retraçar as peripecias que acompanharam a existencia do presidio de Iguatemy, e sim apenas revelar aos nossos leitores benevolos uma série de circumstancias curiosas, pittorescas e diremos até empolgantes, decorridas em torno de uma grande monção de infelizes povoadores, despachados em 1769 para aquellas paragens mortiferas do sul mattogrossense, pelo arbitrio do governo portuguez.

Intitula-se o manuscripto em questão: «Diario da navegação do rio Tietê, rio Grande, Paraná, e rio Gatemy (sic) em que se dá rellação de todas

as cousas mais notaveis destes rios, seu curso, sua distancia e de todos os mais rios que se encontram ilhas, perigos e de tudo o acontecido neste diario pelo tempo de dois annos e dois mezes. Que principia em 10 de março de 1769. Escripto pelo sargento-mór Theotonio José Juzarte».

Como se vê, é o titulo dos mais prolixos e muito ao sabor do tempo em que as folhas de rosto dos livros nos apparecem repletas de legendas e sub-titulos, fastidiosos, empolados, pleonasticos e ridiculos, as mais das vezes.

O manuscripto de Juzarte a S. Paulo veiu ter, graças á acquisição que delle fizera Eduardo Prado, incançavel perseguidor de raridades brasileiras e sobretudo paulistas.

O prodigioso bibliologo que é Capistrano, a seu respeito nos informou que já em 1878 a *Bibliotheca Americana*, de Charles Leclerc, lhe chamava *Rélation inédite et très précieuse*, attribuindo-lhe o valor de 150 francos. Não sabemos em que data Eduardo Prado o comprou. Quando, em 1916, começou a dispersão das suas bellas collecções, teve o sr. dr. Armando Prado, como já o dissémos, a felicissima idéa de adquirir para a Bibliotheca do Museu Paulista as 132 folhas de excellente calligraphia e caracteres muito nitidos da *Relação* de Juzarte. Esta e o *Divertimento admiravel* de Cardoso de Abreu representam talvez os dois unicos documentos de vulto, relativos á viagem dos rios no seculo XVIII, accrescendo a circumstancia de que a *Relação* de Juzarte, sob o seu ponto de vista, é infinitamente superior á do deslavado plagiario de frei Gaspar da Madre de Deus.

II

Theotonio José Juzarte

A leitura da Relação da viagem a Iguatemy, da lavra de Theotonio José Juzarte, levou-nos curioso a reunir alguns dados sobre o autor que, na folha de rosto de seu manuscripto, se intitula sargento-mór, posto hoje abolido na nossa hierarchia militar e correspondente outróra á graduação dos nossos majores.

Percorrendo rapidamente os *Documentos Interessantes* obtivemos diversos apontamentos sobre este militar que, durante certo periodo da historia setecentista de S. Paulo, representou elevado papel, sobretudo sob o governo de d. Luiz Antonio de Souza, de 1765 a 1775. Portuguez de nascimento e praça de 1750, depois de haver durante algum tempo servido na marinha de guerra portugueza, onde attingiu a uma graduação de inferior, solicitou Theotonio José Juzarte transferencia para o exercito, incorporando-se então ao Regimento da Junta. Em 1763 pediu que o mandassem para o Brasil, onde lhe deram a patente de ajudante do Regimento de Dragões Auxiliares da capitania de S. Paulo. É o que rezam os seus assentamentos.

Pouco depois, fundando-se o presidio de Iguatemy, dava-lhe o capitão-general uma série de commissões de grande destaque.

A 10 de janeiro de 1768 incumbia-o da escolta do comboio transportador de mantimentos para uma monção que se preparava em Ararytaguaba. Mandando que alli se demorasse a receber a carga e

fiscalizar os individuos destinados á praça matto-grossense, recommendava-lhe muito que os não deixasse fugir e o maior cuidado nas despesas.

Nomeado commandante da monção, dava-lhe em setembro seguinte o Morgado de Matheus carta branca para agir como melhor entendesse, ordenando-lhe comtudo, que o consultasse continuamente.

Era a elle que se despachavam as desoladas levas de colonos do Iguatemy, tristemente encaminhados para Porto Feliz; quem superintendia o almoxarifado da expedição: pejado de generos, armas e munições, utensilios de lavoura, moveis e roupas, drogas e mais objectos de toda a especie.

Fiscalisava ao mesmo tempo os preparativos de construcção e lançamento das grandes canôas reunidas naquelle ponto, em esquadrilha, e a que se dava a ultima de mão.

Recebia dinheiro e providenciava para a captura dos *voluntarios* desanimados e procurando escapar a uma sina que anteviam detestavel. A 21 de Janeiro de 1769, suppondo findos ou quasi findos os aprestos tão penosos da expedição, prevenia o capitão-general a Juzarte que estivesse prompto para seguir «oito dias após haver recebido as suas ordens definitivas».

A 13 de abril, sómente, porém, é que de Porto Feliz conseguiu largar a grande monção, trinta e seis grandes embarcações em que se aboletavam quasi oitocentas pessoas, das quaes setecentos e tantos «povoadores», «homens, mulheres, rapazes e crianças de todas as edades, trinta soldados de linha, gente de mareação e equipagem».

A Juzarte escrevia d. Luiz Antonio: «Não se esqueça v. mcê. de fazer o diario que tenho recommendado e lançar em planta todos os rios, to-

dos os paizes e todas as cousas mais notaveis, que se tiverem descobrido», recommendação preciosa a que devemos a «Rellação».

A 31 de outubro de 1770 avisava o capitão-general para Iguatemy, que ia substituil-o o ajudante Manuel José Alberto, prevenindo-o «do alvoroço com que o ficava esperando e desejando-lhe feliz successo na retirada».

«Recommendo a v. mcê., ajuntava, traga o roteiro da ida e da volta diariamente escripto, com todos os mapas dos rios, paizes e couzas mais notaveis q. encontrar, tudo descripto, com a mayor propriedade e certeza.»

A 19 de novembro de 1772, mandava o Morgado de Matheus que Juzarte fosse ter a Araraytaguaba, escoltando artilharia, munições e mais petrechos novamente destinados a Iguatemy, para onde seriam transportados numa esquadra de doze canóas, conjunctamente com setenta presos destinados a preencher os claros da guarnição da praça, dizimada pela malaria.

Em março de 1773, grato aos bons serviços do official portuguez, elevava-o bruscamente o satrapa paulista, de ajudante a sargento-mór, mandando addil-o ao Regimento de Dragões da capitania. Tudo isto sob condição, podendo faltar o beneplacito real, sobretudo quanto á promoção, pois deixara de lado vencidos de uma só vez os postos de tenente e capitão. Declara o capitão-general «attender ás exigencias disciplinares do Regimento e da boa conducta das expedições e importantes diligencias do Real Serviço». Em março seguinte, de 1774, ordenava-lhe o Morgado de Matheus conduzisse a Santos quatro companhias completas e alli as aquartelasse. Dias depois, nova portaria baixava, mandando que o official embarcasse esses

homens com destino a Santa Catharina, de onde partiriam para a defesa da fronteira do Rio Grande do Sul, passando ao Viamão.

Em abril partia Juzarte de Santos, á testa de seis companhias ou trezentos homens. Dois annos mais tarde estava em S. Paulo, novamente, onde já não mais encontrara, á testa do governo, seu protector, agora substituido pelo detestavel e detestado Martim Lopes Lobo de Saldanha.

No proposito continuo de depreciar a administração do antecessor, a fazer-lhe as mais graves cargas, a irrogar-lhe as mais vergonhosas accusações, a ponto de lhe pretender infamar a reputação quer como homem publico, quer como particular, chegando mesmo a calumniar-lhe de modo indecoroso os costumes; no afan de desacreditar o Morgado de Matheus, não podia Martim Lopes deixar de acerbamente censurar-lhe os auxiliares preferidos do governo. Assim, quanto a Juzarte, no officio a Pombal, de 23 de setembro de 1776, declarava não lhe reconhecer quasi intelligencia alguma. Promovera-o o favoritismo; simples inferior na marinha do reino, conseguira a transferencia para o Brasil, para S. Paulo, como ajudante de cavallaria (alferes). Deste posto, passando por cima dos dois intermedios, fizera-o d. Luiz Antonio sargento-mór (major)! Si elle, Martim Lopes, o conservava fazia-o «pelo capricho talvez mal entendido de que renovava todos os provimentos do seu antecessor, a quem Deus perdoasse taes actos». E nada mais... Quanta generosidade! Muito nas cordas do satrapa, falso e bajulador, que durante sete annos haveria de infelicitar a capitania paulista com o seu detestavel governo.

Dos ultimos annos de vida de Juzarte, pouco sabemos. Em certa occasião desejou rever a pa-

tria, e assim partiu para Lisboa. onde se demorou bastante tempo, ao que parece.

Terminaria a carreira militar maculando a fé de officio com uma série de notas altamente desagradaveis e depreciadoras dos seus creditos de official disciplinado. «Ausentando-se deste Regimento para Lisboa, reza o Livro Mestre do seu corpo, não notou sua licença. Voltou, nunca deu obediencia a seu Regimento; antes, se tem comportado muito mal com total falta de subordinação, pelo q. foy prezo e castigado tres vezes, thé que obteve licença de izenção do Regimento».

A estes topicos tão desabonadores do final da vida do navegador de Iguatemy acompanha ainda a seguinte e laconica informação: «Faleseu a 22 de janeiro de 1794». Lastimavel que o energico sertanista, a quem devia o Real Serviço o desempenho de varias e arriscadas commissões levadas a cabo com verdadeira dedicação, houvesse tão tristemente encerrado a sua vida de militar, dando razão ás perversas insinuações de Martim Lopes Lobo de Saldanha... De todo olvidado estaria Theotonio José Juzarte não fôra a sua «Relação», hoje incorporada á bibliotheca do Museu Paulista, notas de viagem toscas e rudes de soldado semi-analphabeto, mas cheias de interessantissimos informes. Assim a recommendação instante do capitão-general veiu salvar-lhe o nome do esquecimento completo e tornal-o comparticipante daquelle grupo de personalidades, cuja lembrança não desapparece por completo da memoria fugaz dos homens.

III

Um comboio de povoadores

Em principios de 1769, como já o dissemos, ordenou o capitão-general de S. Paulo D. Luiz Antonio de Sousa, Morgado de Matheus, que um grande comboio partisse de Porto Feliz, Tietê e Paraná abaixo, em demanda do novo e já sinistramente reputado presidio de Iguatemy, conduzindo consideravel reforço de colonos aos primeiros recrutamentos de povoadores alli estabelecidos, sob a administração do bravo capitão-mór regente, João Martins Barros.

Procedera-se, para o ajuntamento da nova leva de victimas destinadas ás hecatombes da malaria, como era de costume se fazer, para obter soldados.

Dentre a população humilde dos districtos ruraes da capitania devia sahir o grosso dos recrutados, dentre a «caipirada» de Itú, Sorocaba e Porto Feliz, sobretudo Parnahyba, S. Amaro e Araçariguama, Cotia e Jundiahy. Poucos os de S. Paulo e Santos, ou das villas do Norte, raros portuguezes, iam no misero rebanho humano, guiado pelas itaipavas, corredeiras e varações pelo sargento-mór Theotonio José Juzarte.

Quanta vingança, quanta occasião de satisfacção de mesquinhos rancores e velhos odios de prepotentes contra os pequenos, proporcionara a designação dos novos povoadores!

Em algumas das villas limitrophes do sertão haviam os capitães-móres procedido do modo mais violento e arbitrario, dando inteiro curso á satisfacção dos sentimentos ferozes de desforço de mi-

nimos aggravos. como por exemplo certa autoridade de Piracicaba, a que se refere Antonio Piza em suas notas aos *Documentos interessantes*. Taes os processos de obtenção de colonos para Iguatemy, que em breves annos provocaria o exodo de muitos milhares de proletarios e pessoas humildes das terras de S. Paulo para as capitanias limitrophes.

Expressivamente nos conta Candido Xavier de Almeida e Souza, no seu relatorio de 1786 ao Vice-Rei Luis de Vasconcellos, a impressão que aos colonos de Iguatemy, e aos seus, causava a designação de «povoadores» das pestiferas paragens sul matto-grossenses pelos ukases do capitão-general:

«Quando para alli entrava alguem pela urgencia do serviço de Sua Magestade, despedia-se como para a morte e consequentemente avisavam-se os parentes, lamentando-se os paes, suspirando os amigos, emquanto choravam as mulheres e exclamavam os filhos como desamparados. Tal o horror causado nos animos dos vassallos.»

Nem todos os povoadores da praça e presidio de Nossa Senhora dos Prazeres e S. Francisco de Paula, eram, porém, individuos desprotegidos ou baldos de recursos. Havia-os arranjados, quiçá attrahidos pelas fallazes promessas das recompensas reaes, o amor das aventuras, a esperança de lucros a auferir numa terra nova e virgem. Contava-se, entre os emigrados, quem levasse para o seu futuro estabelecimento tres, cinco e oito escravos, além de aggregados.

Mas a maioria, a immensa maioria, compunha-se de pobres diabos, arrastando atrás de si mulher e recuas de crianças, para obedecer ás suppostas ordens e intenções de sua majestade fidelissima — o abulico d. José I — formalmente expressas a tal respeito ao vice rei do Brasil, por sua excellencia

o conde de Oeiras. «Duzentas e mais leguas», ia toda essa pobre gente fazer pelas aguas de «rios caudalozos e perigozos, cheios de perigos consideraveis: inceptos (sic), bixos, caças, e trabalhos de toda a especie», na phrase rude e singela do commandante da expedição.

Cerca de oitocentas pessoas, «homens, mulheres, rapazes, crianças de todas as edades» constituiam o comboio a que acompanhavam «toda a casta de criações e animaes para a producção e extabelecimento futuro daquelle continente».

Trinta praças eram os guardas e custodios dos colonos a quem deviam proteger e defender, e sobretudo impedir que fugissem.

Trinta e seis embarcações preparara Juzarte em Ararauytaguaba, para a conducção dos homens e animaes, já o lembrámos.

Interessante a descripção que das canôas de monção nos deixou o official portuguez: Geralmente abertas num madeiro inteiriço de cincoenta e até mesmo sessenta palmos de comprido (13m.20), com cinco e mesmo sete palmos (1m,54) de bocca, approximava-se-lhes o perfil do das lançadeiras dos tecelões. Desprovidas de quilha, leme e mastros, a espessura do seu casco não excedia, na borda, a duas pollegadas.

Custavam de setenta a oitenta mil réis, o que hoje representaria uns tres contos de réis, talvez. Levavam uma tripulação de oito homens: um piloto, de pé, no bico da popa; proeiro sempre á proa, e seis remeiros, todos continuamente de pé. Os remos eram muito semelhantes ás choupas dos espontões. Tinha o do piloto dimensões muito maiores, pois servia de leme ao barco. Além dos remos trazia a tripulação os varejões para o terrivel serviço da subida contra a corrente.

Ficava a borda dos barcos, a um palmo do nivel das aguas, quando muito. Á proa e á pôpa deixavam-se dois «espassos vazios, com dez ou doze palmos de comprido (2.m64) em os quaes, si não mettia carga. O da proa destinava-se aos remeiros, o da pôpa aos passageiros. Quando entre estes havia personagens de distincção, armava-se uma especie de barraca, («para quem podia fazer esta despesa, cuja se fazia de baeta vermelha, formada de liage, ficando a imitação da tolda de hu Escaler». Tão restricta, porém, a área de tal camara que «mal podia accommodar duas pessoas com incommodo».

Geralmente não havia remedio, sinão supportarem os passageiros a ardentia do sol, a violencia das pesadas bategas tropicaes, pois não comportavam as canôas a rudimentar tolda. Para proteger a carga embarcada, armavam-se a cumieira, longa vara collocada no sentido de proa a pôpa e seus caibros destinados a supportar a lona protectora dos volumes transportados.» E o resguardo era muito efficiente, relata Juzarte. «Fica a canôa coberta das chuvas á maneira de hu telhado ou tumba q. pouco ou nenhuma agoa lhe cahe dentro e isto se faz durante as tempestades de chuvas, ou quando se passão ondas grandes q. saltando por cima de hua parte para a outra escoam as aguas pela lona para fora.

As provisões de uma monção vinham a ser feijão, farinha de mandioca e de milho, sal e toucinho, guardados» em saccos selindricos, com hu pé de diametro e cinco ou seis de comprido», para se accommodarem melhor pelo seu comprimento e pouco diametro».

Preparava-se á noite, o que devia ser no dia seguinte ingerido; acaso não fosse possivel fazer

fogo «ao jantar se comia frio o feijão cozinhado de vespera».

Navegavam as monções, ajunta Juzarte, de oito ás cinco «pela razão das muitas lebrinas». Occasiões havia em que o sol não se levantava até ao meio dia e o nevoeiro era de se cortar de faca, como diz a incisiva expressão popular.

O pouso diario, tomava-se-o antes que o sol se puzesse para haver tempo de se arranchar «cear e cozinhar para o dia seguinte. Roçavam-se os barrancos, armando-se, para a noite as rêdes «de pau a pau» cobertas com hum mosquiteiro de liage de quatorze varas para cada hu, a maneira de um grande sacco com um só lado aberto, o qual suspenso perpendicular fechava por todas as partes a cama ou rêde até o chão». Aos mosquiteiros cabiam quatro covados de baeta «á semelhança de um telhadinho, de sorte que chovendo de noite lhes não cahiam agua dentro».

Ai dos que não tomavam taes precauções contra os mosquitos polvora, borrachudos, pernilongos e outros «inseptos»! A este proposito longamente se estende o bom narrador sobre as pragas entomologicas dos nossos rios, assim como sobre a caça abundantissima das suas margens, o que lhe proporciona uma série de descripções zoologicas pittorescas, traçadas na sua orthographia e syntaxe soldadescas. Não anticipemos, porém.

A 10 de abril de 1769 estava o comboio prestes a embarcar. Á valentona ordenava o sargento-mór que todos os viajantes fossem transportados para a margem deserta do Tietê, opposta á villa de Araraytaguaba. Motivara esta medida violenta a necessidade de se livrar elle de innumeras «impertinencias, trabalhos e incommodos que aquelle Povo lhe causava, huns adoecendo, outros pedindo

varias cousas supperfluas, para elles e suas familias, outros pedindo licença para se ausentarem: As mulheres que nunca jámais são boas de contentar, huas com dores de barriga, outras de parto. «Por estes motivos e já cançado foi que os transportei», conclue o official a dar-nos uma idéa nitida de como agia com o seu grande rebanho de miseraveis «destinados».

Uma vez «tangido» para a outra banda do rio «poude Juzarte occupar-se dos ultimos preparativos da viagem, pondo em ordem a sua contabilidade, assignando recibos e vales de credores da Fazenda Real, etc.

A 11, fazia embarcar a artilharia, dez boccas de fogo, muita munição, ferramenta, etc.

Grande escandalo rebentara na vespera; descobrira um dos colonos que lhe fôra a filha seduzida. No auge do furor, tanto elle como os filhos queriam matar a rapariga. Trabalho immenso teve o commandante para acalmar os animos, sendo-lhe preciso prender e transportar os pundonorosos aggravados para Porto Feliz e pôr guardas á ameaçada e á sua mãe, tarefa tanto mais difficil quanto a estes homens apoiavam «caneludos parentes», não menos truculentos.

A tal proposito, diz o narrador que estes sentimentos sanguinarios eram então geraes entre a sua gente.

No dia 12 deu Juzarte ordem geral de embarque, repartindo os viajantes entre as canôas. Pessimo o estado sanitario daquelles miseraveis: sobreviera no acampamento «huma dearreya geral entre homens, mulheres e crianças, de tal sorte que estavão huns escondidos pelos matos, outros desfalecidos, q. se não movião do logar, crianças em artigo de morte». Bom agouro...

Mandara o capitão-general, em nome d'el-rei, que se partisse, porem: «E porq. ja não havia mais remedio do q. assim mesmo embarcar, porq. do contrario se seguião graves prejuizos, assim mesmo embarcou tudo, huns carregando e outros, deitados em redes e com effeito ficou tudo embarcado thé o meyo dia do dia doze de abril», explica o official no seu estylo, nem sempre limpido.

E si não partiu a monção naquelle dia foi por se acharem moribundos dois viajantes. Assim, nas laconicas linhas de Juzarte se condensa a documentação relembradora da agonia immensa de toda aquella carne soffredora, violentamente impellida para os pantanaes do sul de Matto Grosso, pelo cumprimento de ordens pombalinas.

IV

Hecatombe em marcha

A 13 de abril de 1769, da barranca do Tietê, benzia o vigario de Porto Feliz, de estola e sobrepeliz, a expedição a largar para Iguatemy. De joelhos, os que partiam, e os que ficavam, entoaram a ladainha de Nossa Senhora; mantendo a maruja durante a cerimonia, os remos com as pás voltadas para o ar. Ás oito e meia da manhã, largava a capitanea da monção, a cuja popa tremulava a bandeira branca das quinas.

Descarregaram-se então centenas de espingardas em varias salvas. Distanciada da capitania, de cincoenta braças, partia a segunda canôa e, guardando sempre o mesmo intervallo, as demais. Dentro em pouco estava a esquadrilha fluvial em pleno sertão bruto, onde expressivamente repara Juzar-

te — «não havia mais que a Divina Providencia e onde a um grande perigo se seguiam logo outros, innumeraveis».

E, com effeito, passadas algumas horas, caberia á expedição experimentar as primeiras angustias sérias da viagem, a travessia da cachoeira de Abaremanduava, «passada com muita velocidade e perigo», mas felizmente sem desastre algum.

No dia seguinte ia a expedição ter a primeira mostra de um dos mais penosos trabalhos da viagem, a descarga das embarcações afim de se vencer a cachoeira de Pirapora. Alliviadas as canôas, a que se puzera guarnição maior, puderam, sem desastre, descer o perigoso passo.

Recarregados os barcos, não tardou desabasse tremendo furacão. «Quase nos vimos nos ultimos dias de vida, entoando todos a Ladainha de Nossa Senhora. Cada hu se encommendava ao santo de sua mayor devoção».

Felizmente, porém, não occorreu naufragio, nem morte. Cahiram alguns dos numerosos raios nas barrancas do rio, onde despedaçaram enormes madeiros.

Apathicos, inertes, deixavam-se os colonos rodar Tietê abaixo, como que convictos de sua impotencia, ante os decretos do Destino, «mudo e impassivel, a pairar sobre o mundo», segundo a formosa imagem quentaliana.

Começaram comtudo alguns dos povoadores a comprenetrar-se da tristeza da situação e do futuro, e a desanimar. «Soube, a este tempo, diz, Juzarte, que hu homem se achava esmorecido e que não comia havia tres dias, deitado escondido fóra da communicação das mais pessoas, o qual fiz conduzir; e consolando-o, e fortificando-o com vinho e sustento, foi tornando a sy, e me disse que por acanhado e melancolico esperava a occazião de se

deixar ficar, e morrer naquelles mattos. Dahy em deante me foi percizo por-lhe vigia ».

Havia na expedição habeis caçadores cujos serviços venatorios foram, muitas vezes, utilissimos. Nem sempre dava o rio pescado; ás vezes fornecia-o abundante o que era de grande allivio para os numerosos doentes de bordo.

Monotonos corriam os dias, ora transpondo-se os estirões do caudal, ora empregados na faina penosa da travessia de corredeiras e pequenos saltos. A 17 de abril passava-se pela barra do Piracicaba, a 18, divisava-se grande extensão da serra de Araraquara-guassú, «que diziam ter muitos haveres», emquanto á margem esquerda se erguiam os altos morros de Botucatú, cobertos de frondosa matta virgem.

Grandes sacrificios exigiu a cachoeira de Baruery-mirim, onde os colonos tiveram de desembarcar, carregando bagagem e transportando os doentes através da macega e sob o assalto de nuvens de mosquitos e mutucas, «q. picando eram huma lanceta». Immensa tambem a quantidade de carrapatinhos. «Despindo-nos, nús, nos esfregavamos huns aos outros, huns com bolas de sera da terra, e outros com caldo de tabaco de fumo.

As mulheres se remediavão huas com as outras e todos conforme podião e permittia a occazião».

A 25 de abril procurava o comboio vencer o Avanhandava: não permittindo o grande salto a travessia das embarcações, foi preciso varal-as.

Pittoresca a descripção que da cataracta nos deixou o official lusitano: «He este salto hua obra da natureza cuja altura excede a cincoenta (sic) braças; despenhando-se por elle copiosas aguas ao ponto q. faz agradavel vista, e figura, cauza pavor, e medo, porq. fazendo varias figuras, em hu-

mas partes á imitação de degraus de Sepulcro, em outras, fazendo varios Redemoinhos pendurados pelo ar, em outras formando grossas e dilatadas Fontes, á maneira de Xafarizes, q. he tal a bulha, q. para se ouvirem os homens huns aos outros he necessario gritar».

Trabalho infernal causou a varação através de um caminho cheio de «concavidades, descidas e pedras» e extenso de quasi um kilometro. E tudo isto feito sob a acção causticante de «muitos inseptos e bichos, que perseguem a gente».

A ninguem, excepto ás mulheres se eximiu de sua parte de tão penoso labor.

A 27, postas todas as canoas a jusante da cataracta, recomeçou a viagem. No salto de Itupanema, logo abaixo, naufragava uma canôa.

Ao cruzar o passo de Pirataraca, num grande estirão de rio morto «muito fundo e de aguas negras, muito funebre e triste» lembrava o narrador que os antigos «o temiam muito por dizerem que aly havia um grande bicho».

Foi a noite de 28 summamente penosa para os futuros povoadores de Iguatemy. Já acossados por immensas nuvens de mosquitos ainda viram o local do acampamento invadido por enormes correições de uma formiga cujo comprimento era de uma pollegada. Tão desesperada ficou essa pobre gente que se refugiou nas arvores, chegando alguns dos perseguidos a se metter nas aguas do Tietê até ao romper da alva. Tal a voracidade das formigas que estraçalhavam o panno, chegando mesmo a atacar a cordoalha.

Na madrugada de 29 passou-se curioso e inesperado incidente que a toda a expedição sobremodo alvorotou.

Percebeu o guia Francisco Paes que através

da densa bruma do rio deslisava, silenciosa e como que mysteriosamente, desconhecida montaria.

Pôde ver-lhe os seis remadores e mais gente assentada. Interpellando os incognitos navegantes nenhuma voz lhe respondeu ao chamamento. Quem seria? gente de Cuyabá? contrabandistas? castelhanos? fugidos de Iguatemy? alguma canoa phantastica, nau catharineta do caudal paulista ou «hollandez voador», de nossos grandes rios? Intimados a estacar nenhum caso haviam feito do «ultimatum».

Perdiam-se todos em conjecturas, inclinando-se provavelmente a maioria a acceitar as hypotheses de sobrenaturalidade do extranho encontro, fortes como eram as tendencias supersticiosas populares.

Antigo marinheiro, quiz Juzarte tirar o caso a limpo e metteu-se imprudentemente num escaler com cinco soldados, além da tripulação, fazendo-se acompanhar por outro barco e vogou o dia inteiro, até a noite rio acima, sem encontrar vestigio da passagem dos mysteriosos navegantes, circumstancia que, provavelmente ainda, veiu reforçar o valor das interpretações sobrenaturaes, atribuidas ao incidente.

Proseguiu a descida do Tietê com os seus trabalhos innumeros; na cachoeira de Araracanguara mataram os soldados um sucury de quasi oito metros de comprido e cincoenta centimetros de diametro. «São estes bichos formidaveis, commenta Juzarte, e os ha de maior grandeza».

Horrivel o desembarque causado pela corredeira de Itupirú, e o transito de comboios por uma picada onde a vegetação estava literalmente apinhada de carrapatos «em bolas pendentes das arvores, cousa de desesperar».

Peor, porém, o assalto de «hua nuvem de marimbondos, levantada de dentro do matto, que mor-

dendo a gente, causou lastima; fugiu cada hu para a sua parte cobrindo as cabeças e as mãos com o que podia. E as mulheres gritavão e as crianças choravão, e os homens fogião. Eram taes estes «inceptos» que chegavam a matar gente pela sua quantidade, além de ser finissima a dor de sua picada; onde mordiam logo inxava».

Transposto o sinistro passo novamente embarcou o misero rebanho, «a gente huns chorando, outros inxando-lhes a cara e as mãos».

A 5 e 6 de maio effectuava-se a varação exigida pelo salto de Itapura «Magestosa obra q. fabricou a natoreza — trabalho summamente penoso mas executado sem graves incidentes. Ás 2 horas da tarde de 6 entrava a expedição nas aguas do Paraná, «vencidas cento e trinta leguas no Tietê, quarenta e seis em cachoeiras, saltos, corredeiras e itaipavas, tantos perigos, tantos trabalhos, tanto soffrer de inseptos e bichos, e decorridos vinte e cinco dias, desde a partida de Araraytaguaba».

V

Paraná abaixo

Pouco lisongeira a descripção que do rio immenso nos deixou Theotonio José Juzarte. «He a similhança de mar, o que faz que sua largura em partes, seja de quatro (sic) leguas. Suas aguas são pestilentas e vermelhas, seu climen mui doentio e sujeito a cezões dobres e malinas; hé mui triste e esteril de passaros, abundante de immundicias, bichos e inseptos; não tem caxueiras, mas tem hu grande perigo a q. chamão Jupiau; porém, não tendo caxueiras não deixão os que por elle navegão

de hirem em hu continuando perigo porque qualquer bafo de vento que faça levanta taes ondas e maretas que a toda a preça hé preciso fogir, embicar em terra, desembarcar logo, e descarregar as embarcaçoens de toda a carga, e isto se ha de executar com brevidade, porque, do contrario, ao pé do barranco do Rio, se alagão e vão ao fundo».

A 7 de maio encetava o comboio a navegação do Paraná; desceu até á foz do Sucuriú, e subiu este affluente para passar a noite «fora dos vapores maus do Rio Grande».

Não ha, aliás, entre os antigos chronistas e viajantes uma unica voz discordante desse desabono do clima das ribanceiras do grande caudal, «continuo cemiterio» de onde se «exhala epidemico vapor», dil-o por exemplo Candido Xavier de Almeida e Sousa.

No dia seguinte affrontava a expedição os perigos tão celebrados do Jupiá, «redemoinho em porsão circular alcansando de hua margem a outra, que andando continuamente as aguas em volta são taes as ondas que cauza medo. Além disto, no centro deste redemoinho, tem como hu sorvedouro que embebendo em sy todas as aguas deste Rio por quaze o expasso de meya hora, as torna a vomitar, lansando-as fora, e agora que as agoas sahem para fora, torna a formar novas ondas tão percépitadas, e com tanta furia que tornão de repente a crescer as mesmas agoas; e assim continuamente, estão estas agoas nesta paragem á maneira de hu homem que respira; bem entendido que o mayor perigo hé quando xupa, porque apanhando hua embarcação, ou qualquer outra couza a faz andar á roda e, em hu momento a attrahe a sy, que sendo embarcação a faz percepitar fi-

cando a poupa no ar, metendo-se a prôa pelas agoas abaixo onde não torna a apparecer».

Momentos de grande angustia valeu á esquadrilha a passagem do famoso rebojo. Infeliz, ou perdendo a calma, dirigiu mal o guia a capitanea, levando-a de encontro a uma pedra, o que o fez cahir á agua.

Desgovernada, a grande embarcação atravessou, sobre ella vindo o resto da flotilha, a abalroarem as canôas umas ás outras, no meio de ensurdecedor vozerio, como é de imaginar. Cada embarcação «se salvou e segurou conforme pôde e foi Deus servido». Era, felizmente, o piloto eximio nadador e como lhe lançassem uma corda dentro em pouco estava de novo no seu posto, animando a gente e desencalhando o seu barco.

Continuando a costear a margem oriental para afastar-se o mais possivel do temivel maelstrom fluvial, dentro em breve estava a esquadrilha encalhada num baixio, sem saberem os pilotos que caminho seguir, pois o tal banco era de formação recente, causada pelas variações do curso do Paraná e a absorpção das aguas pelo Jupiá.

Encommendaram-se todos os navegantes a Nossa Senhora e ali ficaram a espera de uma preamar do rebojo. «Foram crescendo as aguas outra vez e fomos sahindo com muito trabalho, susto e perigo; aqui sahiamos de hu perigo, acolá encâlhavamos em outro, emfim foi este dia o de mais susto».

Dahi em deante tornou-se a navegação mais facil e serena.

A 10 pousava o comboio â margem do Rio Pardo, onde Juzarte encontrou original caixa do correio sertanejo da época; uma cava, ao pé de grossa arvore em que cuyabanos haviam deixado

cartas para S. Paulo, á espera do primeiro viajante que para ali seguisse, e certos de que os desconhecidos portadores, com o maior interesse e cuidado as transportariam ao destino.

Demorou-se a expedição até o dia 13 no pouso do Rio Pardo, indo Juzarte explorar um rio affluente da margem paulista do Paraná, a que déra o nome de S. Anastacio, por o haver descoberto a 11 de maio. Ao mesmo tempo, o seu logar-tenente, Bento Cardoso, examinava o curso do Rio Pardo, á procura de um bom passo por onde se pudesse estabelecer communicação terrestre com a praça de Iguatemy.

Francisco Paes, o guia da expedição, preparava-se neste interim para desembarcar junto á barra de S. Anastacio, e, em cumprimento de ordens superiores, cruzar todo o sertão, procurando seguir rumo de Sorocaba. A canoa em que vinha a artilharia desde muito se atrasara. Della se encarregara certo Luiz de Araujo, negociante em Cuyabá, que da expedição se apartara, já na travessia da corredeira de Pirapora, no Tietê.

Escasseavam dia a dia os mantimentos. Era preciso, sem maior perda de tempo, continuar a descida do Paraná. Assim, havendo inutilmente esperado o cuyabano até 15, decidiu Juzarte partir, deixando á barra do Rio Pardo um destacamento commandado por Bento Cardoso. Neste dia partiram Francisco Paes e seus homens; «delles nos despedimos com muitos abraços e algumas lagrymas», relata o bom sargento-mór.

A 16 descia novamente o comboio as aguas do grande caudal. Houve neste dia e a 17 terriveis chuvaradas, e ventania, que levantava enormes ondas e maretas, perigosissimas para embarcações como as da monção, cuja borda emergia

a alguns centimetros do plano das aguas. Foi necessario abicar a uma grande ilha, desembarcar toda a carga e acorrentar as canôas umas ás outras. Alagados pela chuva, não sabendo onde abrigar-se, innumeros foram os forçados emigrantes que então seriamente enfermaram «além da gente que já traziamos doente», relata o narrador. Parcos os mantimentos e deteriorados; estavam os homens da mareação estafados. Assim mesmo serenado o tempo e estimulando o seu pessoal de remeiros, conseguiu Juzarte que proseguisse a viagem, a 18.

Ao cruzar a barra do Paranapanema escapou a esquadrilha de sério perigo.

Enormemente entumescida, arrastava a correnteza do grande tributario do Paraná colossaes madeiros arrancados pelo ultimo temporal. «Embrulhando-se huas arvores com outras causavam hua bulha que fazia medo; ahy estivemos vendo passar esta monstrozidade de madeiras mais de hua hora, e dando graças a Deus de termos escapado daquelle perigo, porque se nos apanhace dentro do rio despedaçava-nos as embarcaçoens e nem hua só pessoa escaparia».

A 19, encontrava a expedição uma moita onde havia limões azedos e laranjas. «Aqui nos aproveitamos desta Providencia, principalmente dos limões azedos, que de muito nos servirão para os doentes, principalmente para os que já hião tocados de corrução».

A 20 ninguem poude dormir, devido ao assalto de mosquitos «de todas as castas». Numerosas vezes, neste, e nos dias anteriores, havia sido preciso abicar ante a agitação das aguas do Paraná. Indescriptiveis os padecimentos dos emigrantes: «Nesta altura já se não perdoava macaco, capivara, ou outro qualquer bicho para se comer, por-

que a rassão se diminuia e a fome apertava, a farinha já hia corruta pelas umidades, e hera pouca, o feijão tambem pouco, podre, e já nascendo por conta das mesmas humidades, toucinho quasi nehú, nestes termos, além de tantos enfermos que já tinhamos, cuidavamos em abreviar a jornada».

Estava o tempo pessimo, porém, e o Paraná continuava encapelladissimo.

A 22 só se caminhou uma legua. Iam os doentes «bem desfallecidos». Não havia lenha para os aquecer, e nem siquer para a cozinha. A 23 levantou-se enorme temporal; felizmente trouxeram, pela tarde, os «caçadores e pescadores déspachados de manhã pelo commandante, dous veados, uma anta, tres jacutingas, dous dourados e um jahú grande».

Para setecentas e tantas pessoas esfaimadas não era muito, assim mesmo foi o producto da caça e da pesca recebido «como um prezente vindo do céo», repartindo-se-o, sobretudo, entre os doentes e mais depauperados.

Passou-se então curioso incidente: viajava desde alguns dias num dos batelões, envolto em areia e dentro de um grande caixão de toucinho, o cadaver de uma moça, fallecida havia dias, victima como tantas outras da fatal viagem, e filha de um dos mais prestigiosos emigrantes.

Queriam seus paes enterral-a á foz do Iguatemy, em logar conhecido, de onde mais tarde lhe pudessem trasladar os ossos. Começou, porem, a circular «entre todos os povoadores e homens da marinha» que o macabro caixote era a causa dos ultimos contratempos e infelicidades da viagem. Assim, chefiados «por um Povoador dos mais principaes», exigiam que naquelle acampamento se se-

pultasse a defunta, o que se executou bem contra a vontade de seus Pays».

A 24, pela madrugada, largava de novo a expedição ainda com mau tempo, e ás oito da manhã attingia a tão desejada foz do Iguatemy, por onde embicaram as canôas, rio acima, em demanda da praça e fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres e S. Francisco de Paula, atalaia dos dominios lusos, na fronteira indecisa e disputada do Paraguay.

VI

A praça de N. Senhora dos Prazeres

Aos inditosos emigrados á força, ou pelo menos ao diarista da penosissima viagem fluvial, apresentou-se o Iguatemy sob risonho aspecto. «Foi hua geral alegria por nos vermos livres do Paraná e suas pestilentas ondas e perigos». O caudal mattogrossense «não tinha peixe, mas seus ares eram alegres e aguas boas, bordadas as margens de muitos palmitos».

Foi a subida do rio penosa, e feita a braço, mas o pouso, para a noite, causou áquella pobre gente, tão martyrizada, verdadeiro motivo de prazer, «todos se divertirão, huns colhendo palmitos e outros fructos».

A 26 de maio grande alegria trouxe á expedição a inesperada chegada da canôa retardataria de Luiz de Araujo, conduzindo o parque de artilharia. A 27, notavam-se vestigios dos indios, que espreitavam a marcha do comboio. A 28, desabou tremendo temporal «chuvas, relampagos e trovões tão arrebatados, com tanta violencia, que parecia o fim do mundo».

Supportaram-no os expedicionarios durante horas, entoando de vez em quando a ladainha de Nossa Senhora. A noite, não houve quem pudesse dormir: Déra-se uma destas violentissimas depressões thermometricas occorrentes no centro e sul de Matto Grosso após os grandes phenomenos meteorologicos.

«Passámos a noite muito mal, sem sahir fóra das embarcações, á chuva, sem dormir, nem comer, porque se não podia accender fogo, tremendo tudo com frio. Veyo a manhã desejada e como não tinhamos remedio si não sahir, navegámos ás seis horas. Alimpou o dia, sahiu o sol, forão todos enxugando a sua roupa hindo quaze todos nus», annotou Juzarte no seu diario, laconica e resignadamente.

Trabalho infernal dava a subida do correntoso rio, a cada passo atravancado por itaipavas e corredeiras, ora obrigando os zingueiros a herculeo esforço, ora forçando ao descarrego das canôas e a sua varação.

A 2 de junho tantos eram os doentes e tão exhaustos os homens da mareação, «que já vinhão as embarcações sem ter quem as puxasse».

Felizmente chegou providencial reforço de trinta e tantos remeiros em duas canôas que o regente João Martins Barros mandava ao encontro da tão provada expedição. «Ficámos muito contentes por verem nova gente que nos vinha soccorrer depois de tantos trabalhos e necessidades, tantos dias de viagem por hu climen tão pestilento, nota sincera e singelamente o official portuguez. Aqui nos saudamos com muita alegria huns aos outros e logo se repartiu a gente de refresco pelas embarcaçoens descansando os miseraveis que já não podião mais trabalhar».

Não fôra a previdencia do Regente e tão cedo se não venceria a grande cachoeira do Urubú atravancadora do Iguatemy e deante da qual estacara a expedição. Logo a montante estavam as roças do presidio.

Com que delicias puderam os miseros colonos pensar em alimentar-se de viveres frescos e saudaveis! «Aqui se refrescou toda a gente, achando-se milho, feijão, farinha, algumas orteliças e aboboras».

Continuavam as chuvaradas diluviaes; «desembarcou a gente toda, homens, mulheres e crianças, tudo molhado das chuvas de dois dias, nos recolhendo todos em huns ranxos que estavam feitos».

Decidiu Juzarte, afim de que a sua pobre tropilha cobrasse novo alento, demorar naquelle ponto uma semana.

Muito embora fossem os viveres insufficientes «para tanta gente ali descançaram todos e se tratou melhor dos doentes».

A 11 partiam as pessoas ainda validas, rio acima, encontrando um segundo soccorro enviado pelo commandante da praça. Ficaram os doentes e convalescentes nas Roças.

Afinal a 12 chegava Juzarte ao presidio, havendo nesta occasião troca de salvas entre os recem-vindos e a guarnição do fortim. Ás sete horas da noite dava por concluida a sua «tão impertinente, tão perigosa e tão dilatada» viagem.

«Si muitos dos desgraçados povoadores recrutados para o sertão, haviam deixado a vida nas solidões cruzadas pela expedição, alguns nascimentos se tinham dado durante tão longo percurso. Ás pobres mães, aos miseraveis recem-nascidos só pudera supprir a providencia de Deus», commenta.

energica e concisamente, o narrador da odysséa fluvial.

Compunha-se o presidio pombalino de «Nossa Senhora dos Prazeres e S. Francisco de Paula de Iguatemy» de uma fortaleza, construida, á margem do curso d'agua que lhe dera o nome, pelo capitão de infantaria da guarnição do Rio de Janeiro João Alvares Ferreira.

Era o Iguatemy, naquelle logar, um caudal profundo, mas pouco largo, não attingindo vinte metros.

Nada mais primitivo do que tal fortificação quando Juzarte a conheceu. «Delineada conforme a regra da Arte sua figura era de Etagono, tinha sete lados: tres tenalhas regulares e quatro irregulares; porém, esta obra estava só principiada com terra, e faxinas, que não davão defensa algu'a, porque se penetrava de dentro para fóra e de fóra para dentro, quasi por toda a parte e a razão disto era não haver com que se pudesse continuar a sua construcção porque não havia ferramentas, não havia artifices nem os homens podião trabalhar por falta do diario sustento e vestuario».

Miseraveis a egreja e o casario da povoação, cobertos de cascas de palmito jerivá, aquella e de capim este. Situado na confluencia do Iguatemy e do Forquilha distava o presidio quatorze leguas da villa paraguaya de Curuguaty, a unica povoação civilizada que proxima lhe ficava.

«Sua campanha era abundante de gentio, canau e cavalleiro mas tambem tinha muitos mosquitos e inseptos, climen muy doentio; não tendo os homens liberdade de sahirem a campo sem camaradas, porque do contrario corriam risco suas vidas», victimas que seriam dos terriveis guaycurús.

Trezentos homens compunham a guarnição da praça «a qual se achava nua, morta de fome, e

em hu logar onde não tinha communicação para parte alguma».

Nem siquer eram os soldos melhores que os das tabellas das demais guarnições brasileiras! vencendo os capitães por mez 14$400 réis; tenentes e alferes oito mil réis, os capellães dez.

Ao capitão mór regente, aliás paisano mas escolhido por d. Luiz Antonio de Sousa, pelas suas qualidades de sertanista intrepido e experimentado, pagavam os cofres reaes a ninharia de vinte e cinco mil réis mensalmente. Ás praças de pret cabia um tostão diario; esta tabella especial era superior ás outras vigentes no Brasil. Não esqueçamos, no emtanto, que para obtermos valores correspondentes aos de hoje precisamos multiplicar estas quantias por um coefficiente nunca inferior a trinta.

Tinha o presidio seguidas relações commerciaes com os hespanhóes de Curuguaty e abrigava alguns individuos fugidos do Paraguay pelos crimes que haviam praticado. Aproveitando o reforço que lhe trouxera o comboio de Juzarte determinou o Regente Martins Barros que Luiz de Araujo procurasse, rompendo o sertão, para o norte, estabalecer um caminho qualquer que permittisse a communicação do Iguatemy com Cuyabá. Para isto cincoenta homens dos melhores pedestres da guarnição lhe foram confiados. Internando-se rio acima, vinte dias mais tarde, regressava desilludido do encontro das cabeceiras do Aporé por onde pretendia passar para a bacia do Paraguay.

Diversas viagens fez Juzarte no Sertão do Iguatemy, tendo em vista exploral-o. Emprehendimento difficil, dada a presença dos ferozes e audazes guaycurús.

Deixando o alveo do rio percorreu dilatadas

campanhas onde soffreu immenso dos ataques dos dipteros innumeraveis e sedentos de sangue. «Puzeram-nos as mãos e o rosto escorrendo em sangue, os mosquitos e as motucas; são invenciveis estes inceptos que depois deixão a gente como se tivesse bexigas».

Enormes os pantanaes em torno do presidio, todos estes charcos «de agua muito amargosa». Em certa occasião estiveram o official e os companheiros em grave risco de vida; restavam-lhes tres tiros por arma quando grandes magotes de guaycurús começaram a pequena distancia, a seguir-lhes os passos, tentando incendiar a macega do campo.

Á pressa voltaram á margem do Iguatemy, ao ponto em que sob boa guarda haviam deixado as canôas. A Juzarte pouco adeantaram taes excursões a não ser o reforço da convicção de que a mais desastrada fôra a escolha do local do presidio, ilhado do resto do mundo, pelo deserto, os pantanaes, as immensas difficuldades de accesso, do lado do Brasil e estabelecido num dos logares mais insalubres, sinão mesmo, mais pestilentos da terra.

VII

Delicias de Iguatemy

Recebendo tão consideravel reforço de povoadores, tratou João Martins Barros de os collocar do melhor modo.

No dia 13 de junho de 1769 festejava-se Sto. Antonio na egrejinha da praça, com o enthusiasmo professado pelos lusos em relação ao illustre franciscano seu compatriota. Solennemente se baptisa-

ram as cinco crianças nascidas em marcha no deserto, de pia lhes servindo uma gamela de pau.

Ninguem dentre os pobres paulistas recemvindos áquellas paragens se illudia aliás sobre o seu destino provavel.

«Acabou-se a festa e cada hu pasmara qual seria o seu quartel, e que havia de estabelecer, persagios estes que bem davão a conhecer logo no principio quaes serião os fins», commenta expressiva e ingenuamente o narrador. «Assim foi passando o tempo, fazendo-se poucas obras porque essas familias erão pobres, faltas de artifices e ferramentas, as madeiras custosas a esta gente, por ser percizo cortal-as no mato, lavral-as e conduzil-as, o que se não fazia sem paga, ou, ao menos, sustento, de que havia grande falta. Aquelles que tinhão escravos ou agregados cuidarão primeiro em fazer a sua caza, porém os que eram pobres e mizeraveis de genio por ally ficarão, agregando-se huns por caza de outros; essas cazas erão todas cobertas de capim por não haver telha, nem materia de que se fizece».

Calamidades sobre calamidades attingiram aquelles desgraçados, perdidos na solidão sul mattogrossense; umas após outras.

Já em julho «principiara a haver muitos doentes e muita falta de mantimentos»; o que ainda valia, um pouco, eram as roças de milho. Terrivel tempestade occorreu nesse mez, tão violenta que julgavam todos, «se desfizece tudo com rayos».

Apezar do diluvio, fugiram os iguatemyenses dos abrigos em que se achavam, receosos como estavam de que uma faisca provocasse a explosão dos cincoenta barris de polvora armazenados no igrejó do forte.

O que porém tornava intoleravel a situação

de tão flagellada gente vinha a ser a perseguição dos insectos e pequenos roedores, em quantidade tal, que contra elles era absolutamente inutil luctar.

Em fins de julho «laboravão já muitas doenças e amiudavão as mortes», quando surgiu o primeiro de taes flagellos, o dos ratos, «que mais parecia praga que immundicia da terra» e cujos estragos nas lavouras foram innumeros.

Não tardava a acompanhal-os «segunda immundicia», as pulgas pelos murideos deixadas, provavelmente. «Eram em tanta quantidade que se não podia dormir de noite, nem socegar de dia». Logo depois, surgiram myriades de «bichos grandes felpudos, nojentos e muito molles, que por toda a parte se trepavão e perseguião a gente».

Peor ainda a quarta «praga», «immensidade de baratas que hera inexplicavel poder-se dizer a sua quantidade; basta dizer que se formavão nuvens pelas cazas, que, voando davão pela cara da gente e se metião pela boca, e era percizo ceiar-se de dia, porque erão tantas que continuamente cahião sobre o comer».

Passada a perseguição dos asquerosos orthopteros, surgiu nova calamidade sob a forma de innumeraveis exercitos de uma especie de grillos, cuja presença foi a mais nefasta. «Não se póde dizer como produzirão em tanta quantidade que causavão tal perturbação que ninguem podia dormir, porque, não obstante a grande gritaria que fazião, roião as testas, narizes e pés dos que apanhavão dormindo.

Além disto, roerão e despedaçarão com grande estrago toda a roupa de todos os povoadores, nova, velha, branca e de côr, por mais guardada que estivesse, que era hua compaixão».

A estes infernaes orthopteros juntavam-se outros, agora, para reduzir á fome os já tão provados paulistas: os gafanhotos em nuvens tão densas que ao sol escureciam: «Pareciāo estas cousas sobrenaturaes».

Já a penuria era enorme nesse tempo em que os acridios liquidaram as lavouras: «a rassão não excedia a hú prato de feijão para dez dias, para pessoa, e outro de milho, e nada mais: aqui ja hiamos padecendo o referido sem esperanças de melhoramento».

Emfim, todas estas pragas vinham e iam-se: havia, porém, o diuturno flagello dos mosquitos, que aos povoadores não dava treguas. Tal a immensidade de borrachudos e pernilongos que os vinte e nove cavallos comprados para o serviço d El-Rei não supportaram ficar ao relento.

Á noite, perseguidos pelos implacaveis dipteros, «corrião do campo a toda a brida, procuravão as cazas na povoação, entravão por ellas dentro, mettião as cabeças junto com a gente por cima do fogo para se livrarem daquella immundicia». Alguns houve que no campo morreram, litteralmente devorados pelos terriveis hematophagos.

Nada mais lugubre do que as noites em Iguatemy: «a nossa luz com que geralmente todos se alumeavão erão tições de fogo, porque não havia outra cousa, soffrendo-se a fumaça por dentro das cazas».

A 15 de agosto tanto haviam «apertado as doenças, mortes e necessidades» que, aproveitando a occorrencia do dia da Assumpção, «sahiu pela manhã hú terço com preces, que correu as ruas da Povoação, offerecendo-se á Virgem Nossa Senhora e entoando-se a ladainha de Todos os Santos».

A oito de setembro mais de cincoenta dos prin-

cipaes povoadores deixaram a attitude de passividade em que tinham vivido.

Representaram aliás humildemente ao capitão-mór, em nome de todos da praça, que tinham fome, «eles, suas mulheres e filhos». Assim os assistisse «o que se lhes prometteu; acommodou-se tudo com palavras», commenta, entre ironico e melancolico, o Sargento-Mór. Já não havia mais sal e o unico alimento daquelle pobre povo eram aboboras. Comprou Martins Barros alguns bois a uns castelhanos, que apezar da prohibição expressa de suas autoridades se atreviam a negociar com os portuguezes. Em outubro, desatinados pela fome, mortos os ultimos bois, sahiram pelo campo em busca de caça numerosos povoadores.

Valeu-lhes e ás familias o encontro de grande vara de catetos; tal á soffreguidão dos caçadores que uns atiraram sobre outros, na ancia de abater os porcos montezes. «Assim quiz Deus acodir a hua tão grande necessidade», commenta o piedoso narrador.

Já então quasi quarenta dos novos povoadores, haviam fallecido, desde a chegada do comboio, achando-se doentes mais de sessenta.

Cada vez mais audazes se mostravam os guaycurús, a ponto de impedir que os miseros colonos pudessem tratar de suas lavouras; a varios moradores afastados do forte mataram com requintes de crueldade.

Havendo o capitão general do Paraguay ameaçado de morte a quem negociasse com os de Iguatemy, afastaram-se os mercadores de Curuguaty, tornando-se cada vez mais intensas as provações dos infelizes habitantes do presidio.

Em dezembro de 1769, «principiou-se hua novena a N. S. da Conceição para que nos livrace

de tantas mortes, doenças e necessidades, pois estavamos todos pasmados, sem se poder trabalhar na obra da fortificação, por falta de sustento e tudo mais, e quasi todos estarem doentes. Finalmente ally olhavamos huns para os outros sem se poder dar remedio, « synthetiza o official tão singela quanto expressivamente. E assim se passou este mez e anno de 1769 com tantos trabalhos, sustos e perigos ».

Não começou 1770 sob melhores auspicios para os tão abatidos iguatemyenses. Receosos dos guaycurús, só viviam de armas na mão; por cumulo de males chegou-lhes a noticia de que em Curuguaty se reuniam grandes forças para assaltar o presidio.

Continuavam a malaria, as privações, a dizimar os miseros degredados; em fevereiro fugiam para os hespanhoes soldados de linha; não havia nesta época sinão quarenta pessoas validas na praça; todos os mais estavam impaludados gravemente; augmentaram enormemente os casos de accesso pernicioso, « as cezões dobres ». Diariamente morriam duas, tres pessoas, sinão mais. Março se passou em deprecaçõens, novenas, via sacras, pedindo a Deus e a seus santos aplacassem tantas doenças, tanta mortandade, tanta fome ».

Não sabendo a que recorrer, ingeriam os pobres desvalidos enormes quantidades de matte. A tres de abril experimentava-se o expediente de se defumarem as casas com breu. « Não se ouvia mais então que gemidos, gritos, confissões e absolvições, sem remedio nem de botica, nem de subsistencia alguma para os doentes que são quaze todos os moradores da Praça narra o Diario ».

Não se postaram mais então sentinellas nem

guardas do portão do forte: todos os dias esperavamos com o sermos mortos ás mãos do gentio».

Havia em maio vinte homens validos no presidio, accentuando-se os boatos de proxima aggressão dos hespanhoes: Em agosto appareceram, em attitude ameaçadora, ante a povoação mais de duzentos indios.

Pretendiam assaltal-a, mas, sendo presentidos, fingiram uma attitude pacifica. Com elles parlamentou interminavelmente Martins Barros, que lhes conhecia muito bem a lingua. Retiraram-se levando facas e diversas ferramentas, e, á sahida, flecharam um soldado, matando a unica vacca de leite que restava aos colonos, «preciosa para os doentes». Em outubro houve innumeros obitos, morrendo grande numero de povoadores sem assistencia alguma: Achavam-se nas casas os cadaveres, alguns ao «calor do fogo, nús enroscados na cinza».

Por falta de vinho e sal suspenderam-se as missas e os baptizados; novembro decorreu entre os continuos sobresaltos de novas tentativas dos guaycurús, que, em certa occasião, em numero de quinhentos, procuraram surprehender o forte. Este perpetuo alarma exhauria o resto de forças dos poucos homens validos, continuando a se revezarem de guarda.

Em dezembro, voltaram os guaycurús, exigindo ferramentas que se lhes deram. Exhibiram então numerosas peças de roupas, tintas do sangue, de homens e mulheres, por elles assassinados no exterminio de uma povoação hespanhola do Paraguay ou do Alto Perú, em correria recente.

VIII

Regresso de Juzarte

Havia anno e meio, a 1.º de janeiro de 1771, que aos degredados de Iguatemy não chegara o mais leve echo do que se passara no mundo exterior.

Imagine-se com que alegria souberam da proxima vinda de um comboio de reforço que lhes trazia — além de pessoal, viveres e outros elementos de vida e civilisação — seis mezes de pagamento.

Nem siquer por parte do Governo colonial havia pontualidade para com aquelles homens de quem exigia sobrehumanos sacrificios. Passados dezoito mezes, vinha-lhes um semestre de vencimentos!

Exultaram comtudo os miseros soccoridos. Podia ser peor.

Achava-se Juzarte gravemente enfermo de «cezões dobres»; assim mesmo quiz acompanhar diversos officiaes que iam ao encontro da nova hecatombe encaminhada para a voragem paludica de N. S. dos Prazeres.

No dia 5 de janeiro, á noite, encontrava a expedição.

«Saudando nos huns aos outros eles se lastimavão do estado em que nos vião e nós nos lastimavamos delles nos virem succeder a tantos trabalhos e serem victimas de um sacrificio».

Tal a incuria governamental que o reforço não trouxera mantimentos de reserva!

Usando da autorização de d. Luiz Antonio de

Sousa, resolveu Juzarte deixar o presidio, voltando a S. Paulo, custasse o que custasse.

Arranjou uma tripulação de impaludados como elle e partiu «sem outro algu preparo para hua viagem tão dilatada mais do que hu pouco de feijão, e hua pouca de farinha, hu pedaço de toucinho, dous pratos de sal e nada mais». E assim mesmo, por tão pouca cousa teve de aos recem-vindos pagar alto preço porque até á sua chegada nada disto havia em Iguatemy.

«Com este pouco mantimento, eu doente, e os homens que me conduzião tambem doentes, me metti ao certão a todo risco, e logo no Paraná morrerão dois remeiros, ficando comigo cinco pessoas, das quaes só vinha são o Piloto.»

Imagine-se o que seria esta viagem, contra a corrente, sobretudo no encachoeirado Tietê. Resume o sargento-mór as suas impressões em poucas linhas desoladas: «Dos trabalhos, perigos e necessidades que me vi nesta digressão athé chegar a Povoado os não posso explicar, os quaes durarão athé Mayo de 1771, em que recolhendo-me idrópico estive nos ultimos fins da vida, cuja molestia me durou nove mezes em minha casa».

Na pavorosa colonia de onde viera «continuarão da mesma sorte as doenças, mortes e necessidades athé que finalmente veyo hua tão grande peste que matando todos os officiaes mayores, Povoadores e Pedestres ficou a Praça sómente com o capitão João Alves e hua pouca de gente; tornou-se a mandar mais gente, escapando tambem áquella grande peste cinco ou seis officiaes».

Resumindo, no fim do seu manuscripto, as reminiscencias de horror que ainda lhe constringiam o pensamento, orgulhosamente afiança o sargento mor commandante do comboio de 1769: «nem os

vassallos da Conquista do Oriente terão tanto que contar como tem os que escaparam da Povoação de Iguatemy».

Como receioso de alguma increpação de exagero ou inverdade apezar do cuidado com que escoimara o seu «Diario» da narrativa de muitas cousas «que por não parecerem duvidosas, ou menos verdadeiras, não declarava» appella o official para um argumento que lhe parece irrespondivel.

Tudo por que passara e relatara, fôra naquelle «Diario», tão certo como verdadeiro» não admittia duvida possivel «por serem muitos os que haviam comparticipado dos successos nelle descriptos».

E assim se encerra a relação manuscripta que procurámos resumir, summamente preciosa para a illustração da sinistra aventura iguatemyense, como depoimento pessoal transbordante de sinceridade na linguagem desataviadissima e rude do seu ignaro autor.

Mau grado as noticias cada vez peores que do presidio vinham, — e onde em fevereiro e março de 1772 a malaria arrebatara 272 vidas num total inferior a mil pessoas! — obstinava-se d. Luiz Antonio de Sousa em mandar novas remessas de infelizes para o matadouro, que era a sua fundação mattogrossense.

Á custa de enormes sacrificios promovia-lhe até o alargamento.

Chegariam os queixumes e clamores dos paulistas opprimidos e continuamente ameaçados pela pavorosa colonia aos ouvidos de Pombal?

Certo é que, em outubro de 1773, de S. Paulo para Iguatemy partia; vindo do Rio de Janeiro, o brigadeiro José Custodio de Sá e Faria em viagem de inspecção ao estabelecimento fronteiriço.

Seu diario de viagem desde muito impresso

pelo Instituto Historico Brasileiro, é muito mais arido do que o de Juzarte.

Levantou o illustre engenheiro militar o curso dos rios navegados e mandou ao seu governo numerosos mappas, alguns dos quaes, hoje, lithographados, e um relatorio a Martinho de Mello Castro, datado de 4 de fevereiro de 1775. Affirmava serem os obitos causados pela malaria, até aquella data, os de 499 pessoas, mais de um terço talvez dos povoadores até então ali enviados de S. Paulo.

Com toda a franqueza afirmava quanto lhe parecia inutil a dispendiosissima fundação pombalina que por anno custava ao erario regio mais de cincoenta mil cruzados.

Á fronteira do Brasil, com o Paraguay pelo Paraná defendiam o deserto e as mil difficuldades do accesso pelos rios ou por terra.

De longa data, aliás já o diziam as relações jesuiticas quanto era aquella zona pestilenta. E isto ainda havia pouco o repetira Charlevoix em 1757, na sua Historia do Paraguay.

Indescriptivel, a indigencia em que se encontravam a guarnição e os povoadores! A todas as miserias daquella população ainda aggravava a circumstancia de nella abundarem os mais dissolventes elementos.

Assim elle proprio, Sá e Faria, para lá levara numerosas grilhetas.

A nada attendeu d. Luiz Antonio de Sousa, provavelmente agindo de accôrdo com as instrucções directamente emanadas de Pombal. Fazia o maior empenho em mandar á sua fundação gente e mais gente, fosse qual fosse. Assim ordenava ao capitão mór de Sorocaba «fizesse prender todas as mulheres de má vida existentes em seu districto, exceptuando as que por sua idade fossem

incapazes de propagação, e remettel-as para Iguatemy, onde poderiam casar e viver como Deus manda».

Soubesse elle da deserção de algum soldado do presidio: ordenava immediatamente que ao carcere fossem recolhidos, os seus parentes mais proximos até apparecer o desertor. Longos mezes, por exemplo, estiveram detidas a mãe septuagenaria e os irmãos do soldado Gaspar Vaz da Cunha, até que se apresentasse, relata Azevedo Marques.

Levara-o, comtudo, o imperio da verdade dos factos a confessar ao Vice-Rei do Brasil quanto era viva a «inquietação dos povos da capitania», sobretudo devido á noticia de que em pouco tempo havia no presidio a peste, victimado duzentas e tantas pessoas, em 1772, numero immenso para uma população inferior, talvez, a mil almas.

Assim receava não se podessem alli pôr em pratica os grandiosos planos de fortificação da praça, ácerca dos quaes varios officios trocara com a primeira autoridade do Estado.

Em 1775 era o Morgado de Matheus substituido no Governo de S. Paulo por Martim Lopes Lobo de Saldanha, a quem sobremodo impressionou o clamor geral contra o inutil dispendio de vidas exigidos pelo Iguatemy.

Pouco depois de tomar posse do governo escrevia o novo governador ao Vice-Rei Marquez de Lavradio. Dentre as tão violentas quanto numerosas accusações ao antecessor declara que graças «ás expedições e mortandades dos Tibagys e Iguatemys innumeras pessoas haviam fugido para as capitanias de Minas e Goyaz, entranhando-se muitos tambem pelas mattas da capitania de S. Paulo». «Algum tempo mais tarde, lhe falara o Brigadeiro Sá e Faria da inutilissima praça do Iguatemy». A 27

de abril de 1776 relatava as despezas feitas em soccorrer o presidio: com os viveres mandados «aos infelices habitantes do Iguatemy, maldito Iguatemy! para que não acabassem de fome ou desertassem para Curuguaty».

Neste mesmo anno, com effeito expedira um comboio de soccorro, cujo commando confiara a Manoel Cardoso de Abreu, o autor do *Divertimento Admiravel* e plagiario deslavado de Frei Gaspar e Pedro Taques.

Numa das epidemias alli havidas, affirma o copiador, morreram seiscentas e tantas pessoas, numero provavelmente exaggerado.

A 29 de março de 1777, ainda escrevendo a Lavradio, dizia o satrapa não poder soccorrer a praça; achava conveniente abandonal-a, retirando-lhe a artilharia, «e aquelles miseraveis homens de sua guarnição».

A 20 de abril notificava-lhe que se lhe dessem recursos partiria um comboio de soccorro á praça, sob o commando de André Dias de Almeida.

IX

Morte de Iguatemy

Que receio poderia aos castelhanos do Paraguay inspirar a existencia daquella lastimosa praça de Nossa Senhora dos Prazeres, onde, em torno de umas faxinas de terra, vivia um punhado de miseraveis profundamente impaludados? De malaria succumbira o dedicadissimo João Martins Barros, o bravo ituano, capitão-mór regente da colonia, morto no seu posto, escravo do compromisso tomado para com o seu rei, tão mau amo. Tambem fal-

lecera o sargento-mór d. José de Macedo, o substituto de Juzarte e official coberto de serviços.

Á testa da guarnição, reduzida a um numero insignificante de homens, restava o septuagenario João Alves Ferreira, o constructor do forte. Desapparecera igualmente, o abnegado capellão da primeira leva, frei Angelo do Sacramento, ex-abbade de S. Bento, em S. Paulo. E, com elle, mais quatro monges benedictinos, partidos para alli fazerem uma fundação.

Ao retirar-se em fins de 1775, passara o brigadeiro Sá e Faria o governo do presidio, a uma junta composta do Vigario da Vara, Caetano José Soares, do capitão Joaquim Meira de Siqueira e tenente Jeronymo da Costa Tavares, comité a que grandiloqua e pomposamente appellidou dos «Senhores governadores».

Assignara Sá e Faria um convenio com o capitão-general do Paraguay. Don Agostin Fernandes de Pinedo, em que os contractantes se compromettiam a reconhecer o curso do Iguatemy como fronteira intransponivel das terras hespanholas e portuguezas.

Á margem direita do rio, dentro em pouco construiram os castelhanos um posto avançado a que deram o nome de São Carlos, e de onde pequeno destacamento ia assistir á agonia da guarnição lusitana, sua vizinha, provavelmente não menos maltratado, pela malaria, do que ella.

Em fevereiro de 1776 era o capitão José Gomes de Gouvêa o regente de Nossa Senhora dos Prazeres.

Descontente com o seu governo, resolveu a gente da praça depol-o. A 11 acclamou commandante o novo vigario da Vara e capellão da Egreja

o padre Antonio Ramos Barbas e Lousada, que muito a contragosto acceitou tão penosa successão.

Em 1777 rompia a guerra entre Hespanha e Portugal com immediata repercussão ou antes recrudescencia na America do Sul.

E com effeito, desde 1773, na fronteira riograndense reinava verdadeiro estado bellico entre as duas fracções iberas.

Para o Sul enviára Pombal o tenente-general Bohm, habil official allemão, contractado para o serviço de Portugal, com o conde de Lippe, e o sueco marechal Jacques Funck, excellente engenheiro, outr'ora official do illustre Mauricio de Saxe. Organizaram elles a defesa do «Continente do Rio Grande de S. Pedro», como então se dizia.

Em frente á barra do Rio Grande dava-se a 21 de fevereiro de 1776, grande batalha naval entre as esquadras hespanhola e portugueza, sendo esta, então commandada pelo almirante irlandez Mac Dowell, batida e obrigada a fugir.

Vingaram, porém, Bohm e Pinto Bandeira este grave revez, expulsando os castelhanos, aquelle do littoral riograndense, este da fronteira de Santa Tecla.

Declarada officialmente a guerra, obtiveram os hespanhoes grandes e faceis triumphos. Em fevereiro de 1777, o vice-rei do Prata, d. Pedro de Ceballos, apossava-se da ilha de S. Catharina — onde o marechal Furtado de Mendonça capitulava vergonhosamente — e, em principios de julho, da colonia do Sacramento.

Ao mesmo tempo, á frente de dous ou tres mil homens, brancos, indios civilizados, guaycurús, atacava d. Agostin de Pinedo, as posições indefesas, é o termo, de Iguatemy — Para que tanta

gente? era o caso de se haver perguntado ao «prudente» capitão-general!

A 25 de outubro de 1777 surgia elle com suas forças esmagadoras nas vizinhanças do presidio. Os postos avançados do Passo, daquella guarnição de espectros, bravamente tirotearam com a vanguarda invasora, emquanto tiveram munições, matando onze inimigos. Esgotadas as provisões, ordenou o commandante, capitão José Rodrigues da Silva, a retirada; foi então aprisionado.

A 26 rendia-se a guarda avançada collocada no Bom Jardim.

A 27 apresentou-se o satrapa hespanhol em frente á praça. Estava a honra do pavilhão lusitano desaffrontada pelos combates das vesperas; offerecia o castelhano honrosa capitulação.

Áquelles degredados, a quem, além da imposição da peste e da fome, nem siquer pagava o que lhes devia, e solemnemente promettera, o governo colonial, acaso ainda se poderia exigir o sacrificio dos miseraveis restos de vida? Certamente não, nunca! Offerecia d. Agostín de Pinedo plena liberdade de retirada a todos os habitantes do presidio, guarnição e povoadores e honras militares aos retirantes. Assim assignou o vigario Ramos Louzada os termos da capitulação.

A 4 de janeiro chegava a São Paulo um cabo de artilharia, com 70 dias de viagem!, trazendo ao capitão-general uma carta do tenente Jeronymo da Costa Tavares, relatando os factos de Iguatemy. No dia immediato apressava-se Martim Lopes em officiar ao vice-rei, marquez de Lavradio, contando-lhe o facto e a este proposito mais uma vez aproveitava a occasião para aggredir violentamente a administração do seu antecessor, preoccupação que se lhe convertera em mania, aliás.

«Maldita empreza; idéa estupida a da construcção de tal fortim»! Insignificante fortaleza! escrevia ainda ao tenente-general João Henrique de Bohm — quanto haviam embaçado a S. M. Fidelissima sobre o seu valor — que era nulissimo, obrigando a Real Fazenda e os vassallos de sua magestade aos mais duros sacrificios!

A este proposito relatava ainda o governador paulista ao vice-rei um facto inesperado e summamente interessante.

A Tavares narrara certo portuguez do sequito de Pinedo desde muito passado ao serviço da Hespanha, e a quem chamavam «Brigadeiro Pereira», que o verdadeiro instigador e causador da tomada de Iguatemy fôra José Custodio de Sá e Faria; prisioneiro com a tomada da ilha de Santa Catharina.

Instantemente pedira ao vice-rei platino que ordenasse ao capitão-general paraguayo a destruição do presidio pombalino. Allegava, além das razões de ordem patriotica — «de nada servira tal fundação, contra a qual tres vezes representara á côrte de Portugal» — uma serie de instigações humanitarias: «fossem os hespanhoes livrar aquelles miseraveis do muito que alli padeciam».

Hypocritamente lastimando que a inepcia do antecessor lhe fosse motivo «da inconsolavel magua da infelicidade sobrevinda com a capitulação da praça» não conseguiu Martim Lopes, comtudo occultar quanto exultava com o succedido ao presidio.

A s. ex., insistente, lembrava as continuas supplicas que desde longa data lhe endereçara no sentido de se abandonar «aquella inutilidade, a maldita fortaleza que agora aos castelhanos proporcionava a fanfarronada de dizerem que haviam ga-

nho uma praça, o que ao longe fazia especie a quem não estivesse inteirado da verdade dos factos ».

Assim, arvorando-se em presciente governante, julgava o capitão-general de S. Paulo notavelmente crescido o seu prestigio ante os olhos da primeira autoridade do Estado.

E — calculava — não tardariam Sua Magestade e seus ministros em lhe louvar a agudeza do criterio e a faculdade perscrutatoria do futuro.

Bons momentos deve ter trazido ao tyrannete a quéda do estabelecimento fundado pelo odiado antecessor; é o que se deprehende de sua correspondencia.

Fossem quaes fossem as instigações a que obedecia Martim Lopes, cabiam-lhe carradas de razão. Com a quéda da lobrega fundação de d. Luiz Antonio de Sousa, extinguira-se um dos mais terriveis pesadelos das populações de São Paulo, humilde e resignadamente submissas á tosquia regia e ás exigencias de seu sangue.

X

Justiça regia

Si são verdadeiras as allegações contra Sá e Faria, bem haja ao illustre official general e engenheiro a sua intervenção junto a d. Pedro de Ceballos.

Mais nos merece a sua memoria sob tantos titulos digna de estima.

Falso e cruel como era, a alegria intensa que o invadira não impediu a Martim Lopes, a sua attitude hypocrita de carrasco para com os innocentes commandantes da praça rendida. Como ha-

veria de deixar desaggravada a honra das armas lusitanas?!

Arrastado a conselho de guerra, longos annos deveria o vigario Louzada passar nos calabouços da fortaleza de Santos.

«Prostrado humildemente aos pés do augusto throno» de D. Maria I, lembrava o infeliz á soberana, em 1795, que, havia dezesete annos, se achava «destituido de todo o soccorro espiritual e temporal, e só farto de fome, de miseria e trabalhos».

Lembrava-lhe a violencia com que o haviam investido do commando, quando «o seu estado ecclesiastico era incomparavel com o estrondo das armas».

Frequentemente recorrera á misericordia real, mas persuadia-se de que ao throno, «por omissão de seus agentes, não haviam ainda chegado suas supplicas e clamores».

Afinal, conseguiu a tão desejada liberdade, «para tratar da sua arruinada saude». Quantos annos teria o seu logar-tenente Jeronymo Tavares permanecido encarcerado? É o que não sabemos; outro tanto, provavelmente.

E — circumstancia notavel! — emquanto assim agiam — ferozmente, — as autoridades coloniaes, para com os humildes e infelizes officiaes de Iguatemy, passados sete annos, apenas, eram os officiaes generaes e superiores, signatarios da vergonhosa capitulação de Santa Catharina, absolvidos pelos conselhos de guerra e reintegrados nos postos que occupavam!

Ao voltar de Iguatemy — episodio que lhe abona a cultura e patriotismo — trouxera o vigario Louzada, apezar da prohibição dos hespanhoes, o pesado sino da sua miserrima egreja parochial. Além

de ser um penhor de victoria a menos, em mãos de hespanhoes, revestia-se da maior significação historica. A elle se prendia a seguinte tradição: pertencera a uma egreja do Guayrá, e Antonio Raposo, como trophéo, o trouxera em 1632 para S. Paulo, de onde o remettera ao presidio o Morgado de Matheus, a titulo de feliz presagio, occasionado pela sua presença. Acha-se hoje a preciosa e symbolica reliquia na egreja do Bom Jesus, em Itú (1).

Taes os ultimos écos que se ligam ao estabelecimento de Iguatemy, em novembro de 1777 totalmente atrazado por ordem de d. Agustin de Pinedo, que ainda teve o bom senso de destruir o forte a elle opponente de S. Carlos, restituindo a selvatiqueza natural áquella região inhospita, matadouro de milhares de paulistas, séde dos mais inexplicaveis tormentos infligidos ás populações humildes da capitania.

Encarregou-se o tempo de demonstrar quão parvamente haviam Pombal e d. Luiz Antonio de Sousa errado na escolha do local da praça.

Além do desconhecimento das condições do sertão, fôra a ignorancia da geographia a causa de semelhante fixação deploravel de posições. A selva, as distancias, as difficuldades immensas offerecidas pelos rios, o salto de Guayrá cobriam aquella nossa fronteira do Paraná de modo inexpugnavel. Ainda hoje é quasi um deserto toda aquella enorme zona, apenas frequentada por hervateiros, e isto ainda depois de construidas a Estrada de Ferro Noroeste e a que vence o desnivel das Sete Quédas.

Durante a longa campanha do Paraguay, jámais pensaram os nossos inimigos em por ali in-

---

(1) Infelizmente.

vadir o Brasil. Bem sabiam quão dilatadas eram as duas selvas separadas pelo immenso caudal.

Do nosso lado, apenas lembrou-se André Rebouças do possivel estabelecimento de uma linha de ferro que de Paranaguá fosse ter ás margens do Paraná, e destinada a servir de vehiculo á invasão do territorio paraguayo. Foi o projecto, aliás, tido á conta de méra phantasia.

Tal, frequentemente, a ignorancia de muitos dos delegados que os reis portuguezes enviavam a administrar as circumscripções brasileiras, que, em 1777, precisava Martim Lopes tranquillizar o governador de Minas Geraes, d. Antonio de Noronha, sobre a possibilidade de uma invasão de hespanhoes do Prata em territorio mineiro, através da capitania de S. Paulo!

Respondendo á apprehensiva carta de seu collega, não lhe apontava o satrapa de S. Paulo as prodigiosas difficuldades do inexplicavel e incommensuravel raid maritimo e terrestre a ser executado, Mantiqueira acima, pelos castelhanos. Contentava-se em lhe affirmar que si o inimigo a tal empresa se atrevesse encontraria a resistencia «daquelles governadores e capitães-generaes a quem sua majestade confiara a defesa da capitania de S. Paulo e as mais do Estado da America». Ainda assim, «procurando socegar o justo e prudente (sic) receio de s. ex.», concluia: «acaso vença o castelhano insuperaveis difficuldades, não será minha resistencia tão momentanea que não dê tempo a v. ex. guarnecer os limites da sua capitania e defendel-a».

E com isto, contando apenas com as bravuras e brilharecos do terrivel cabo de guerra Martim Lopes Lobo de Saldanha, socegou s. ex. o sr. General das Minas Geraes do «justo e prudente re-

ceio» de ver os leões de Castella desfraldados ás brizas da Mantiqueira, em demanda de Villa Rica...

Si d. Luiz Antonio de Sousa tinha intelligencia e cultura bastante superiores ás de semelhantes e ignarissimos despotas, nem por isto, porém, deixava de possuir a rudimentar instrucção que lhe revela a correspondencia publicada.

O conhecimento imperfeito da geographia paulista, aliás então perfunctoria a quem quer que fosse, contribuiu muito a leval-o á escolha do Iguatemy, empresa que constitue a grande mancha de sua administração, embora brilhante e esclarecida, cheia de boas intenções, acertos e provas do criterioso espirito que quasi sempre o inspirava.

Depois de tantos e tão pavorosos sinistros, parece incrivel que ainda houvesse algum governante capaz de lembrar-se de resuscitar o lobrego presidio pombalino.

Pois tal se deu! Um dos ultimos capitães-generaes de S. Paulo, Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça, pittoresca e geralmente conhecido pela alcunha de «General Pilatos» (1), em 1800, representava ao governo portuguez sobre a conveniencia de se restabelecer a praça iguatemyense. Felizmente não houve ministro que lhe prestasse attenção á espantosa proposta...

Com certeza não se propunha Pilatos a imitar o exemplo do bravo e inditoso Martins Barros, nem sequer a abalançar-se á viagem tormentosa da expedição guiada Tietê e Paraná abaixo por Theotonio José Juzarte, ao encontro de inexprimivel soffrimento e inevitavel morte.

1) Parece que semelhante appellido lhe vinha do cacoethe de estalar a cada momento os ossos dos dedos, sestro que a tradição attribue ao proconsul julgador de Christo. (Martim Francisco).

BIBLIOGRAPHIA

Principaes impressos e manuscriptos aproveitados ou lidos pelo Autor para a composição do presente volume

A vida em Santo André da Borda do Campo

Actas da Camara da Villa de Santo André da Borda do Campo.

Acta da Camara de S. Paulo.

Registo Geral da Camara de S. Paulo.

Processo de João de Bolés.

Cartas dos padres da Companhia de Jesus sobre o Brasil (Manuel da Nobrega, Leonardo Nunes, Pedro Correia, Balthazar Pires, etc.).

V. José de Anchieta — *Cartas diversas.*

Staden (Hans) — *Descripção verdadeira de um paiz de selvagens nús, ferozes e cannibaes, situado no novo mundo, America.*

Schmidel (Ulrico) — *Historia verdadeira de uma viagem curiosa feita por Ulrico Schmidel, de Straubing, na America ou Novo mundo.*

Vasconcellos (Padre Simão de) — *Chronica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil.*

Salvador (Frei Vicente do) — *Historia do Brasil.*

Madre de Deus (Frei Gaspar da) — *Memorias para a historia da Capitania de S. Vicente.*

Taques de Almeida Paes Leme (Pedro) — *Nobiliarchia paulistana; Historia da Capitania de S. Vicente.*

Rocha Pitta (Sebastião da) — *Historia da America Portugueza.*

Azevedo Marques (Manuel E. de) — *Apontamentos.*

Machado de Oliveira (Brigadeiro J. J.) — *Quadro historico da Provincia de S. Paulo.*

Silva Leme (Luiz de Gonzaga da) — *Genealogia paulistana.*

VARNHAGEN (VISCONDE DE PORTO SEGURO) — *Historia Geral do Brasil.*

MAGALHÃES (BASILIO DE) — *Expansão Geographica do Brasil até fins do seculo XVII.*

MITRE (GENERAL BARTHOLOMEU) — *O primeiro historiador do Rio da Prata.*

SOUTHEY (ROBERTO) — *Historia do Brasil.*

WASHINGTON LUIS PEREIRA DE SOUZA — *O testamento de João Ramalho.*

PASTELLS, S. J. (PABLO) — *Historia de la Compañia de Jesus en la provincia del Paraguay.*

Artigos na *Revista do Instituto Historico Brasileiro* e na *Revista do Instituto Historico de S. Paulo,* sobre João Ramalho e Santo André, da autoria de Benedicto Calixto, Horacio de Carvalho, Manuel Pereira Guimarães, Leoncio do Amaral Gurgel, João Mendes de Almeida, Gentil de Assis Moura, Luiz de Toledo Piza e Almeida, Eduardo Prado, Theodoro Sampaio, E. Young, Candido Mendes de Almeida.

Um assalto a Santos

Relações de Viagem, de Joris van Spilberg — mencionadas no texto.

Registo Geral da Camara de S. Paulo.

PINHEIRO CHAGAS — *Historia de Portugal.*

A viagem de D. Luis de Céspedes Xería

PASTELLS (PABLO) — *Historia de la Compañia de Jesus en la Provincia del Paraguay.*

CHARLEVOIX — *Historia do Paraguay.*

Documentos ineditos e numerosos do Archivo General de Indias (74-4-15).

Actas da Camara de S. Paulo.

Mappa apresentado ao Rei por D. Luis de Céspedes e relativo á sua viagem (Archivo G. de Indias) (74-4-15).

Dietario Anonymo do Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro.

Um creso colonial

PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME — *Nobiliarchia paulistana.*

Livro borrador dos negocios do P.e Guilherme Pompeu de Almeida, manuscripto pertencente ao autor.

BASILIO DE MAGALHÃES — *Documentos para a historia do bandeirismo.*

Autos do confisco dos bens dos jesuitas.

AZEVEDO MARQUES — *Apontamentos.*

Martyrios de Iguatemy

THEOTONIO JOSÉ JUZARTE — *Diario de Navegação.* Codice pertencente ao Museu Paulista.

Documentos interessantes para a historia e costumes de S. Paulo. Numerosos tomos sobretudo os de n.os 5 a 10, 17, 19, 23, 30, 34, 42, 43 e 44.

AZEVEDO MARQUES — *Apontamentos.*

OBRAS DO MESMO AUTOR, EM VOLUME

Lexico de termos technicos e scientificos, 1909.

Chronica do tempo dos Philippes, romance historico brasileiro do seculo XVII, 1910.

A Missão Artistica de 1906, 1912.

Lexico de Lacunas, 1914.

Nicolau A. Taunay, 1916.

S. Paulo nos primeiros annos, 1919.

Ensaio de bibliographia referente ao Brasil e ás sciencias naturaes (em collaboração com A. Hempel, H. Luederwaldt e F. Hoehne, 1919).

S. Paulo no seculo XVI, 1920.

Á Gloria dos Andradas, 1921, projecto para o monumento de Santos.

Memorias para a historia da Capitania de S. Vicente por Frei Gaspar da Madre de Deus, com longo estudo biographico e notas, 1920.

NO PRELO:

Pedro Taques e seu tempo.

Um grande bandeirante: Bartholomeu Paes de Abreu.

Sob El-Rey Nosso Senhor.

No Brasil Imperial.

Non Ducor, Duco.

Grandes vultos da Independencia brasileira.

Cultura e opulencia do Brasil por suas drogas e minas, por André João Antonil com largo estudo critico e biographico.

EM PREPARAÇÃO:

Historia Geral das Bandeiras de S. Paulo.

Piratininga.

Na villa de S. Paulo do Campo.